Diário de Lisboa

Abril 1977
Terça-feira
25

ANO 57.º
N.º 19 337
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

APESAR DAS MANOBRAS DA DIREITA

Povo consagra 25 de Abril

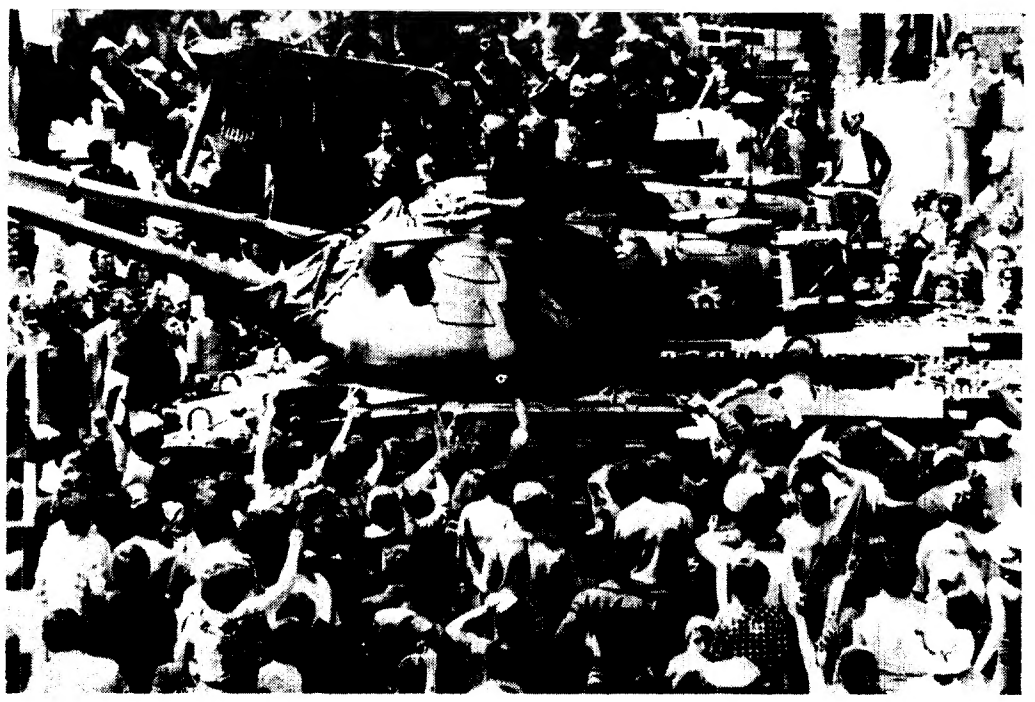
Três anos depois da arrancada gloriosa dos capitães, o espírito e o corpo do 25 de Abril dominaram o País. Apesar das manobras da reacção, das reticências e habilidades dos saudosistas, o povo veio para as ruas. O povo veio festejar. O povo veio consagrar o 25 de Abril como uma data histórica, uma data inesquecível. A data em que Portugal se libertou do fascismo e abriu as portas do futuro, um futuro que se quer mais livre, mais próspero e mais fraterno.

De Norte a Sul do País, o hastear formal das bandeiras foi ultrapassado pela onda entusiástica do povo que veio vitoriar a revolução, demonstrando que o 25 de Abril está vivo e prossegue. Não apenas como uma lembrança, mas como uma semente que cresce e floresce e frutifica, uma esperança que se mantém e revigora.

O povo veio para as ruas e praças. Das aldeias, das vilas e cidades. Veio confraternizar com os soldados. Veio bailar nos largos e terreiros. Veio unir-se de mãos nas mãos, lançando os seus gritos e os seus cânticos de liberdade.

O povo veio para a rua falar a sua linguagem de esperança e de certezas no futuro. Não ouviu as reservas melífluas, as insinuações malévolas, os suspiros suspeitos. Só se ouviu a si mesmo como a força imparável e irreversível em que assenta o futuro.

O chefe do Estado falando na Assembleia da República



Manifestação popular à passagem de um blindado «Patton», ontem de manhã em Lisboa

O dr. Piteira Santos, director-adjunto do «D.L.», foi um dos oradores do convívio-comício da F.E.P.U. ontem à tarde no Parque Eduardo VII

Reportagem nas págs. 2, 3, 4, 5, 6 e 20

Resistência militar ao fascismo evocada no Teatro Aberto

As Forças Armadas portuguesas, na sua globalidade, excluindo delas alguns militares que se diminuiram pondo-se contra o povo, nunca foram fascistas, embora ao longo dos últimos 50 anos tenham sido utilizadas pelo fascismo, que transformando-as em seu braço armado, as humilharam e ofenderam tal como a todo o povo português. Esta a conclusão a tirar das intervenções ontem registadas na sessão dedicada à «Resistência Militar ao fascismo» realizada no Teatro Aberto, na qual ao lado de velhos resistentes, estiveram presentes muitas dezenas de militares de Abril.

A sessão, promovida por velhos militares, era também extensiva a civis que foram colaboradores de algumas acções militares, designadamente civis que participaram na Revolta da Sé e no asalto ao quartel de Beja.

Estavam presentes também marinheiros sobreviventes da Revolta de 8 de Setembro.

Presidiu à sessão o comandante Molarinho do Carmo e na mesa encontravam-se o tenente-coronel Carlos Vilhena, tenente-coronel Luís Csariny Calafate, coronel Molarinho do Carmo, coronel Clodomiro Alvarenga, major Brissos de Carvalho, sargento Vilarigues (da Revolta de 26 de Agosto), marinheiro Casquinha (do 8 de Setembro) antigo deportado do Tarrafal, Edmundo Pedro, um dos assaltantes do Quartel de Beja e o jornalista Carlos Ferrão.

Um dos organizadores da sessão, o coronel Cesar de Almeida, que fez parte do primeiro comité revolucionário contra o fascismo que desencadeou o movimento revolucionário de 3 de Fevereiro no Porto, não se encontrava presente por motivos de saúde. Também não pôde comparecer o coronel Silva de Almeida da revolta da Mealhada e o coronel Manuel António Correia enviou uma carta na qual lamentava a sua ausência.

Como convidados encontravam-se os conselheiros da Revolução Vítor Crespo, Melo Antunes, Pezarat Correia, Martins Guerreiro e Vasco Lourenço, bem como os antigos conse-

Continua na pág. 20

No «Exclusivo» de hoje, incluímos um trabalho do nosso colaborador J. Cândido de Azevedo que em França ouviu algumas personalidades ligadas à esquerda francesa e dois especialistas. O resultado desse inquérito constitui um dossier valioso, que oferecemos à meditação dos leitores interessados pelas possíveis soluções económicas do nosso país.

O «Exclusivo», que hoje conta doze páginas, apresenta ainda temas variados sobre os problémas internacionais.

Na noite de domingo para segunda uma extensa manifestação juntou militares e populares em Lisboa. Otelo participou

O 25 de Abril na Assembleia da República

. Um discurso marcadamente político, onde se manifesta a evidente intenção de intervir mais directamente no exercício do poder, e onde se sublinha que «não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes políticos», marcou o discurso do chefe do Estado, general Ramalho Eanes, ao encerrar ontem na Assembleia da República a sessão solene comemorativa do 3.º aniversário do 25 de Abril.

Este passo da intervenção de Ramalho Eanes, anteced ido da afirmação solene: «não hesitarei em tomar as medias necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da Nação como sociedade livre onde valha a pena viver» — seria entusiasticamente saudado pelos deputados do CDS e do PSD/PPD seguidos pouco depois pelos aplausos tímidos e algo espantados da bancada socialista. Mário Soares, ficou, nesta altura, silencioso e pensativo.

No final da sessão, quando já o Presidente da República, deputados, conselheiros da Revolução ministros e Corpo Diplomático, abandonavam S. Bento, o n.º 2 do CDS, eng. Amaro da Costa, diria aos jornalistas, parados junto da escadaria principal, que o discurso de Eanes como que marca o «advento do Presidencialismo», e adiantando que «não esperava» que neste discurso, o chefe do Estado fosse «tão longe...». O dirigente do CDS, estava, obviamente, satisfeito!

. Aparentemente subtil, o chefe do Estado, não deixaria dúvidas, entretanto, quanto ao teor e significado do seu discurso, mais agradável para as bancadas à sua direita (viu-se pelos aplausos) que para as que se situam na ala esquerda.

Deixando antever a curto prazo, uma hipotética e nova solução governamental, o Presidente da República diria que «um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma **sólida base social de apoio** às medidas de salvação nacional que se reclamam».

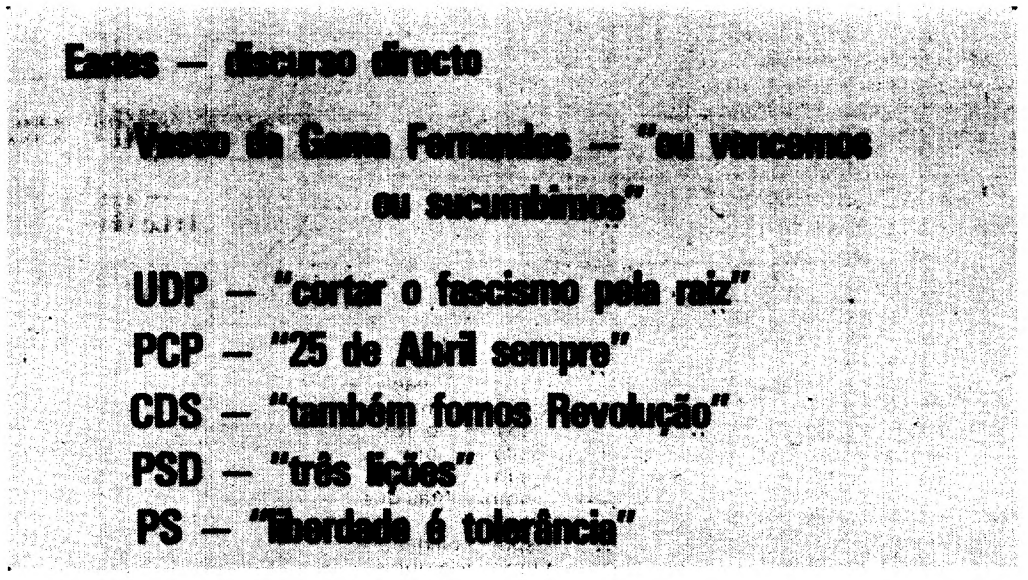
Ramalho Eanes diria ainda, e, a anteceder a afirmação de que «a recuperação da economia e a absorção do desemprego» (...) dependem em larga medida do dinamismo da **iniciativa privada** que «a intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantêm ainda afastados do contributo que devem à Pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País».

Outra afirmação do chefe do Estado, que suscitou o entusiasmo das bancadas CDS, PSD e PS, ocorreu durante as referências ao 25 de Novembro. Este — disse Eanes — «permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção de um país mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida».

Pormenor curioso: quando se dirigiam para os seus lugares no hemiciclo, momentos antes do começo da sessão, os deputados do PCP foram alvo do olhar atento dos restantes parlamentares. Estes verificaram que apenas os comunistas ostentavam o cravo vermelho (símbolo da Revolução) na lapela. Apressadamente, um a um deputados do PS e alguns mais do PSD, remediaram o «problema» com os cravos existentes (em abundância) junto da mesa da Assembleia. Do CDS ninguém se mexeu. Nenhum quis ostentar o cravo de Abril! Aliás, dos deputados que usaram da palavra, verificou-se que apenas Octávio Pato, Acácio Barreiros e Salgado Zenha, quiseram levar a flor da Revolução. Barbosa de Melo (tal como os seus colegas Sá Carneiro e Sérvulo Correia) e Sá Machado (CDS) ignoraram-na. Este último, aliás, não se esqueceria, na sua intervenção de evocar o 25 de Nobembro.

UDP — «CORTAR O FASCISMO PELA RAÍZ»

Para o representante da UDP, que começou por saudar os capitães de Abril e recordar «os mártires e heróis da luta antifascista», estes três anos, em que estiveram ameaçadas as liberdades, fizeram compreender ao povo que «não bastava cortar o fascismo pela



rama. É preciso arrancá-lo até às raízes».

Sublinhando que «aqueles que hoje atacam as nacionalizações, o saneamento dos fascistas, as ocupações e a reforma agrária, e a luta dos moradores pobres, é o próprio 25 de Abril que estão a atacar», Acácio Barreiros considerou que «a única política capaz de galvanizar o povo» assenta em três pontos:

. — Os ricos que paguem a crise; — Para o povo ser livre há que reprimir os fascistas; — E imperialistas fora de Portugal».

Finalmente, e após alusões ao 1.º de Maio, e ataques ao PCP, o deputado da UDP fez referência ao «grande comício do PCP (R) no Campo Pequeno, como garantia de que há uma força que faltava há três anos e que as condições estão maduras para levar o 25 de Abril para diante».

OCTÁVIO PATO: «25 DE ABRIL SEMPRE»

O 25 de Abril foi possível pela convergência de forças democráticas, civis e militares. O 25 de Abril só poderá ser defendido se se reforçar essa convergência democrática, de civis e militares, unidos em torno da Constituição. Só uma política inspirada nos grandes valores da resistência e nos grandes ideais de liberdade e de progresso social — características do 25 de Abril — pode afastar os perigos que ameaçam a democracia portuguesa» — acentuou Octávio Pato, ao usar da palavra em nome do Partido Comunista Português.

O dirigente do PCP começaria igualmente por saudar os «heróicos capitães de Abril» (que pela sua acção «ganharam merecidamente lugar definitivo no coração de todos os portugueses amantes da liberdade») e prestaria «sentida homeagem e profunda gratidão a todos os antifascistas, a todos os democratas, a todos os patriotas, que ao longo de décadas de um combate incerto e difícil, pleno de heroísmo e de sacrifícios sem conta, empenharam todas as suas forças e energias» para que «a bandeira da liberdade pudesse um dia ondular na terra portuguesa». Saudou ainda os «muitos milhares de portugueses que, abertas as portas, vieram à luta. Uns e outros integram as forças imensas que, unidas, podem assegurar o feliz prosseguimento da democracia portuguesa».

. Considerando o balanço de três anos de Revolução, Octávio Pato salientou as liberdades públicas, melhoria das condições de vida das camadas mais desfavorecidas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, a democratização da educação e da cultura, o controlo operário o fim da guerra colonial — imensa aspiração nacional — para as contrapor à campanha de reaccionários e conspiradores que querem fazer crer que o 25 de Abril tem sido «uma catástrofe nacional».

O dirigente do PCP criticaria ainda a política actual do Governo, «uma política que despreza a opinião, a capacidade e os direitos dos trabalhadores, que entrega empresas e terras a capitalistas e agrários sabotadores, que arrasta as forças militarizadas para intervenções contra os trabalhadores para consagrar abusos, ilegalidades e prepotências», denunciando as suas alianças com «os que estão interessados em agravar a crise, em conduzir o País ao desastre e a democracia portuguesa à derrota».

Apontou finalmente como alternativa para sair da crise, uma «solução política que deverá ter a participação de todos os que se identificam sem reservas com a Constituição e intervenham na elaboração de uma indispensável plataforma», tendo sublinhado ainda que todas as comemorações que ontem assinalaram a data da Revolução mostra, contra quaisquer ameaças do desforrismo reaccionário, «que em Portugal haverá 25 de Abril sempre».

CDS: «TAMBÉM FOMOS A REVOLUÇÃO»

Ataques directos à descolonização e críticas, mais subtis, ao 25 de Abril e ao Governo actual, foram a tónica dominante da intervenção do representante do CDS, Sá Machado.

Considerando a descolonização como o «cumprimento de um plano que tinha sobretudo a ver com a corrida a uma nova partilha da África, e em que os interesses portugueses, não só nessa área do Mundo, mas também no rectângulo europeu foram subalternizados com a conivência de alguns nacionais», o deputado centrista referiu que o seu partido manteve, ao longo dos três anos, «permanentemente aberta uma alternativa não socialista», para com isto justificar, «com firmeza que não admite réplica ou contradita, que nós também fomos a Revolução...»

. Após salientar a «profunda angústia que hoje envolve a sociedade portuguesa» e referir as conquistas da Revolução (Constituição (I), liberdades, Parlamento e Presidente da República, livremente eleitos, paz, relações com outros povos, Sá Machado faria velado ataque ao Governo ao considerar ser «falso dizer que, em democracia, o preço natural das liberdades é a desordem, a criminalidade e a insegurança dos cidadãos. Porque é falso considerar a democracia responsável pela destruição das empresas, pelo descalabro do sector nacionalizado da economia, pelas deficiências do sistema da saúde, pela alta de preços, pela lentidão com que são encarados os problemas dos desalojados, pelo aumento do desemprego, pela queda do investimento, pelo progressivo endividamento externo, numa palavra, pelas incertezas, as injustiças e as *incapacidades* que continuam a projectar-se sobre a nossa vida colectiva...»

. Registe-se, aliás, o facto de na abertura da sua intervenção, o representante do CDS ter ignorado referências, como seria da praxe, ao Conselho da Revolução, ao Primeiro-Ministro e ao Governo.

Noutro passo da sua intervenção, Sá Machado diria que «não é com nostalgia de um passado definitivamente morto que se pode construir o futuro» e que «uma coisa é o regime e outra coisa é o Governo». Citou ainda «a profunda angústia que hoje envolve a sociedade portuguesa, que alimenta a margura das vítimas da descolonização e que perturba as Forças Armadas».

PSD: «TRÊS LIÇÕES»

Também sem cravo, Barbosa de Melo subiu à tribuna para, em nome do PSD/PPD, considerar que «um povo, para viver em liberdade, não pode alimentar-se de espectros e fantasmas, bons ou maus, nem ficar-se pela adoração ou exprobação do passado» e citar «três lições simples que do 25 de Abril parecem poder tirar-se para o nosso futuro imediato».

. Primeira lição: «o merecimento e o êxito da luta pela liberdade política». Segunda: «necessidade do funcionamento e eficiência dos sistemas políticos». Terceira lição: «sentimento de liberdade inerente ao Português».

Salientando depois aspectos positivos e negativos do 25 de Abril, Barbosa de Melo chamou a «atenção dos portugueses para a exigência da promoção dos direitos do homem na nossa sociedade» e a «urgente necessidade de uma conversão da mentalidade pública aos valores e princípios da democracia». Após ataques à futura sociedade socialista — «estado social último e perfeito para se chegar ao qual é legítimo sacrificar o presente» — visou o Governo através da afirmação de que «continuamos a viver numa mentalidade político-admnistrativa construída sob o signo do centralismo, tão característico e útil para as ditaduras consumadas ou tentadas, antes ou depois do 25 de Abril».

ZENHA: «LIBERDADE É TOLERÂNCIA»

Numa intervenção iminentemente teórica, em que sublinhou a temática da «Liberdade», Salgado Zenha, evitaria, habilmente, ataques ou críticas directas aos restantes partidos. A saudação que fez, na pessoa dos conselheiros da Revolução ali presentes, aos capitães de Abril, levantou prolongados aplausos das bancadas PS, PCP e PSD, e do Governo com relevo para Mário Soares. Saudou igualmente o Presidente da República «e não podia ser escolhido melhor timoneiro», saudou todos os deputados da Assembleia (todos nós representamos o Povo português e no confronto das nossas divergências e convergências saberemos evitar a unanimidade parda e basa que amolece e corrói», e, por fim, o Povo português «cujas virtudes e méritos sem par são o penhor da nossa vitória».

«A liberdade é, antes de tudo tolerância — vincou o líder parlamentar do PS — «E por isso que não há História do Mundo exemplo de uma só ditadura tolerante. O poder absoluto corrompe absolutamente. Toda a ditadura é intolerante. Todo o intolerante é um ditador que se ignora», citando João Franco, Salazar e Caetano. Diria ainda que a «unidade táctica para alcançar a vitória não pode ser substituida abusivamente por uma unanimidade contrária ao sentimento nacional e imposta ditatorialmente».

Finalmente Salgado Zenha acentuou que «Portugal está no socialismo em liberdade. As grandes linhas do nosso modelo de vida institucional apontado pela Constituição são um incentivo para o nosso trabalho».

VASCO DA GAMA FERNANDES: «OU VENCEMOS OU SUCUMBIMOS»

«Herdámos do fascismo a própria negação da vida. Éramos então sub-homens», sublinhou o presidente da AR, Vasco da Gama Fernandes ao usar da palavra, antes do Chefe do Estado. E prosseguiria noutro passo:

. «Economicamente débeis, pela condição geopolítica do nosso agregado, com o problema pugente do regresso dos nossos compatriotas africanos e asiáticos, despovoados os campos pelo êxodo da emigração, fruto da incapacidade e inépcia do totalitarismo, afastados do mundo pelo isolamento imposto, sem treino cívico, as perspectivas reclamavam entregas totais e generosas vigilias.

«No meio da confusão que parecia ser o prefácio da catástrofe, descolonizamos, apertamos ao peito os corações sobressaltados dos nosso compatriotas em crise, abrimos as urnas, votamos livremente, escolhemos os deputados às Constituintes, elaboramos a Constituição, elegemos a Assembleia da República, escolhemos o Presidente da República, e instauramos juridicamente as nossas autarquias locais.

«E circulando livremente, atravessamos as fronteiras à procura da compreensão e da amizade dos pases sem os quais não era possível viver, passamos a receber as mensagens materiais e espirituais dos que em nós confiavam».

Rui Gomes adiou greve

«Face à declaração da Presidência da República, vinculada pelo próprio general Ramalho Eanes, de que o seu processo iria ser imediatamente estudado, possivelmente até ao fim desta tarde, com vista a uma solução rápida, Rui Gomes decidiu não entrar hoje em greve de fome, encontrando-se, porém, disposto a iniciar qualquer forma de luta se verificar, entretanto, manobras dilatórias, — declarou Nuno Crato, membro da Comissão de Luta pela libertação daquele estudante durante uma reunião com os órgãos da Informação efectuada, esta manhã, na Casa da Imprensa.

Recorde-se que Rui Gomes se encontra em Caxias sem culpa formada desde 28 de Setembro de 1975.

Durante o encontro com os jornalistas foi ainda divulgada a realização, amanhã, no Teatro Vasco Santana, pelas 21 e 30, de um comício destinado a esclarecer a opinião pública da actual fase da luta, dando conhecimento das diligências recentemente efectuadas para a libertação de Rui Gomes, em que participarão várias associações de estudantes, advogados antifascistas, professores democratas e a AEPA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas).

MOBÍLIAS
COMPRE DIRECTAMENTE AO FABRICANTE
MODERNAS E DE ESTÍLO
FÁBRICA DE MÓVEIS SUPER CONFORTO
EXPOSIÇÃO E VENDAS:
RUA MARIA ANDRADE, 64 (junto igreja dos Anjos)

O discurso do chefe do Estado

O chefe do Estado, general Ramalho Eanes, encerraria a sessão solene da Assembleia da República com o seguinte discurso:

«Senhor presidente da Assembleia da República, senhores deputados, portugueses:

«Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de Abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: Votou — e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.

Hoje, plenamente instituídos os órgãos do poder, a Assembleia da República, que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o País está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis.

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores de uma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento de um povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se.

Em Abril de 1974 as Forças Armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em Novembro de 1975 de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores.

Esta Assembleia da República recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da revolução na realidade concreta do dia-a-dia dos cidadãos.

Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado.

O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançámos na construção de um país diferente, de uma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmamos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigamos a proteger? Que é feito do trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestamos aumentar? Que é feito das promessas de uma vida melhor que nos propusemos atingir?

Senhores deputados: os compromissos que firmamos com o povo que a todos elegeu impõe que reflictamos nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama.

Somos uma geração de sacrifício: quantos de nós, em busca do pão ou por força do dever, abandonamos a terra e a família, o País e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros com a morte, a violência, a injustiça?

Somos de facto um geração de sacrifício.

Mas é imperativo reanimar este País e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de Abril não venham a ser um sonho traído.

No seu trajecto histórico o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da pátria, a identidade cultural, a dignidade da nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os portugueses.

Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a esperança de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de Abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a pátria.

Senhor presidente, senhores deputados, portugueses:

As ameaças que o País enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as forças interessadas em novas ditaduras.

O 25 de Novembro permitiu que a Constituição da República viesse a definir os objectivos, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção de um País mais rico e mais igual para legar às gerações que despontam nos horizontes da vida.

Será querela inútil pretender basear nas leis fundamentais do País novas guerras de disputa do poder.

Esta Assembleia recolhe em si mesma a parte mais nobre dos ideais de Abril que do projecto parlamentar fizeram um objectivo principal. A essa responsabilidade corresponde uma função essencial à condução do processo democrático. Mas corresponde ainda a exigência de tornar viável um modelo constitucional, respondendo sem hesitações nem adiamentos às dúvidas que ainda existem e que deixam Portugal sem normas claras de orientação nos campos económico e social.

Não se pode ser democrata nesta assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. Não se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. Os que tentam em simultâneo a conquista do poder através do voto e através do golpe excluem-se voluntariamente do convívio democrático em que têm lugar.

Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivem dos profectas da abundância ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito. O que antes lhe era negado invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado invocando a crise.

O povo português aceita as consequências dos passados que sepultou, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do plano inclinado, do empobrecimento, do regresso a piores condições de vida.

Sobram-lhe as palavras de polémica e de promessa — Aguarda com sacrifícios as soluções concretas.»

«Senhor presidente, senhores deputados:

As dificuldades que enfrentamos não podem apagar a imagem do País em convulsão em que até há pouco vivemos.

Persistem, é certo, os efeitos das sementeiras de violência e de ódio e as consequências da desorganização do aparelho de Estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do Poder.

A partilha política da administração pública também facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função sem a servir.

Não falta mesmo quem enjeite responsabilidades atribuindo os males e a indisciplina sociais à libefdade recuperada.

Temos porém que reconhecer que o País tem desfrutado de um período de acalmia política e da harmonização de forças sociais que os mais optimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás.

Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero, e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o País e vencer a crise. Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou.

Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam.

Não é difícil reconhecer que, para além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do País passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos.

Ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento. A solidariedade que há-de unir os portugueses na recuperação do País põe aos responsáveis a exigência de subordinarem os laços pessoais de um passado comum aos apelos do futuro a construir.

A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantém ainda afastados do contributo que devem à pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do País. Não podemos fugir à realidade da nossa integração num espaço em que a competência e o mérito têm um prémio para além das fronteiras. Precisamos de quadros, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos.

A recuperação da economia e a absorção do desemprego não se resolverão unicamente com os grandes investimentos que ao sector público compete lançar. Estas metas nacionais dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada.

A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento, é por isso objectivo que o aparelho de Estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celeridade de decisão que exige o funcionamento de uma economia moderna.

Aguardam apreciação desta assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica. A maioria dos trabalhadores não aceitam livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou mais tarde lhe roubariam o pão e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Da voz desta assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbítrio.

Senhores deputados.

Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos. As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança se encontram manietadas na sua actuação: há disposições que, em nome da defesa da liberdade dos indivíduos contra o Estado, deixam ambos à mercê da violência dos marginais da política ou dos profissionais do delito. Não pode esta Câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas. O melhor modo de defender as liberdades e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do País é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados.

Senhor presidente e senhores deputados, portugueses.

Em 14 de Julho do ano passado, jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. Uma nação é um corpo que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos.

Sabemos que os ideiais do 25 de Abril têm sido muitas vezes adulterados no decurso destes três anos. Temos conseguido sobreviver aos desvios, mas estamos a pagá-los com duros sacrifícios. Não é possível continuar a esbanjar o pouco que nos resta.

O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do País, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro.

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da nação como sociedade livre onde valha a pena viver.

Para tal contribuirão, com igual espírito as Forças Armadas como parcela integrante da democracia e da pátria portuguesa...

Não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes legítimos.

Só a eficácia da democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático.

E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam.

Nesta hora do nosso destino de nação independente, não é legítimo ignorar a crise que nos ameaça: o estado da nossa economia, as contradições que dilaceram a nossa sociedade.

Vivemos a primeira oportunidade democrática em meio século. O esforço consciente de cada um fará desta oportunidade uma vitória do povo português e de Portugal.»

Entre a assistência o primeiro-ministro junto do presidente do Supremo Tribunal de Justiça e dos generais Loureiro dos Santos, Rocha Vieira, Lemos Ferreira e Vasco Lourenço, vendo-se ainda, em segundo plano, o coronel Franco Charais. Por trás a bancada do P.C.P.

MENSAGEM PARA AÇORES E MADEIRA

"Portugal está lançado num caminho em que não há regresso" –afirmou Ramalho Eanes

Na passagem do «25 de Abril» o Presidente da República, general Ramalho Eanes, dirigiu uma mensagem especial às populações das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

«Portugal está lançado num caminho em que não há regresso» — lembra o Presidente da República numa passagem da sua mensagem, autoclassificada como «um voto de encorajamento» e «um convite à reflexão».

Evocando a irreversibilidade do processo (que a Constituição Portuguesa aponta como de via para o socialismo), Ramalho Eanes destacaria em especial «os saudosistas ou quantos procuram nos seus fantasmas a razão de novas ditaduras», e aludirira ao problema da autonomia, particularmente em relação a «alguns dos que ainda ontem aceitavam a governação desta região como terra dominada« e hoje «levantam o espantalho com que pretendem manter, sobre os demais, os antigos privilégios».

«No todo nacional não há graus de liberdade — disse — As instituições regionais não poderão renunciar à autoridade moral que a sua legitimidade lhes confere, para denúncia dos objectivos e dos métodos de quantos, em nome de uma independência externa, mais não pretendem do que perpetuar as dependências internas».

Na mensagem, Ramalho Eanes, depois de referir que o «25 de Abril», na sua génese militar e depois na espontaneidade da adesão popular «condensou as aspirações e as esperanças de quantos se sentiam afastados do progresso, do bem-estar e da participação na vida política do seu próprio país», admite que subsistem ainda contradições a resolver, pelo que, na sua opinião, «não faz sentido que se evoque o 25 de Abril como um ideal sonhado e logo traído».

NOS AÇORES

A Assembleia Regional dos Açores comemorou o 3.º aniversário da «Revolução de Abril» com uma sessão especial de trabalho, a que assistiu o ministro da República.

No decurso da sessão foi anunciado que o presidente da Assembleia, Álvaro Monjardino, dada a coincidência das iniciativas, declinara um convite para estar presente em Lisboa na sessão comemorativa do «25 de Abril» na Assembleia da República.

Usaram depois da palavra os deputados Martins Goulart (PS) e Fernando Faria (PSD), o presidente da Assembleia e, por último, em representação do Presidente da República, o ministro da República, general Galvão de Figueiredo.

Vasco Gonçalves e Ruy Luís Gomes estiveram em Torres Novas

. TORRES NOVAS, 26 — A cooperativa editora «Escrever é Lutar» levou a efeito anteontem, no Cine-Teatro Virgínia de Torres Novas, um espectáculo teatral com o Grupo Cénico de S. Pedro do Sul, que interpretou a peça «Arraia Miúda», de Jaime Gralheiro. Para cima de 1200 pessoas assistiram ao espectáculo, que foi vivido extraordinariamente.

Estiveram presentes a assistir a este espectáculo o general Vasco Gonçalves, prof. Ruy Luís Gomes e drs. Esteves Belo, Avelãs Nunes, Armando Cota e João de Freitas Branco.

A assistência aplaudiu longamente estas personalidades, com especial referência para Vasco Gonçalves e Ruy Luís Gomes.

PUB

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELOS SECTORES DE: **ARMAZENISTAS DE MERCEARIA, IMPORTAÇÃO, COMÉRCIO, EXPORTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE FRUTOS E PRODUTOS HORTÍCOLAS, ARMAZENAGEM E EXPORTAÇÃO DE AZEITES.**

Convocam-se todos os Trabalhadores deste sector para um plenário a realizar *no próximo dia 26 de Abril, pelas 21 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Av. da República, 31, em Lisboa, com a seguinte:*

ORDEM DE TRABALHOS

1. Ponto da situação das negociações.
   a) Cláusulas acordadas.
   b) Cláusulas não acordadas.
2. Perspectivas e orientação a seguir.

Sindicato do Comércio de Lisboa
Sindicato dos Escritórios de Lisboa
Sindicato dos Rodoviários de Lisboa
Sindicato dos Serviços de Portaria Vigilância e Limpeza
Sindicato das Garagens de Lisboa
Sindicato dos Enfermeiros Zona Sul

Lisboa, 21 de Abril de 1977.

CP — CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, E. P.

AVISO

CONCURSO

Até às 17 horas do dia 28 de Abril de 1977, estes Caminhos de Ferro aceitam propostas para a instalação e exploração de um pavilhão para venda de jornais, artigos de tabacaria, frutas, bebidas, café, bolos e sanduiches, na estação de Almourol.

A anuidade mínima a oferecer pela ocupação das instalações é de 4 000$00 e os concorrentes devem depositar em qualquer estação da C.P. a quantia de 700$00 e as respectivas propostas deverão ser feitas com base no programa do concurso e condições contratuais, que os interessados poderão consultar nas seguintes estações e locais:

— **Almourol**
— **Abrantes**
— **Entroncamento**
— **Serviço Comercial da Região Centro**
LISBOA (SANTA APOLÓNIA)

— **Serviço Comercial de Passageiros**
Estação de Santa Apolónia, 1.º andar
LISBOA - 2

As propostas deverão ser feitas em carta fechada dirigida ao Serviço Comercial de Passageiros dos Caminhos de Ferro Portugeses, estação de Santa Apolónia, 1.º andar, Lisboa-2, acrescentando-se àquele endereço, no sobrescrito, o seguinte:

«Proposta para a instalação e exploração de um pavilhão na estação de Almourol».

Caminhos de Ferro Portugueses

COZINHEIRA

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses pretende contratar duas cozinheiras, com a respectiva carteira profissional (remuneração mensal de 7.650$), para prestar serviço, uma no Centro de Férias da Praia das Maçãs e outra no Centro de Férias de Valadares, durante o período de 4 de Julho a 26 de Setembro do corrente ano.

As interessadas poderão contactar, pessoalmente ou por escrito, até 30 de Abril o Sector de Recrutamento, Calçada do Duque, n.º 20 — Lisboa-2.

Um momento do desfile militar na manhã de ontem: blindados passam na Avenida da Liberdade

Três mil homens no desfile militar

Pela primeira vez, o aniversário da Revolução de Abril foi comemorado, este ano, com um desfile militar. A concentração de forças junto à Praça Marquês de Pombal, ao fundo do Parque Eduardo VII, teve o seu início por volta das sete horas da manhã, desfilando depois pela Avenida da Liberdade até ao Rossio. O Presidente da República abriu as comemorações oficiais afirmando: «Comemora-se (hoje) o autêntico 25 de Abril, aquele que a generosidade, a euforia, a ingenuidade fizeram presa fácil e dramática de quantos pretendem para este Povo não a soberania plena mas a subditania alienante».

Três mil homens e quinhentas viaturas das Forças Armadas constituiam o desfile que assinalava o ano terceiro na Revolução Portuguesa. «Vamos desfilar com os instrumentos de morte e destruição que o Povo, todo o Povo, nos confiou e confia, porque sabe que os utilizaremos, com as nossas vidas, para defendermos a tranquilidade, a segurança e a sobrevivência colectiva da Nação», diria Ramalho Eanes no seu discurso que publicamos destacadamente.

O Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas falava de uma pequena tribuna onde se encontravam ainda o Primeiro-Ministro, Mário Soares, o Presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e o governador Militar de Lisboa, general Vasco Lourenço.

Da Praça do Marquês aos Restauradores, milhares de pessoas assistiam à parada militar, geralmente interessadas em observar a grandiosidade do desfile, mas sobretudo galvanizadas pelo espírito do 25 de Abril, a Revolução dos Cravos, que fazia três anos.

À passagem das forças militares e militarizadas foi tocado o «Hino do MFA» e «Grândola Vila Morena», enquanto a população aglomerada aplaudia as tropas, saudando com o mesmo entusiasmo as diferentes armas e unidades que desfilavam, e gritando «Soldados sempre, sempre ao lado do Povo».

Uma deputação dos três ramos das Forças Armadas abria a parada com os seus porta-estandartes, seguindo-se representações do Colégio Militar, do Instituto Militar dos Pupilos do Exército, da Escola Naval e da Academia Militar, desfilando depois as quatro regiões militares: a Região Militar de Lisboa representada pelo Regimento de Infantaria de Queluz, Regimento de Infantaria de Setúbal e Escola Prática de Administração Militar (Lisboa), a Região Militar Norte com um Batalhão de Operações Especiais, o Regimento de Infantaria do Porto e a Escola de Formação de Sargentos (Lamego), a Região Militar Centro com o Batalhão de Infantaria de Aveiro e o Regimento de Infantaria de Viseu e, finalmente, a Região Militar Sul com os regimentos de Infantaria de Beja, Faro e Elvas e o Batalhão de Infantaria de Portalegre.

Pela frente da tribuna presidencial passariam em seguida representações do Exército sediadas nas zonas militares dos Açores e Madeira.

A GNR, Guarda Fiscal e a PSP precediam no desfile duas companhias de pára-quedistas da Base de Monsanto.

Ao longo do percurso, a parada foi sobrevoada por uma esquadrilha de vinte helicópteros e várias esquadrilhas a jacto da Força Aérea Portuguesa.

Entretanto, um esquadrão do Regimento de Lanceiros de Lisboa (Polícia do Exército) iniciava o desfile motorizado, seguindo-se a Escola Prática de Infantaria (Mafra) e a Escola Prática de Cavalaria (Santarém).

Depois, um desfile que provocaria aplausos ou apupos entre o Povo concentrado ao longo da Avenida da Liberdade: a passagem do Regimento de Comandos da Amadora, tendo à frente o coronel Jaime Neves. Os «comandos» desfilaram com 130 viaturas, entre as quais dezenas de «Chaimites».

Ao Regimento comandado por Jaime Neves seguir-se-ia o desfile, pela primeira vez em Portugal, da Brigada Mista Independente, afecta à NATO e ainda em formação em Santa Margarida. Foram apresentados 20 carros de combate «M-113» (procedentes dos EUA, estas viaturas constituem o mais sofisticado material ao serviço do Exército Português) preparados para receber todo o tipo de armas, incluindo lança-mísseis. Divisa da brigada: «O futuro nos dirá».

No desfile, que demorou cerca de duas horas, integraram-se ainda um grupo de artilharia da Companhia do Regimento de Artilharia de Lisboa, Regimento de Artilharia de Leiria, Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas), Centro de Instrução Antiaérea de Cascais, Regimento de Cavalaria de Estremoz, Escola Prática de Cavalaria (Santarém), e Regimento de Engenharia de Lisboa.

Por último, a esquadra-moto da GNR (reservada para escoltas de honra) e a esquadra a cavalo da mesma força.

Crianças estiveram activas nas celebrações populares

Um pouco por toda a parte e em todo o País, as crianças participaram activamente nas celebrações do «25 de Abril», na passagem do seu terceiro aniversário. Este aspecto terá sido, pelo seu simbolismo, um dos mais interessantes de todas as celebrações.

Para a história, algumas iniciativas a que neste 25 de Abril de 77 as crianças ficaram ligadas. Em Lisboa, em Santarém, em Santo Antão do Tojal, em Alhos Vedros, na Baixa da Banheira e no Barreiro.

Em Lisboa, o «25 de Abril» das crianças assinalou-se em três cenários próprios: na Praca do Comércio, na Alameda D. Afonso Henriques e na Praça Afonso de Albuquerque, em Belém. Houve teatro, música, pintura, circo, passeios. Nas festas colaboraram o Teatro do Nosso Tempo, que representou «A Volta do Camaleão Alface», a Banda da Carris, que actuou em diversos pontos de Lisboa, e as Organizações Makel, que levaram a efeito espectáculos de circo. O navio «Amentejo», em adornos de festa, passeou inúmeras crianças no rio de Lisboa. A capital afluiram ranchos folclóricos infantis para actuarem.

Domingo à tarde, a Praça do Comércio era um ponto de referência obrigatório para inúmeros itinerários. Os «putos» do Bairro Alto foram ali fazer o melhor momento da festa: cerca de uma centena de crianças desta zona de Lisboa foram à Praça dos Ministérios cantar e merecer o aplauso entusiasmado de crianças e adultos em dia de festa.

Noutras localidades fora da capital, algumas celebrações assumiram a medida de realizações assinaláveis. Foi o caso em Santo Antão do Tojal onde as crianças «receberam» um parque infantil (construído por iniciativa da Comissão de moradores local), numa cerimónia festejada de alvoroço. De cerimónias idênticas chegam notícias desde Alhos Vedros, Baixa da Banheira e Barreiro, pelo menos. Em Santarém houve prática de pintura; assim: as crianças desenharam, expostas à curiosidade pública, sobre as motivações do «25 de Abril» em dia de anos.

Jorge de Sena premiado em Itália

O poeta Jorge de Sena acaba de ser distinguido com o prémio italiano «Etna-Taormina», concedido anualmente, desde 1952, ao «melhor poeta estrangeiro».

O prémio «Salvatore Quasimodo», atribuido ao melhor especialista estrangeiro em literatura italiana, foi concedido ao romeno Alexandru Balaci, enquanto Andrea Zanzotto obteve o prémio para o melhor poeta italiano.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIARIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA PESSOA

EANES ÀS FORÇAS ARMADAS

"Reiteramos perante a Nação o compromisso de servir o Povo"

«Servir o Povo com as suas armas e a nossa vida é o compromisso que hoje, 25 de Abril, reiteramos perante a Nação» — afirmou ontem o Presidente da República durante a cerimónia militar comemorativa do terceiro aniversário da Revolução Portuguesa. Eis, na íntegra, o discurso do general Ramalho Eanes:

«Comemora-se hoje o 25 de Abril. Não o 25 de Abril deste ou daquele partido, desta ou daquela força, desta ou daquela região ou ideologia. Comemora-se o autêntico 25 de Abril:

«Aquele que a generosidade, a euforia, a ingenuidade fizeram presa fácil e dramática de quantos pretendem para este povo não a soberania plena mas a subditania alienante.

«Este 25 de Abril que comemoramos não é portanto o 25 de Abril daqueles que ainda não perceberam que ele foi o **voltar de uma página que a História impunha e que a miopia** política impediu e encareceu. Não é também o daqueles que **mal conhecem este País, a sua** História, os seus valores, as suas aspirações mais profundas, o seu inconsciente colectivo.

«A data que hoje comemoramos é aquela em que as Forças Armadas prometeram restituir ao povo português a sua soberania real, aquela em que decidiram reassumir, em honesta plenitude, o seu «escopo de sujeição». **É o tempo** em que se pretendeu entregar ao povo o seu próprio destino. **É o modo desejado de restituir** as Forças Armadas às suas raízes autênticas, para que no povo reencontrassem o seu lugar e a sua razão de ser. Não se trata pois — para nós soldados — de comemorar mais uma efeméride histórica; antes se procura reafirmar, na linguagem linear de quem aceita servir, que se assume integralmente o compromisso do 25 de Abril, na pureza originária a que o 25 de Novembro o reconduziu.

«Vamos confirmar, com a força da nossa presença na rua, que as promessas que foram esperança em 25 de Abril de 74 e em 25 de Novembro de 75, continuam válidas, vivas e plenamente aceites por todos nós.

«Vamos reiterar a afirmação **de que só à Nação pertencemos**, só à vontade democraticamente expressa do seu povo nos sentimos vinculados, só as instituições constitucionais reconhecemos, só ao comandante supremo obedecemos enquanto legitimado pelo sufrágio popular.

«Vamos, na fidelidade às nossas tradições de corpo armado, justificado pela defesa **da essência nacional, proclamar** de novo a vitalidade das virtudes deste povo que em oito séculos, repetidamente, escreveu História com génio, sacrifício e heroísmo.»

POR ENQUANTO APENAS PROMESSA

«A formalização institucional das promessas de 25 de Abril é apenas um marco, o primeiro, do caminho da libertação e transformação da sociedade que somos, acordado em projecto livremente assumido, a realizar democraticamente.

«É necessário que as promessas feitas sejam realidade no dia-a-dia de todos os portugueses. Realidade conduzida sempre pela mão livre de cada um e nunca esquecida ou mesmo imposta pela bota repressiva de qualquer poder que abusivamente decida e imponha em nome de todos.

«O 25 de Abril é, por enquanto, apenas promessa formalmente satisfeita, esperança criada e em início de concretização.

«Esperança viva e também parcialmente frustrada, sobretudo para aqueles que no interior, nos campos e nas cidades, sentem o peso das dificuldades diárias e muito pouco o alívio das liberdades formais existentes.

«Para estes, principalmente para estes, embora também para os que teimam em criar condições objectivas de revolução ditatorial, renovamos o nosso compromisso de empenhamento para garantir a autoridade e a estabilidade necessárias.

«Ser soldado do 25 de Abril é servir não este ou aquele partido, não os partidos, mas o povo na sua globalidade indivisa. Aquele que assim não fizer ou como tal não tiver actuado, prostituindo o ideal da Revolução, nem sequer poderá ser soldado deste povo, pois o 25 de Abril é uma promessa e não um direito de propriedade adquirido por um acto por mais importante ou patriótico que tenha sido.

«Assim e só assim, as Forças Armadas serão democráticas, porque nelas se alicerçará e defenderá em última instância a democracia.

«Vamos desfilar com os instrumentos de morte e destruição que o povo, todo o povo, nos confiou e confia, porque sabe que os utilizaremos, com as nossas vidas, para defendermos a tranquilidade, a segurança e a sobrevivência colectiva da Nação.

«Vamos transmitir-lhe a nossa imagem real através deste desfile, que, na diversidade das forças que integra, é uma imagem de coesão, unidade e disciplina. E ainda uma mensagem de confiança dirigida ao povo português.

«Confiança que se pretende dinamize as instituições, os órgãos e os agentes do Poder. Que estes exerçam a autoridade com determinação, para que a segurança seja garantida a todos; que exijam que o trabalho de cada um seja verdadeiramente produtivo, para que a justiça seja efectiva e o bem-estar uma realidade nacional e não privilégio de alguns; que demonstrem competência e honestidade e as imponham como regra geral sem excepção, para que o progresso real acompanhe em toda a parte a liberdade plena.»

SER SOLDADO DO 25 DE ABRIL

«Enfim, que esta mensagem chegue a todos, e que todos compreendam que a resolução dos problemas da reconstrução nacional exige que cada um desempenhe o seu papel e cumpra o seu dever no lugar que a colectividade lhe reserva.

«Cada soldado, presente aqui ou vigilante na Unidade, envergando uniforme de há muito ou apenas de há alguns dias, é o guardião nacional das promessas do 25 de Abril de 74 e do 25 de Novembro de 75 — é um soldado do 25 de Abril.

«Ser soldado do 25 de Abril é ser defensor intransigente da democracia, é cultivar minuto a minuto o dever patriótico de assegurar plena e serenamente a defesa dos «Direitos do Homem», é respeitar os objectivos da vida nacional, que só ao povo cabe definir.

«As palavras não bastam para resolver os problemas do povo português. São necessários actos competentes e patrióticos.

«Servir o nosso povo com as suas armas e a nossa vida é o compromisso que hoje, 25 de Abril, reiteramos perante a Nação.»

O general Ramalho Eanes usando da palavra no Parque Eduardo VII. Com ele estão Vasco da Gama Fernandes, Vasco Lourenço, e Mário Soares

PAPEL DE PAREDE

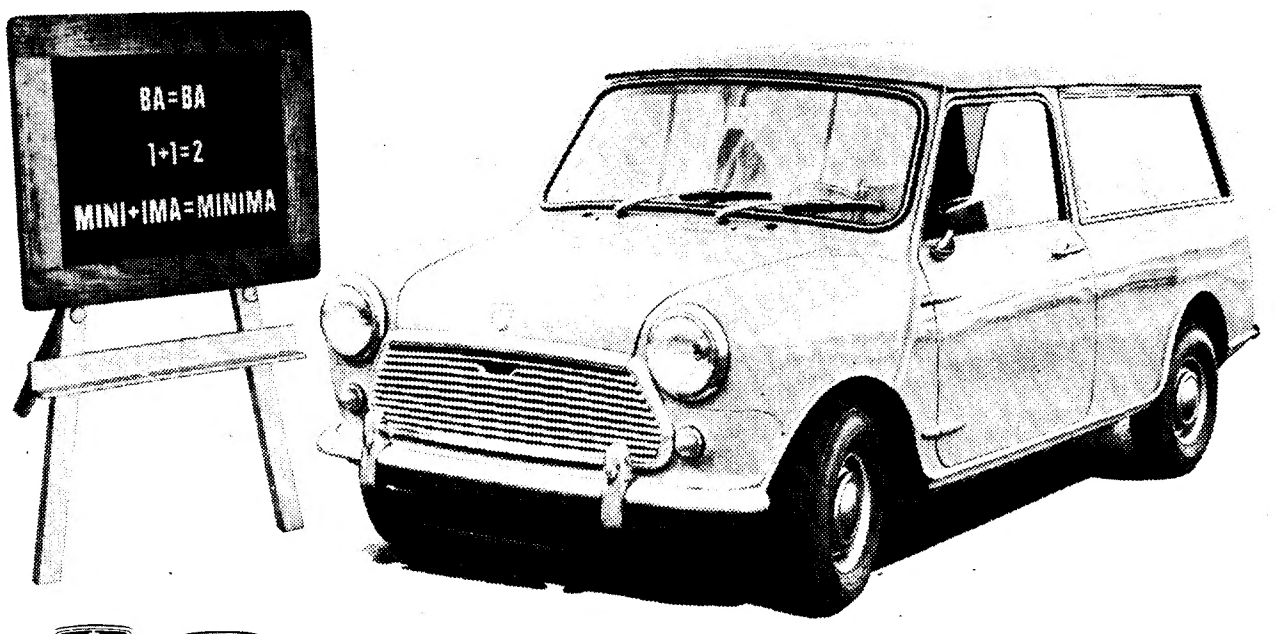
Os melhores padrões, milhares de rolos para entrega imediata
Desde **130$00** por rolo

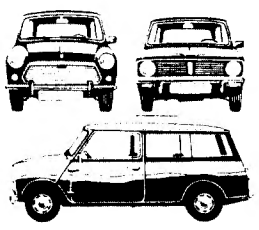
Barros e Barros Lda.
R. José Duro 22-E Lisboa - 5 — ALVALADE

O MINI APRESENTA A SUA IRMÃ MAIS NOVA PORTUGUESA:

MINI-IMA A CARRINHA ELEMENTAR

Porque é elementarmente simples, porque é elementar para as necessidades presentes, porque é elementar que seja a mais económica e a mais barata, porque elementarmente era a que fazia mais falta





Elementar é pois, ir vê-la, experimentá-la quanto antes. Para não ter que esperar. Porque, enquanto espera não estará a desfrutar o que já poderia ir poupando. O que é elementar para as necessidades presentes.
Que são uma vida económica, mais barata. Ao alcance, é lógico, se ao seu serviço estiver, desde já a Mini-Ima. Elementarmente simples.

1000 MINI-VAN MINI-IMA

OS TRÊS DA VIDA COMEDIDA!

Mini

Leyland Austin, MG, Triumph, Jaguar Morris, Mini, Rover, Daimler

Distribuidores: British Leyland de Portugal - Automóveis. Lda. Concessionarios em todo o País

MINI-IMA : A necessidade foi mãe do engenho.

PUBLIFIRMA

Nas bancadas: Mário Soares com Maria Barroso, Manuel Alegre e Marcelo Curto

Soares no Campo Pequeno

"Foi o PS que tornou exequível a vitória dos capitães"

Não correspondendo ao apelo oficial no sentido da não-partidarização das comemorações do «25 de Abril», o Partido Socialista promoveu, na tarde de domingo, dia 24, um comício-festa na praça do Campo Pequeno. No decurso do comício, Mário Soares, secretário-geral do P.S. e Primeiro-Ministro, proferiria algumas controversas afirmações, entre as quais a de que foi o seu partido quem tornou exequível a vitória dos «capitães», garantindo a sobrevivência da democracia.

Para Mário Soares os objectivos essenciais do programa do MFA já foram alcançados (afirmação de que discordam alguns dos autores do próprio programa) e as dificuldades que o País atravessa e que o seu Governo se tem mostrado incapaz de ultrapassar apresentam, (deduz-se da óptica geral do discurso) a magra consolação de serem também extensíveis a outros países.

Outros dois temas merecem ainda destaque nas palavras proferidas por Mário Soares na concentração do Campo Pequeno: as alusões ao general Ramalho Eanes, apresentado como «o nosso candidato» e como o Presidente da República que dá o seu apoio ao «projecto do Governo», e as críticas à esquerda do P.S., nomeadamente aos militantes que se encontram na Fraternidade Operária (Lopes Cardoso, Kalidás Barreto e outros) pois, segundo disse, não se podem tolerar alianças com os inimigos do PS.

A despeito de todas estas afirmações, Mário Soares diria ainda que, apesar de tudo, não queria voltar atrás com as conquistas da Revolução. Deu também um «sim, mas...» à Reforma Agrária e citou o exemplo do presidente dos EUA no que se refere ao recente apelo de Carter no sentido da austeridade.

Vivas ao partido e às Forças Armadas, ao Presidente da República e ao 25 de Abril, culminariam o seu discurso.

CONVÍVIO-FESTA DA FEPU CONCITOU À UNIDADE

"Dessectarizar as relações políticas"

Decorreu sob o símbolo da unidade a festa-convívio que ontem à tarde reuniu milhares de pessoas no Parque Eduardo VII, vitoriando o «25 de Abril» e reafirmando a sua determinação de defenderem as conquistas revolucionárias alcançadas com duros esforços em três anos de acidentado processo.

Como frisou Piteira Santos, director-adjunto do «DL», pela primeira vez participante num comício da «Povo Unido», é imperativo que, no que à unidade se refere, se passe das palavras aos actos, ou seja, que a unidade deixe de existir apenas em palavras, para se tornar um acto concreto. «Dessectarizar as relações políticas», «fazer das relações políticas relações fraternais com aquele que trabalha connosco no dia a dia» — palavras igualmente de Piteira Santos.

Na tribuna estiveram presentes Carlos Brito, António Galhordas, Manuel Serra, Oliveira Sá e Anselmo Aníbal, além de Piteira Santos, que se dirigiram à multidão concentrada no Parque Eduardo VII.

«Grândola, Vila Morena» foi entoada por todos os presentes, tendo rematado uma mensagem gravada por Zeca Afonso, impossibilitado de comparecer. Também aqui a unidade foi tema dominante, foi apelo no sentido da ultrapassagem das «divergências secundárias» e de se encetar uma luta comum «contra o fascismo e a recuperação capitalista».

«Slogans» como «25 de Abril, sempre» e (recordando tempos ainda próximos) «O povo unido, jamais será vencido», coroaram as intervenções dos diferentes oradores e pontuaram as actuações de vários artistas populares que animaram a concentração da FEPU.

Os perigos que ameaçam o 25 de Abril foram evocados por quase todos os oradores. Carlos Brito, dirigente do PCP, ao chamar para eles a atenção de todos, acrescentaria, contudo, ser ilusório pensar-se que a ameaça advém apenas da reacção pois, disse, também a política do Governo — «de recuperação capitalista» — está a contribuir para a situação. Neste sentido, acusou o Governo PS de procurar enfraquecer os trabalhadores, dividindo o movimento sindical, exemplificando com o apoio concedido pelo partido governamental a «novas linhas sindicais». Contudo, segundo Carlos Brito, os objectivos do Governo não serão alcançados e a unidade dos trabalhadores e das forças democráticas tornar-se-á cada vez mais forte.

«Aqueles que realizam uma política de recuperação capitalista pagarão o preço com o seu isolamento», disse Carlos Brito, apelando para que a «oposição generalizada à política governamental se sele numa unidade activa».

Prosseguindo, sustentou que a acção de «audácia histórica» dos capitães de Abril ao derrubarem o regime fascista foi acompanhada por um programa que concita à unidade todos aqueles que pretendem pôr termo à tirania e que querem «uma Pátria mais próspera».

Finalmente, chamou a atenção para a necessidade de se encontrar uma plataforma que, nos termos da Constituição, permita solucionar «os graves problemas que afectam o País» e garantir a consolidação da democracia, rumo ao socialismo.

NA NOITE DE DOMINGO PARA SEGUNDA

Militares e povo evocaram libertação

Muitos dos militares de Abril e milhares de pessoas participaram na noite de domingo, nas comemorações populares não oficiais, do 25 de Abril, subordinadas ao tema «o 25 de Abril está vivo».

Otelo, Rosa Coutinho, Corvacho, Marques Pinto, Campos de Andrade, Tomé Queiroz de Azevedo, Borrega, Arlindo eram alguns dos muitos militares que se juntaram aos manifestantes para celebrarem a passagem do 3.º aniversário do levantamento popular e militar que derrubou o fascismo.

No Largo Camões, onde num palco improvisado começaram as comemorações, ouviram-se discursos de alguns membros da comissão organizadora e canções, interpretadas por Francisco Fanhais e Pedro Barroso.

Mariana Charrua debruçou-se sobre a situação que actualmente se vive em Portugal, salientando que «se repudiamos o presente é porque também não queremos o passado».

Mota Vieira, deficiente das Forças Armadas, que usou da palavra sentado numa cadeira de rodas, lembrou aquela que foi a maior conquista do 25 de Abril — a descolonização e o fim da guerra.

Afirmou, nomeadamente, «Quero trazer à vossa memória o que foram aqueles treze anos de guerra e como foram dolorosas as suas consequências». Apontou depois a importância do processo de descolonização e da independência dos povos irmãos das ex-colónias, sublinhando que «nenhum governo poderá hoje revogar a descolonização».

Joaquim Furtado evocou a seguir a primeira mensagem do MFA, que leu aos microfones do então Rádio Clube, na madrugada já distante de 1974, após o que um ex-militar do Ralis lembrou o ambiente que se viveu naquele dia dentro dos quarteis.

Formou-se depois uma enorme manifestação, encabeçada pela bandeira nacional, que se dirigiu à antiga sede da PIDE, ao mesmo tempo que os manifestantes gritavam palavras de ordem de apoio ao 25 de Abril, ao MFA e aos militares de Abril, exigindo também a imediata ilibação de Otelo e de todos os que estão sujeitos aos Conselhos Superiores de Disciplina e que se faça justiça aos «pides» e aos bombistas.

Na António Maria Cardoso, onde durante a tarde se tinha pintado um mural, no local onde foram assassinados quatro populares na tarde de 25 de Abril, foi descerrada uma lápide de homenagem àqueles antifascistas por um antigo preso político, José Manuel Esperto. Otelo depôs, por baixo da lápide, a primeira coroa de flores.

A manifestação seguiu então para as proximidades do Largo do Carmo onde um ex-militar, João Anjos, destacou o papel dos soldados e oficiais progressistas depois do 25 de Abril e até ao 25 de Novembro. Referindo-se a esta última data, que qualificou como um «golpe reaccionário», João Anjos afirmou: «Aos militares e civis que tiveram a ilusão de que o 25 de Novembro viria repor o verdadeiro espírito do 25 de Abril e que hoje decerto já estão desenganados, dizemos que o Povo está no seu posto e que o seu lugar é ao lado do Povo». Reafirmou depois a necessidade de manter e desenvolver a luta para que também em 1978 se possa comemorar o 25 de Abril.

A manifestação passou a seguir em frente do edifício onde funcionava a Comissão de Censura, tendo o jornalista Cesário Borga evocado a acção repressiva do fascismo no âmbito cultural, e as conquistas que, nesse sector, o 25 de Abril garantiu.

Por fim, e para terminar a evocação, os manifestantes dirigiram-se para o antigo Rádio Clube Português, hoje R.D.P., onde a manifestação dispersou, já muito depois das duas da manhã, após se ter entoado o hino do 25 de Abril — «Grândola, Vila Morena».

CAIS DO SODRÉ

Entretanto, ontem, convocados pela Comissão Coordenadora das Comemorações Revolucionárias do «25 de Abril», centenas de manifestantes desfilaram do Cais do Sodré até às imediações do Ministério do Trabalho, onde decorreu um comício.

As ocupações de casas por famílias necessitadas, que tiveram o apoio de forças militares, e as desocupações que se têm vindo a registar nos últimos meses, foram temas abordados pelos oradores que protestaram contra a acção das autoridades.

Um ex-militar do CICAP-RASP apontou as tarefas que deveriam cumprir os militares, indicando como uma das principais a vigilância revolucionária organizada.

Durante o trajecto até à Praça de Londres os manifestantes detiveram-se frente às instalações do antigo Rádio Clube Português e junto à Embaixada dos E.U.A., onde protestaram contra a ingerência imperialista.

PRESENTES CENTENAS DE MILITARES E FAMILIARES

Evocação na Voz do Operário

Centenas de oficiais uqe participaram no 25 de Abril reuniram-se ontem, com as suas famílias, num almoço de convívio que se realizou na Vo do Operário. Unidos em torno de uma realidade que era mais forte do que as naturais divergências que separavam muitos deles — o fascismo — os militates de Abril, numa plataforma de unidade, conseguiram devolver ao povo português as liberdades que em nome da ordem e da legalidade lhe haviam sido retiradas em 1926. Mas também um número muito grande de outros militares que, por diversas razões não participaram directamente no 25 de Abril, a ele aderiram convictamente e têm desempenhado um papel importante na luta para garantir a liberdade do povo português.

Esta jornada de evocação permitiu o reencontro de muitos militares num clima de convívio e amizade que a agudização das lutas no decorrer do processo político não tinha até agora permitido. O mesmo espírito que os uniu para fazer o 25 de Abril continua a unir-los para o defender, agora num quadro constitucional legal, emanado da vontade popular, e portanto, libertos de incorrerem nos possíveis erros do passado, nos casos em que os houve, ou na atitude passiva, no caso de muitos que, por não verem claramente uma ordem constitucional institucionalizada se abstiveram de uma intervenção activa, em momentos agudos da vida nacional. Neste momento é clara a fronteira de intervenção dos militares na vida política: defender a Constituição que «recolhe o essencial das grandes aspirações do Povo Português para a construção de um País novo» e defender «a vontade do Povo português livremente expressa que é a fonte do poder legítimo com que se identificam as Forças Armadas portuguesas» conforme ontem sublinhou a mensagem do Conselho da Revolução.

Otelo entre a multidão dos manifestantes que desfilaram por Lisboa

Imprensa polaca comenta

O papel negativo desempenhado pela «pressão constante do Ocidente» bem como «a insuficiência do desenvolvimento da consciência política» são dois aspectos focados pelo jornal polaco «Dziennik Ludowy», como fazendo com que Portugal «não seja hoje aquilo com que sonharam os capitães e os sectores da esquerda que os apoiaram».

O mesmo jornal, assinalando o «25 de Abril», salienta depois a influência que a «Revolução dos Cravos» teve em Espanha, assinalando ser difícil imaginar que a evolução daquele país, no pós-franquismo, fosse tão rápida sem o exemplo do processo português.

Também o diário católico polaco «Slowo Powszechne», referindo-se a Portugal, afirma que a «Constituição portuguesa, aprovada há um ano, está entre as mais progressistas da Europa Ocidental».

O jornal destaca também o ressurgimento das forças capitalistas em Portugal, concluindo do que «o futuro dependerá muito do grau de organização e consciência política das classes trabalhadoras».

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

PUBLICIDADE, HOJE.

O DIÁRIO DE LISBOA entende que a Publicidade bem utilizada, é uma actividade necessária e útil e considera que as campanhas de publicidade devem ser entreques a boas Agências onde verdadeiros profissionais aceitam e impõem as reqras de qualidade e utilidade social que o DIÁRIO DE LISBOA exiqe e defende.

PUBLICIDADE, HOJE — é mais uma iniciativa do DIÁRIO DE LISBOA, com o objectivo de contribuir para a valorização e dignificação do sector da Publicidade.

A página de hoje é da responsabilidade da Agência **PLANO**

Plano: uma actividade de nove anos

PLANO é uma agência de serviço completo, quer dizer que a sua estrutura base está concebida e apetrechada para lhe permitir, com eficácia, estudar, criar, projectar, executar, distribuir e controlar campanhas de publicidade, através de qualquer meio de difusão. Paralelamente, mantém uma actividade complementar para a realização dos mais diversos trabalhos gráficos, criação de marcas, decorações comerciais e outros serviços.

Mais do que fazer publicidade, podemos afirmar que a PLANO «administra» as contas publicitárias dos seus clientes, entendendo-se tal administração, sobretudo, como a perfeita identificação da Agência com as necessidades, os interesses e os desideratos dos que aos seus serviços recorrem.

Empresa independente, constituída apenas por capital nacional, iniciou o seu trabalho no ano de 1968. Ao longo de 9 anos de existência a PLANO regista no seu currículo de Agência de Publicidade, marcas de numerosos produtos, alguns de grande prestígio internacional: Iogurte Yoplait, Gelados Gelgurte, Óleos e lubrificantes Mobil, Gás butano Sonapgás, Companhia de Seguros Comércio e Indústria, Bank of London & South America, Refrigerantes Cristalina, produtos Black & Decker, Compressores e ferramentas pneumáticas Ingersoll-Rand, Electrodomésticos Zoppas, Máquinas de lavar Sufam, Meias e Lingerie Caron, Cosmética Wella, Automóveis Simca e Sunbeam.

Na sua actividade, e tirando todo o legítimo partido das ligações internacionais que criou e desenvolveu como membro da I. A. I. A. A. (International Association of Independent Advertising Agencies), a PLANO tem correspondentes na Alemanha, Áustria, Brasil, Espanha, Finlândia, Holanda, Itália, Suécia, Suíça, Irlanda, Hungria, Jugoslávia, Polónia e Nova Zelândia. No âmbito desta Associação firmou em 1975 um contrato de colaboração com a Agência de Publicidade «Magyar Hirdeto» de Budapeste. No campo do «marketing» internacional desenvolve então uma série de operações no mercado da Hungria, que culminaram, em 1976, pela apresentação oficial das máquinas portáteis de lavar roupa e loiça da marca «Sufam», na mesma cidade de Budapeste.

A PLANO é constituída por uma quadro de 12 profissionais que garantem aos clientes serviços de qualidade e uma assistência bastante personalizada, independente do volume da conta de cada um. Aliás, jamais regateou apoio, conselho e assistência a pequenas empresas com orçamentos modestos. Sabe que verbas pequenas têm de ser correctamente orientadas e, talvez por isso, muitos dos seus clientes mantêm-se, crescendo, desde a sua fundação.

Desfrutando de personalidade, de prestígio e de idoneidade no mercado português da publicidade, certamente que estes valores a PLANO não os conquistou por acaso, mas porque sempre ofereceu o que uma Agência de serviço completo deve oferecer aos seus clientes e... garantir.

Opinião

Sob certos aspectos, o processo de desalienação que se seguiu ao 25 de Abril acabou por, no seu afã, alienar... Assim foi que atravessámos uma fase em que o publicitário era apontado (até por alguns conspícuos órgãos da Imprensa diária...) como se, no decurso da sua actividade, não tivesse passado de «agitprop», de moço-de-fretes propagandístico do regime deposto. O bom senso voltou, felizmente, e para que prossiga torna-se indispensável repor a publicidade no seu justo lugar, através de uma série de regras que todos devemos respeitar.

Mais do que nunca, a encruzilhada da nossa difícil conjuntura económica reflecte-se agudamente na publicidade, obrigando nuns casos, facilitando noutros, a confusão numa dura batalha pela sobrevivência. Nós queremos acreditar que a regulamentação definitiva da área publicitária estatizada não vai arrastar com ela o compadrio e outros males inerentes às situações de privilégio. Também julgamos passível de boa solução — e ela é urgente! — a definição do âmbito do sector privado no quadro geral das actividades económicas do país. Os destinos da publicidade privada estão-lhe razoavelmente ligados.

Esperamos, pois, que uma salutar emulação seja oficialmente admitida, senão fomentada entre a publicidade estatal e a privada, já que a igualdade de oportunidades é proclamada como a base mesma da democracia.

Mas as confusões só serão evitáveis se não mantivermos as convenientes dúvidas e passarmos a uma acção clara e bem definida do campo em que cada parte actua e da deontologia a que cada uma se obriga.

Inquérito

O que pensa das recentes iniciativas do «Diário de Lisboa», em relação à actividade publicitária e do possível reatamento do Grande Prémio da Publicidade?

As recentes iniciativas do DL de esclarecer o público e empresários sobre a qualidade e profissionalidade publicitárias, são louváveis a todos os títulos. Pela primeira vez, um órgão da Imprensa portuguesa entendeu, e muito bem, desenvolver a acção pública e empresarial de conferir à publicidade um tratamento idóneo que dignifique uma profissão de relevante importância em quase todos os aspectos da vida de uma nação, fornecendo também uma imagem da capacidade das Agências de Publicidade nacionais.

Dentro deste espírito, o reatamento do Grande Prémio da Publicidade, criado em tempos pelo DL, só poderá completar favoravelmente este trabalho se tiver como objectivo louvar e estimular o mérito profissional à margem dos efeitos mundanos usuais que servem mais para confundir do que para progredir.

Clientes Plano

Agrop, Lda; Black & Decker, Lda; Fábrica Portugal, SARL; Indústrias Alimentares Gelgurte, Lda; Ingersoll-Rand, Lda; Laboratórios Ralay, Lda; Laboratórios Vitória, SARL; MAP-Matérias Plásticas, Lda; Ondex, Lda; Pelagus-Sociedade Editorial, Lda; Refrigerantes Cristalina, Lda; Wella Portugal, LDA.

ENCONTRO DE TRABALHADORES FARMACÊUTICOS

Unidade, organização e mobilização

— propósitos na luta contra o patronato

Com a presença de 383 delegados, 150 convidados e representações de 105 empresas, efectuou-se no sábado, no Instituto Superior Técnico, um Encontro Nacional de Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos, que visava o debate sobre o Contrato Colectivo de Trabalho Vertical do sector.

As conclusões do encontro, repartidas por três pontos — objectivos a atingir com o CCTV; estratégia do patronato; e unidade, organização, mobilização e luta — a resposta dos trabalhadores —, assinalaria que o CCTV «inclui e consagra no seu clausulado geral, algumas das conquistas e direitos fundamentais dos trabalhadores, decorrentes do processo iniciado com a revolução de Abril».

Salientando, de entre esses direitos, os que respeitam ao sindicalismo, controlo de gestão e melhoria de regalias sociais, as conclusões do encontro adiantam que «a tabela salarial é realista permite o seu integral cumprimento e toma em consideração a defesa dos postos de trabalho».

E depois: «O CCTV beneficia prioritariamente os trabalhadores mais desfavorecidos» e «reforça a unidade dos trabalhadores e consolida o sindicato vertical».

ESTRATÉGIA DO PATRONATO

A parte das conclusoes do Encontro consagrada à estratégia do patronato na negociação do presente CCTV salienta que tal «visa perpetuar a exploração dos trabalhadores, agravando as suas condições de vida, principalmente através do protelamento das negociações».

E acrescenta-se nas conclusões: «Para atingir tal objectivo, o patronato utiliza tácticas ora subtis, ora descaradas e violentas de que são exemplos os aumentos salariais já verificados em diversas empresas, a divisão dos trabalhadores através da criação de problemas artificiais e o recurso a despedimentos abusivos e à instauração do ambiente de intimidação e repressão».

De seguida, o documento final do Encontro dos Trabalhadores Farmacêuticos assegura que «o patronato é auxiliado quer pela legislação dimanada do Governo quer pela complacência e ineficácia do Ministério do Trabalho, veiculando as suas posições através dos órgãos de comunicação social que, na sua maioria, controla».

«Os trabalhadores presentes no Encontro Nacional repudiam tais manobras do patronato e a conivência do Governo, dispondo-se firmemente a lutar pelo seu CCTV» — lê-se no documento.

UNIDADE, ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO

A resposta dos trabalhadores à actual situação que enfrentam (ofensiva do patronato das empresas e, ainda, a exclusão no CCTV dos trabalhadores das ilhas) condensa-se em três palavras: unidade, organização, mobilização.

Por isso, nas conclusões do Encontro realizado no sábado, se reconhece a necessidade de «promover o levantamento das CT's; alargar a estrutura dos delegados sindicais, dinamizá-la e proceder à eleição de delegados nas empresas onde ainda não existam».

Nos propósitos dos delegados ao Encontro salienta-se ainda: «melhorar o sistema de recolha de quotizações (...) através de uma maior consciencialização» e «constituição de uma comissão consultiva que, para além das suas próprias funções melhorará o trabalho e o contacto entre as empresas, Direcção e Comissão Sindical Negociadora».

«Não rejeitando qualquer forma de luta, incluindo a greve, esta ser adoptada de acordo com as circunstâncias de cada caso, cabendo a sua definição à Direcção e à CNS que, tendo em conta a situação nas empresas, a composição heterogénea do sector e as provocações do patronato visando lançar-nos para formas de luta condenadas ao desastre, consultarão os trabalhadores sempre que a gravidade da situação o impuser» — afirma-se depois no documento final.

SINDICATOS DO CANADÁ APOIAM CGTP

A convite de sindicatos canadianos e de organizações de portugueses radicados em Montreal, está nesta cidade o sindicalista português Mário Henriques, antigo membro do Secretariado da Intersindical, que aqui assistirá às comemorações dos trabalhadores no 1.º de Maio.

Durante uma cerimónia em que estiveram presentes dirigentes da central sindical canadiana e de outras forças sindicais, Mário Henriques dirigiu um apelo aos portugueses do Canadá para que se filiem nos sindicatos locais, a fim de estarem organizados enquanto trabalhadores.

Por seu turno, os dirigentes sindicais canadianos manifestaram o seu apoio à CGTP — Intersindical, sublinhando a necessidade de se reforçarem os laços entre os movimentos sindicais português e canadiano.

AUTOGESTÃO E COOPERATIVAS

"Proposta de lei do Governo atenta contra a Constituição"

«Mais uma vez o Governo procura deixar os trabalhadores de fora em questões que lhes dizem respeito» — a crítica, produzida durante o Encontro Nacional das Empresas em Autogestão e Cooperativas que decorreu no passado sábado, nas instalações da Carris, em Santo Amaro, é dirigida aos propósitos governamentais de constituição de um futuro Instituto Nacional das Empresas em Autogestão, cuja presidência dependerá de pessoa a designar pelo sr. ministro do Trabalho e cujo conselho consultivo será constituído por representantes de sete Ministérios.

Os trabalhadores presentes no Encontro Nacional exigiram a sua participação no previsto conselho consultivo «com representatividade por ramos de actividade».

«Efectivamente, os propósitos do Governo equivalem à tentativa de transformar o INEA num grande patrão que tudo decide» — conforme afirmação ouvida pelo repórter — «em evidente atentado ao art.º 56 da Constituição».

Os trabalhadores manifestaram a sua desconfiança quanto ao «espaço de manobra» que o Instituto viria a ter. Nesse espaço poderiam vir a caber «autênticos poderes ditatoriais», «contemplados» em artigos vários da proposta de lei do Governo: gestão dos lucros, quando os houver, retirados 25 por cento para distribuição pelos trabalhadores, intervenção na celebração de contratos para lá de certos montantes; obrigatoriedade de homologação e poder de exonerar gestores que não sejam do agrado dos componentes do INEA.

Foi objecto de vigorosa contestação a exigência, constante da proposta governamental que vai estar em debate da Assembleia da República, a exigência de serem os trabalhadores a fazerem prova judicial da legitimidade da autogestão.

No final do plenário de sábado, os trabalhadores presentes decidiram mandatar os Secretariados das Empresas em Autogestão e Cooperativas de Lisboa, Porto e Coimbra, para, em conjunto com a CGTP-IN fazerem chegar à Comissão de Trabalho da AR as posições de quem trabalha sobre matérias que lhe dizem directamente respeito; «para que ninguém possa decidir por nós».

GREVE NA SARDINHA

Pescadores rejeitam proposta patronal

A paralisação nos portos de Matosinhos, Vila do Conde e Afurada mantém-se, depois de os pescadores da sardinha, reunidos no sábado na sede do seu sindicato terem rejeitado a última proposta da entidade patronal.

A decisão dos trabalhadores foi tomada por considerarem que o aumento dos prémios de produção, proposto pelos armadores da pesca da sardinha só beneficia os tripulantes das traineiras melhor equipadas e não corresponde, assim, ao solicitado aumento geral de 25 por cento.

Entretanto, deverá, durante a semana corrente, efectuar-se nova reunião entre os elementos da Comissão Negociadora Sindical e a entidade patronal. Contudo, se desse encontro não resultar uma plataforma de entendimento, os pescadores recorrerão para o Ministério do Trabalho, a fim de servir de árbitro na questão.

Deste modo, continuam fundeadas nos ancoradouros as 56 traineiras envolvidas no conflito. Os pescadores pretendem aumentar a sua parte no produto do pescado, de 40 para 42 por cento, enquanto os patrões pretendem a continuação dessa percentagem, propondo a subida de dois por cento nos prémios de produção e somente quando o produto do pescado exceda os sete contos, o que não está ao alcance das traineiras.

1.º DE MAIO

Jornada comemorativa principia hoje

As comemorações do 1.º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador, que este ano, em Portugal, se celebrará pela quarta vez em liberdade, serão antecedidas de um largo programa de actividades, que se inicia na tarde de hoje, e envolve plenários, sessões de esclarecimento operário, provas desportivas, manifestações culturais e recreativas.

Assim por iniciativa do Secretariado Coordenador do Concelho de Almada da CGTP-IN, estão a decorrer, neste momento, provas de ginástica e atletismo dirigidas especialmente às crianças: À noite, na Incrível Almadense, realiza-se um colóquio-debate sobre a Reforma Agrária, com a participação de elementos de diversas cooperativas agrícolas.

Entretanto, no Porto, abre, também hoje, na Rua Alexandre Herculano, 325-333, uma exposição documental sobre actividades sindicais, com «stands» das empresas intervencionadas, em autogestão e cooperativas. (Evoca-se, a este respeito a larga participação destas empresas nortenhas no Encontro Nacional de sábado passado, que noticiamos noutro local).

A exposição será acompanhada, todos os dias até ao 1.º de Maio, de colóquios e projecção de filmes. Amanhã, a partir das 18 horas, estará em debate o «aumento do custo de vida e a contratação colectiva». Para o próximo dia 29, o tema escolhido é «os trabalhadores e recuperação da economia nacional».

Por outro lado, a Comissão Organizadora das Comemorações nos distritos de Setúbal e Lisboa, tem já elaborado o calendário completo para o dia um de Maio de 1977. Entre as manifestações desportivas que terão lugar, da parte da manhã, destaca-se a corrida (de bicicletas) que terá início pelas 9 horas em Paço de Arcos, com chegada ao Estádio 1.º de Maio, após um percuso que passa por Cascais, Guincho, Malveira, Cacém, depois a Estrada Nacional e da Circunvalação, Estádio Pina Manique, Campo Grande, avenidas do Brasil e do Rio de Janeiro.

Sensivelmente à mesma hora, decorrerá uma prova de atletismo — cinco mil metros — com partida dos Restauradores e chegada, também, ao Estádio 1.º de Maio, onde à tarde as manifestações culminarão com uma manifestação-comício a iniciar cerca das 17 horas, após o desfile que sairá da Alameda Afonso Henriques.

A Comissão Organizadora das Comemorações nos Distritos de Setúbal e Lisboa pede aos trabalhadores interessados em participar nas provas desportivas que se inscrevam, previamente, no Largo Vitorino Damásio, n.º 8 - 1.º, ou pelo telefone 661350.

Unidade vence na "Imprensa Nacional"

. A lista «A», unitária, concorrente às recentes eleições para o Conselho Geral de Trabalhadores da Imprensa Nacional-Casa da Moeda sob a sigla «Na unidade, construamos a democracia e o socialismo», saiu vencedora, totalizando 542 votos, para 449 da lista «B» que se afirmava «não totalitária, pela democracia, pela liberdade, pela dignidade do trabalhador». Registou-se forte participação no acto eleitoral: votaram cerca de 90 por cento dos trabalhadores.

METALÚRGICOS DO ALENTEJO

«Por um sindicato forte, em defesa da classe, pela unidade dos trabalhadores — este o lema da lista «A», eleita para a Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Alentejo, com sede em Évora. Conforme o programa apresentado, a nova direcção sindical compromete-se «a unir e organizar os trabalhadores para a luta por melhores condições de vida (...) para conseguir defender as conquistas já alcançadas e avançar para a consolidação de uma sociedade com mais justiça social, onde não haja desprezo por quem trabalha e produz numa palavra, para o socialismo.

NOS AÇORES

Sindicatos contra alta do custo de vida

«Contra a alta do custo de vida, para uma melhoria da situação económica de todos os trabalhadores» — é o tema de uma moção que representantes de diversos sindicatos entregaram ao dr. Mota Amaral, presidente do Governo Regional dos Açores.

No documento baseia-se a argumentação de diminuição dos salários reais, pela «enorme subida recentemente registada nos preços dos bens essenciais» e ainda pelo aumento dos descontos de Imposto Profissional, Caixa de Previdência e Imposto Complementar.

Por outro lado, recorda-se no documento, os aumentos salariais estão limitados a 15 por cento, em consequência do Decreto-Lei 841-A/76, enquanto, no ano passado, a inflação (oficial) foi de cerca de 32 por cento» e «o poder de compra diminuiu já em mais de 50, por cento».

Para resolver a situação, os sindicatos subscritores da moção pedem «a manutenção dos subsídios que foram retirados», admitindo contudo que poderão eventualmente ser retirados mas prevenindo quer trabalhadores quer empresários «para enfrentar os aumentos de preços que daí advêm».

No documento exige-se, a completar, que seja revogado a nível regional, o Decreto 841-A/76, para o que esse diploma «deve ser submetido a discussão e votação na Assembleia Regional».

GREVE NA PANIFICAÇÃO

Uma parte dos trabalhadores da panificação encetaram no dia 23, de acordo com uma notícia divulgada pela Direcção-Geral de Informação, uma greve que é considerada selvagem pelo Governo Regional.

Segundo a notícia divulgada pelo Governo Regional dos Açores, «esta greve não tem cobertura do respectivo sindicato e é absolutamente ilegal». A luta dos trabalhadores de panificação açorianos desenvolve-se como protesto contra o impasse registado na negociação do CCT do sector.

Para o Governo Regional «está em curso o processo de revisão do respectivo CCT, havendo prazos a respeitar de acordo com a lei, os quais estão de longe de estarem esgotados».

Demissões na Grão-Pará

. O Conselho de Ministros aceitou a demissão da Comissão Administrativa das empresas do grupo Grão-Pará, com efeitos a partir do dia 12 de Abril, nos termos de uma resolução hoje publicada no «Diário da República».

A resolução determina que, a partir daquela data, a Empresa Nacional de Turismo (Enatur) assegure provisoriamente a gestão das empresas do Grupo Grão-Pará.

BPA diz "não" a horas extraordinárias

. As comissões de delegados sindicais das Zonas Norte, Centro e Sul do Banco Português do Atlântico, e respetivas Comissões de Trabalhadores, deliberaram não efectuar mais horas extraordinárias.

Na mesma reunião, decidiram ainda estudar a situação através dos contenciosos dos sindicatos bancários e tentar mobilizar toda a classe para a sua luta, que se desenvolve desde o passado dia 30, contra uma decisão governamental que impede os trabalhadores do BPA de auferirem vencimentos equiparados aos da restante banca nacionalizada.

O Governo entende que o problema deverá resolver-se no âmbito das negociações do novo CCT, em curso.

UM Black & Decker PARA TODA A GENTE!

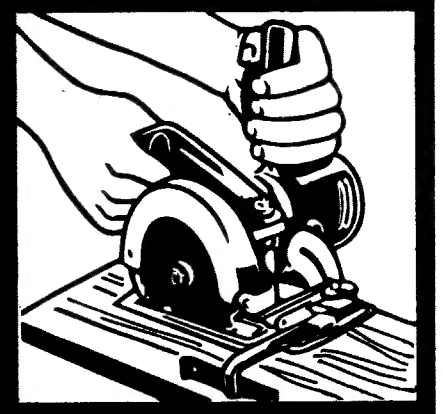
DNJ50 599.

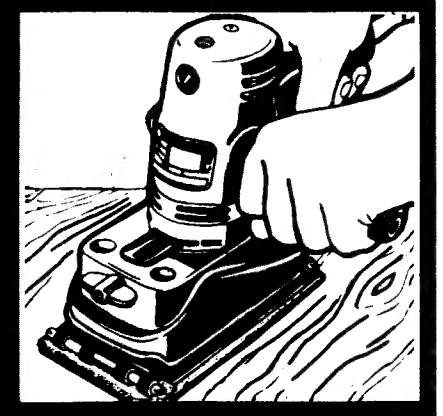
DNJ70 999.

DNJ52 1299.

DNJ64 1499.

BERBEQUINS ELÉCTRICOS ADAPTÁVEIS A TODA A LINHA DE DISPOSITIVOS





"FAÇA VOCÊ MESMO"... ... HOJE AINDA MAIS IMPORTANTE

CONSULTE JÁ O SEU REVENDEDOR *Black & Decker*

PREÇOS ESPECIAIS ATÉ 30 DE ABRIL DE 1977

PORTUGAL DEBRUÇA-SE SOBRE A SUA REVOLU

2. Os homens do

Uma Primavera sumptuosa com papoilas e olaias de tons malva, resplandece nas amplas planícies do Alentejo. Entre Braga e a Guarda, onde os trabalhadores emigrantes que regressam de França constroem pavilhões «estilo casa», o Norte «profundo» é uma sinfonia de verdes. Em Lisboa as palmeiras recortam-se numa cascata de telhados escuros.

Portugal há **três anos** que não se mostrava tão tranquilo aos olhos do viajante apressado... **«O único oásis de paz numa Europa conturbada»,** disse a semana passada Mário Soares, com o seu habitual optimismo. Quem é que ainda olha para as paredes, que continuam maculadas de «slogans» contraditórios, a frescos gigantes que glorificam o partido comunista, ou são dedicados ao general Eanes pelos militantes do M. R. P. P.? Não os portugueses, cansados de dois anos de campanha eleitoral, para a Constituiente de Abril de 1975, as Legislativas de Abril de 1976, a Presidencial de Junho de 1976 e as Municipais de Dezembro de 1976.

Também não as dezenas de milhar de turistas, na sua maioria espanhóis, que chegaram inesperadamente na Páscoa, anunciando para o Verão um regresso espectacular do turismo de massas.

Apesar de várias campanhas oficiais de «limpeza», o furor de dar a palavra às palissadas ou às fachadas dos bancos ainda, não acalmou por completo. Ainda há muito para decifrar: os pequenos cartazes ajuizados anunciando o próximo congresso das Juventudes Comunistas, um novo grito: **«Os ricos que paguem a crise»,** um apelo deslavado, a um canto da Praça do Comércio: **«Todos ao Rossio contra o social-fascismo».** Isto foi só há alguns meses. Um século... Por vezes, à força de raspar e lavar paredes sob re carregadas, os velhos cartazes reaparecem: por exemplo, perto do Ritz, um poster de propaganda ao regime de Caetano: **«Moçambique, praias de sonho...»**

Para além de uma fachada de tranquilidade, os «sinais» de mal-estar, de inquietação, de expectativa, multiplicam-se. A espectacular subida do custo de vida é, em todos os meios, o tema de conversa número um. É certo que os boatos não têm a amplidão que tinham em 1975. No entanto, a classe política continua a especular, a encarar a hipótese de um golpe militar de direita **«embora o contexto não seja favorável»,** a deplorar a evidente apatia da maioria da população, fruto do desencanto, do cansaço, após a febre, da saudade tão portuguesa...

«ANTIGA PIDE E «NOVAS» SEVÍCIAS

Rumores: ter-se-iam reunido em segredo vários generais, descontentes com a nomeação pelo chefe do Estado para o posto-chave de Chefe do Estado-Maior Adjunto das Forças Armadas, do coronel Loureiro dos Santos promovido a general de quatro estrelas. Na roda do general Eanes, responde-se: **O chefe do Estado recebeu os generais, explicou-lhes as suas razões e convenceu-os..** Vários membros do Conselho da Revolução ameaçaram, no fim de Março, pedir a demissão para protestar contra a próxima comparência em conselho de disciplina de uns trinta oficiais **revolucionários,** companheiros do **25 de Abril** entre eles Otelo Saraiva de Carvalho, acusados de não cumprimento da **ética militar.** O major Melo Antunes, membro do Conselho e presidente da comissão constitucional, dissuadiu-os: **A melhor maneira de combater é estar presente...**

Coincidências: conhecidos agentes da antiga PIDE, polícia política de Salazar, célebre pelo requinte e eficácia das suas torturas, são postos em liberdade ou condenados a penas muito leves. É certo que alguns deles permaneceram três anos presos sem julgamento e que o português não cultiva o ódio; nem o espírito de vingança gratuito. **É preciso não exagerar,** afirma o general Galvão de Melo, homem de «direita», é certo, mas que em 1966, por hostilidade a Salazar, recusara uma promoção. **É preciso distinguir o aparelho da PIDE dos homens que a serviam...** Liberais de imaculado passado antifascista acrescentam: **Esperámos de mais. O que teria sido possível, compreensível, há três anos, no clima da libertação, já não o é hoje. Tem que se tratar deste caso...»** Mas essa mansidão relativa surge no momento em que «homens do 25 de Abril» estão prestes a comparecer perante um conselho disciplinar e a opinião pública não pode deixar de fazer uma aproximação entre estes factos. Sousa Tavares, socialista, director da **Capital** e membro da comissão encarregada do inquérito sobre as «sevícias» exercidas depois de Setembro de 1974, diz: **Os oficiais implicados toleraram ou permitiram essas sevícias. E alguns admitiram-no, dizendo que obedeciam a ordens superiores. Os portugueses presos arbitrariamente em virtude de mandatos em branco, estiveram longos meses na prisão, esuqecidos, sem julgamento. É inadmissível. Em Portugal a democracia é difícil. A direita pôde dizer: vocês fazem o mesmo que durante a ditadura embora em nome da liberdade. Ser-se firme, denunciar os abusos da revolução, é defender a esquerda e a revolução...**

Mal estar: em Beja, capital do baixo Alentejo, três pessoas foram presas antes da Páscoa e transferidas para Lisboa, sem que os parentes tivessem sido informados. **Como dantes,** suspira com amargura um advogado da cidade, antigo secretário de Estado de um governo provisório. Foi posto um processo a um pedreiro, depois a um magistrado, ambos acusados de terem declarado, em público, que **a polícia actual estava a comportar-se como a PIDE...** No dia 6 de Abril, em Lisboa, umas cem pessoas sem recursos financeiros foram expulsas **manu militari** e perante a indiferença geral, de um palácio vetusto, ocupado o ano passado e pertencente à vis condessa de Asseca. **O caso do major Mota Freitas perturbou os liberais.»**

Implicado numa rede terrorista de extrema direita responsável por vários atentados à bomba, esse oficial, antigo chefe adjunto da polícia do Porto, pôde facilmente, ao que parece, **«ignorar»** o mandato de prisão, devido às protecções eficazes de que parecia beneficiar.

Erros? Decerto que os há e eles contribuem para manter o «triunfalismo» de uma certa direita e a morosidade de uma esquerda desiludida. Há doze meses as referências, hoje frequentes nos meios políticos, ao «precedente» de 1928, teriam sido totalmente impensáveis. Nesse ano, os militares, que dois anos antes tinham vencido uma república enfraquecida pela desordem, confiaram a Salazar o cuidado de pôr a casa em ordem. A experiência durou meio século... **«Nem todo o perigo de ditadura desapareceu. Encarrego-os de defender a democracia no caso de eu faltar...»** Esta confidência do general Eanes ao presidente da Assembleia da República, no princípio de Abril, dramatizada talvez pelo seu destinatário, deu azo a certas especulações.

Candidato comum do P. S., do P. S. D.-P. P. D. e do C. D. S. (as três principais formações políticas) o general

Há três anos que Portugal não se mostrava

Eanes, vencedor do escrutíneo presidencial de 27 de Junho de 1976 com 60,79 por cento dos sufrágios, é, de facto, **«o eleito da nação».** Mas a Constituição de 1976, **«a mais socialista»** da Europa ocidental, reflexo das tensões sociopolíticas existentes na época em que foi redigida, também permite várias interpretações dos poderes presidenciais.

BELÉM, CENTRO DE DECISÃO

Para Mário Soares, que considera **«excelentes»** os seus contactos com o presidente da República, o sistema português é **«parapresidencial».** Freitas do Amaral, leader do C. D. S., o homem «que sobe», afirma que **«se caminha claramente para o presidencialismo».** Sá Carneiro, dirigente do P. S. D. cuja posição foi muito reforçada pelos êxitos impressionantes obtidos durantes as recentes eleições sindicais, considera, por sua vez, que o regime **«já é presidencial».** Estas «nuances» traduzem bem a ambiguidade da Constituição neste ponto.

Certeza: o palácio rocócó de Belém, com as suas paredes rosadas, torna-se um centro essencial de decisão política. O general Eanes, que tem conversas regulares com o primeiro-ministro, também recebe em particular, e cada vez com mais frequência, chefes de partidos, dignitários da Igreja e responsáveis pela economia.

Aceite o nosso convite e venha à Movitex passar uma noite no seu futuro ambiente de conforto. Para si, uma vasta gama de moveis, em estilo clássico e moderno, além dos modelos já famosos da Movitar Portuguesa. A sua dificuldade será escolher...

MOVITEX

R. Marquês da Fronteira 4 (Loja) (Metro de S. Sebastião)

DE 26 DE ABRIL A 20 DE MAIO DAS 20 ÀS 23 HORAS, DE 2.ª A 6.ª FEIRA COM A APRESENTAÇÃO DOS NOVOS MODELOS 77

QUADROS A ÓLEO

Assim como móveis de estilo e artigos de decoração, encontrará na

GALERIA ACTUAL

AV. DA REPÚBLICA, 12

(Perto do Saldanha)

LOUIS WIZNITZER

JIMMY CARTER

OU A IRRESISTÍVEL ASCENSÃO

«Nunca vos mentirei», afirmou repetidamente ao eleitorado americano. Mas quem é de facto Jimmy Carter? Plantador de amendoins, negociante, tecnocrata (cientista nuclear, como ele diz). Homem complexo, ambicioso, cheio de contradições, populista num país onde o populismo constitui, sob uma ou outra forma, de há cerca de cem anos a ideologia não escrita.

Neste livro Carter expõe as suas posições sobre questões da maior importância, como a CIA, a intervenção americana na Coreia: as relações com a China, com a **URSS e com Cuba**; a **situação em Portugal, Angola e Rodésia**: a actuação das multinacionais, etc.

uma edição da

EDITORIAL NOTÍCIAS

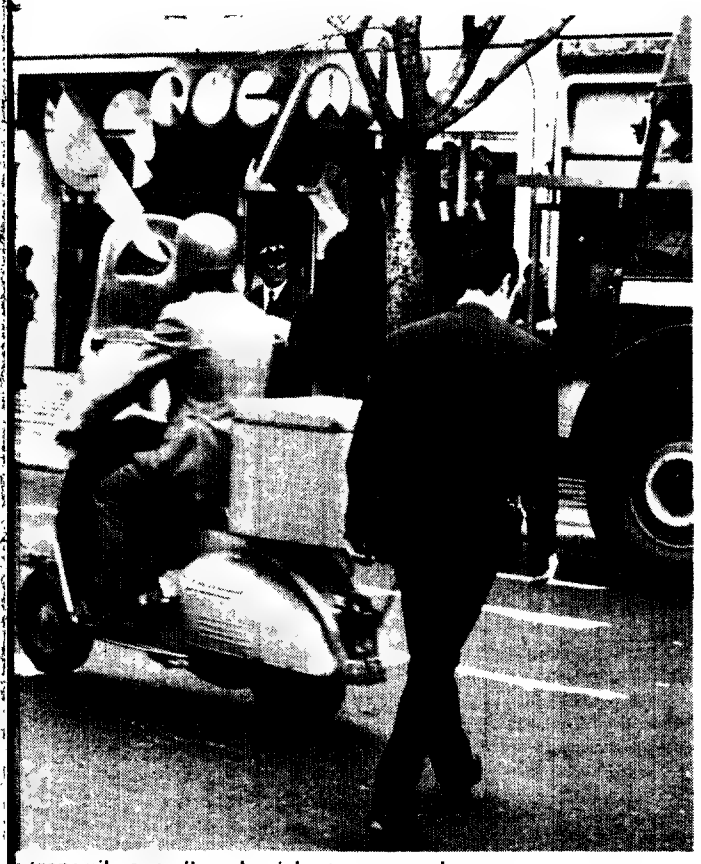
Rua Rodrigues Faria, 103 — Lisboa

à venda em todas as livrarias

Em ALBUFEIRA, o DIÁRIO DE LISBOA encontra-se à venda no Largo Eng.º Duarte Pacheco (António Santos Labisa).

ÃO Presidente

Marcel Niedergang



o tranquilo aos olhos do viajante apressado

As conversas do general com Álvaro Cunhal, secretário-geral do P. C. P., **«são francas mas duras». «O presidente não é indiferente a nada do que diz respeito ao mundo do trabalho»**, afirmam os seus colaboradores mais próximos (um gabinete composto por doze militares e civis), a que a Imprensa já chama «os homens do presidente». Sempre que há projectos de revisão da reforma agrária, greves de pescadores ou de empregados de hotelaria, problemas causados por indemnizações a accionistas espoliados, o general consulta os peritos, convoca os chefes das forças armadas e os responsáveis pela manutenção da ordem, inspira as decisões do Governo. Segundo os conselheiros, ele seguiu de muito perto o congresso dos sindicatos, em Janeiro passado, e o tema do «pacto social», evidentemente ligado ao plano de luta contra a crise económica e financeira, é uma das suas preocupações prioritárias.

«É preciso ultrapassar o formalismo institucional» diz às vezes o chefe do Estado. A última modificação ministerial decidida em fins de Março de acordo com Mário Soares, tem a sua marca. A homogeneidade do gabinete socialista foi quebrada, «primeiro passo» para outras modificações que a classe política considera «inevitáveis». **«O presidente,** comentam os conselheiros de Belém, acha que **«sacrificou» Mota Pinto, professor de direito na Universidade de Coimbra, membro da Comissão Constitucional, ao nomeá-lo ministro do Comércio. Mas esse «sacrifício» era indispensável a fim de colocar um homem particularmente competente e que o general muito aprecia, num posto-chave da conjuntura actual».**

Nobre da Costa, um «tecnocrata» perito em assuntos ligados ao petróleo, ex-colaborador do grupo Champalimaud, foi nomeado ministro da Indústria. O seu secretário de Estado da Energia, Bayao Horta, é irmão de um dos principais dirigentes do C. D. S. Em suma, o novo gabinete é já menos «político» e mais «tecnocrático».

Freitas do Amaral, professor de direito, foi nomeado presidente de uma comissão de reforma administrativa encarregada de «dinamizar» uma administração pública, cujas **«fraquezas e ineficácia»** todos criticam, incluindo o chefe de Estado. O presidente tem **«a maior estima»** pelo dirigente do C. D. S., que consultou o seu partido antes de aceitar uma nomeação oferecida pelo primeiro-ministro. **«Aceitei,** declara Freitas do Amaral, **com a condição de depender directamente do chefe de Estado».** A condição foi aceite.

UM «TÍMIDO»

. Com o seu rosto agudo e pálido, expressão concentrada e meditativa, sorriso breve e raro, sabendo ouvir e interrogar, o general Eanes é um homem que os que com ele contactam descrevem como «profundamente austero e sinceramente democrático». **«Um humanista»**, dizem, **muito preocupado com a defesa dos direitos do homem».**

Tem consciência, acrescentam, **de que há na população um sentimento de frustração provocado pelos erros e pelas decepções do após 25 de Abril. Essa frustração, esse descontentamento difuso, poderiam efectivamente favorecer os objectivos da direita nostálgica. Convém portanto endireitar o mais depressa possível a situação económica, e ser intransigente no capítulo da honra militar.»**

. O próprio presidente da República pediu que a comissão de inquérito sobre as «sevícias», constituida em princípios de 1976, publicasse enfim o seu relatório. Segundo ele, as **«acusações de sevícias são muito mais graves do que as próprias faltas no que diz respeito à disciplina militar»,** que também figuram nas notas de acusação transmitidas a certos oficiais.

O general Eanes lamenta, segundo parece, que Portugal **«também tenha adoptado o estilo da sociedade de consumo, encorajada por uma publicidade agressiva».**

Os salários **«foram excessivamente aumentados no sector industrial, provocando desequilíbrios». «Cada português, tanto no campo como na cidade, deveria poder decidir livremente o que melhor lhe convém».** Essa «ideia força» inspira, segundo dizem os seus íntimos, a sua procura de soluções. Tanto no Alentejo, **«onde os partidos recrutam facilmente os trabalhadores»,** como nas fábricas **onde os operários têm uma consciência política mais 'segura'».**

«Sou um tímido», declara muitas vezes o general Eanes. Prefiro trabalhar discretamente. Não pode haver dúvidas de que esse «tímido» sabe hoje perfeitamente o que deseja, para si e para o país.

(Le Monde)

Perante a indiferença geral, umas cem pessoas foram expulsas do Palácio da Viscondessa de Asseca

Recado ao Leitor

Propomos ao leitor que participe na valorização do seu jornal.

Propomos-lhe que contribua para a dignificação da actividade publicitária.

O «Diário de Lisboa» entende que a publicidade se justifica plenamente, quando é orientada por um critério de utilidade social.

O «Diário de Lisboa» considera que assim, a publicidade é um serviço prestado aos leitores.
Por isso vendemos espaço. Espaço util.
Por isso solicitamos a participaçao dos leitores na utilização desse espaço.

Espaço que pode ser seu se aceitar as nossas regras de utilidade social e de qualidade.
Qualidade e serviço oferecido aos leitores que colocam o «Diário de Lisboa» no segundo lugar (em expressão nacional e em vendas) entre os quotidianos da tarde e o tornam (por exemplo) o mais lido por um público seleccionado, socialmente activo, entre os 15 e os 43 anos.

Secção de Publicidade do Diário de Lisboa.

CONTINUA A
CAMPANHA DE ABRIL
NAS 15 LOJAS DOS
armazéns do CONDE BARÃO
COM PREÇOS DE ARRASAR

CORTES-FATO EM TERYLENE PARA HOMEM 2.90 CADA CORTE 185.	TAFETÁ TERYLENE PARA VESTIDOS COM 1,50 LARGO 59.50	COBERTORES DE VELUDO PÊLO ALTO PARA CASAL 698.
POPELINES ESTAMPADAS NÃO HÁ MELHOR 29.50	PANO LENÇOL TERYLENE COM 2,00 LARGO 89.50	CAMISEIRAS EM MALHA SÃO ESTAMPADAS PARA SENHORA 198.
MALHA LISA E ESTAMPADA COM 0,90 LARGO 29.50	PIJAMAS POPELINE PARA HOMEM SÃO BONS 198.	FATOS HOMEM EM GANGA SÃO GIROS 998.
PANO LENÇOL ESTAMPADO MERCERIZADO 2,00 LARGO 69.50	TOALHAS MESA SÃO MODERNAS MESMO GIRAS 49.50	SAIAS DE VELUDO ESTAMPADAS VALEM 700$00 298.

UM MUNDO DE ARTIGOS
COM PREÇOS DE ARRASAR
POUPANÇA TEM UM CAMINHO
NAS 15 LOJAS DOS
armazéns do CONDE BARÃO

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/59 467, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia da Foz do Sousa, concelho de Gondomar, de uma linha aérea a 15 kV, com 138 metros, do apoio n.º 5 da linha para o posto de transformação da Fundição do Rio Sousa, Lda., ao posto de transformação da Foz do Sousa II, da C. M. de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 13 de Abril de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP-Sul), a que se refere o processo 8/24 710, arquivo 45, para o estabelecimento na freguesia de Palhais, concelho do Barreiro, de modificação da linha aérea a 30 kV, RA 30-3-7 Variante Palhais-Moita, com aumento de comprimento de 8 metros, e substituição dos apoios n.os 8, 9 e 10.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 17 de Março de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP-Norte), a que se refere o processo 8/48 256, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, de uma linha aérea a 15 kV, com 13 metros, do apoio n.º 26 da linha Gafanha-Barra, ao posto de transformação da Barra de Aveiro, da Câmara Municipal de Ílhavo.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 13 de Abril de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA ENERGIA E MINAS

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto - Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal EDP (ex-UEP), a que se refere o processo 8/59 463, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Fajões, concelho de Oliveira de Azeméis, de uma linha aérea a 15 kV, com 189 metros, do apoio n.º 4 da linha para o posto de transformação de Fajões-Coto, ao posto de transformação de Fajões-Cruz, da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 13 de Abril de 1977.

Pel'O Engenheiro Chefe
Joaquim Gonçalves dos Santos

O alargamento da Europa

PIERRE URI

Portugal acaba de fazer o seu pedido com vista à abertura das negociações para a sua adesão à Comunidade. A Grécia já apresentou a sua candidatura. Espera-se que a Espanha, passadas as eleições, também queira, por sua vez, ligar-se à Europa.

Não se substimam as dificuldades e conhecem-se as hesitações. A Comissão de Bruxelas pediu prudência para a eventualidade de uma adesão ibérica, tanto mais que o problema da Turquia poderia surgir um dia como consequência, dessa adesão. O Conselho decidiu, no entanto ultrapassar a objecção, por razões políticas. Não se rejeita um país que restaurou a democracia após sete anos de ditadura. No que diz respeito a Portugal o presidente da comissão, Roy Jenkins, desejou uma solução que fosse **politicamente positiva mas economicamente realista**. Essa fórmula, elegantemente escrita, exige alguns ajustes que tanto podiam servir para a Grécia como para países como a Espanha, actualmente a décima potência industrial do mundo, quando ela quiser acompanhar os outros dois países mediterrânicos.

Porque a Europa não pode fugir à responsabilidade que se lhe impõe. Vinte anos após os tratados de Roma, ela está bem longe de ter cumprido as promessas que fez. O Mercado Comum tinha, pelo menos, começado a oferecer aos consumidores escolhas mais abertas. Os agricultores estão ligados à política agrícola comum mesmo que ela tenha hoje atingido as mais extraordinárias distorsões. As desvalorizações e as revalorizações foram compensadas por subvenções e direitos de saída mas sem ter em conta os movimentos globais de preços que ocorreram desde então em todos os países. De súbito os produtores mais caros é que estão artificialmente em posição de exportar, em detrimento dos seus concorrentes mais económicos. É que não se fez nada de positivo para evitar a deslocação monetária ou a vaga de recessão. Surge pois um afastamento entre os países mais fortes e os mais fracos do grupo.

Mas, pelo menos, e paradoxalmente, a Comunidade tem uma existência mais importante aos olhos do resto do mundo do que na vida dos seus próprios cidadãos. Ela tem o grande peso do maior mercado de importação, nas negociações comerciais e conseguiu falar, como uma só vez na Conferência de Helsínquia. Essa voz, porém, é bastante muda no diálogo Norte-Sul. A Comunidade construiu em Lomé, com quarenta e seis países em desenvolvimento, relações originais e generosas, aproximou-se dos países mediterrânicos, mesmo quando pertencem, como os israelitas, e os árabes, a campos opostos. Deu sobretudo, uma esperança a três países que se libertaram da ditadura: a perspectiva de se apoiarem nela e contribuiu, sem dúvida, para lhes evitar o caos.

Este facto essencial, impõe um dever à Comunidade. Ela não pode deixar ao abandono dois países. Três em breve, que pedem auxílio.

Ora as dificuldades são imensas. O grau de industrialização dos três países é desigual. Essa industrialização já começou na Grécia, mal teve início em Portugal.

Ouanto à Espanha, essa tem, pelo contrário, uma indústria forte e moderna. As agriculturas estão muito atrasadas, em comparação com o que faz a actual força da Comunidade, isto é, os cereais e os produtos animais. Pelo contrário elas são de recear no que diz respeito ao vinho, fruta e legumes. E, para mais, a entrada desses países na Comunidade pode esvaziar do seu conteúdo as preferências dadas a outros países mediterrânicos nos acordos de associação: assim, os agrumes ou os frutos tropicais, se se pensar não só nos países do continente mas nas ilhas do Atlântico ligadas à Espanha ou a Portugal.

Se se ficar à espera de que todas as contradições, sejam ultrapassadas, passar-se-á ao lado dos imperativos da história. É pois necessário encontrar uma fórmula que concilie a exigência política e os obstáculos económicos, que permita acolher, rapidamente países a quem a Europa é necessária, sem ir depois chocar com dificuldades intransponíveis ou até muito imprevisíveis.

Há uma saída. Basta interpretar a experiência tida, quando a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Irlanda entraram na Comunidade. O erro foi fixar um período de transição calculado em anos, isto é, supor que findo o prazo pré-determinado, a Grã-Bretanha por exemplo, poderia absorver no seu custo de vida os preços agrícolas, ou participar em pleno nos financiamentos comunitários. O Tratado de Roma trouxe processos mais flexíveis: à vista dos resultados obtidos no fim da primeira etapa, era resolvida a passagem para a segunda.

UMA BATERIA DE CRITÉRIOS

Recorrer desta vez a outro método seria extrair lições de um primeiro alargamento que foi difícil, e também regressar a um espírito mais imaginativo e pragmático. A entrada de novos países seria imediata. Mas haveria uma autêntica bateria de critérios de que dependeriam ao mesmo tempo, a sua total participação em certos mecanismos, regras ou políticas da Comunidade, com as correspondentes decisões.

Se tal ideia fosse seguida, não seria difícil imaginar o que aconteceria. Assim o fim dos problemas aduaneiros poderia ser condicionado pela redução dos défices externos ou das taxas de inflação. A livre circulação dos produtos da terra dependeria do nível e do aumento dos salários agrícolas. As contribuições para os financiamentos comunistas elevar-se-iam conforme aumentasse o rendimento per capita. A livre circulação de agrumes ou produtos tropicais subordinar-se-ia a acordos de reserva para o desenvolvimento dos países mediterrânicos associados. O corolário lógico seria que, no conselho europeu ou nos dos ministros, os representantes dos novos parceiros se abstivessem no que dissesse respeito a decisões em domínios em que ainda não tivessem entrado plenamente. A ideia é sensata e talvez já se devesse ter pensado nela. Enquanto um país não aplica plenamente a tarifa externa comum, deve manter-se afastado das decisões da política comercial comum.

Como se vê, poderia utilizar-se um princípio único para os dois candidatos de hoje, e para o eventual candidato de amanhã. Mas, tal como uma lei física cobre todos os casos concretos em função dos valores reais que os parâmetros adquirem, também a constatação de que certas condições foram satisfeitas variaria no tempo, segundo os países em causa. Ninguém pretenderia predizer com antecedência se seriam precisos dois ou dez anos para que um ou outro país atingisse determinado nível monetário, reduzisse em tantos pontos a sua taxa de inflacção ou conseguisse que o seu défice externo atingiria determinada percentagem da balança de pagamentos. Não haveria surpresas. A Comunidade alargada ajustaria progressivamente os seus mecanismos e processos à realização das condições que lhe permitissem preservar o seu funcionamento através do alargamento.

Eis uma direcção preciosa e nova para negociações que não podem ser recusadas. Ela traria aos regimes frágeis o apoio que não se poderia correr o risco histórico de lhes recusar. E, no entanto, preservaria a Comunidade de grandes sacudidelas. As diferenças que poderiam ocorrer na participação de cada um dos novos signatários neste ou naquela aspecto da vida ou das decisões comunitárias, resultaria da natureza das coisas. Não seria, de modo algum, uma discriminação mas um acto de discernimento.

LE MONDE

HOSPITAIS CIVIS DE LISBOA

ADMISSÃO DE PESSOAL DE ENFERMAGEM

Para conhecimento dos possíveis interessados se publica que se encontram abertas até ao dia 29 de Abril corrente, inscrições para pessoal de enfermagem neste Organismo.

Poderão candidatar-se os indivíduos que tenham idade compreendida entre os 18 e os 45 anos de idade, para os seguintes lugares:

Enfermeiros de 2.ª classe — Entre os habilitados com o Curso Geral de Enfermagem, ou o curso de Promoção Profissional de enfermeiros de 3.ª classe

Auxiliares de Enfermagem — Entre os habilitados com o curso de Auxiliares de Enfermagem.

Serão prestados todos os esclarecimentos pretendidos, no Serviço de Pessoal — Campo Mártires da Pátria, 91, 2.º, Esq. — Lisboa-2.

ATRELADOS - TENDA

TRÓIA 2001

6 pessoas — 220 kg. — Montagem: 2 minutos

— POR ISSO SÃO:

ÚNICOS NO MERCADO

SAROVIL

CARGA E CAÇA

Em exposição na:

LUARCAMPO

Praça Gonçalo Trancoso, 2-B

(ao Bairro de S. Miguel) — Telefone 76 68 34

PELA PRIMEIRA VEZ EM 16 ANOS

Diplomata norte-americano em Cuba

Terence Todman é o primeiro diplomata norte-americano a visitar Cuba, desde que há 16 anos a revolução socialista triunfou naquela ilha, que até então era uma «quinta dos EUA». De acordo com o anúncio feito pelo Departamento de Estado ontem em Washington, Terence Todman, assistente do secretário de Estado para os Assuntos Latino-Americanos, chegou no domingo a Havana para prosseguir as conversações sobre os direitos de pesca e os limites de águas territoriais.

Estas conversações haviam começado no mês passado em Nova York e têm um carácter de urgência, depois que os dois países separados por 90 milhas marítimas alargaram o limite das suas águas territoriais para 200 milhas. O diplomata americano vai demorar-se alguns dias em Cuba.

Em Havana, o Ministério dos Negócios Estrangeiros emitiu um comunicado anunciando que os governos cubano e norte-americano haviam encetado ontem naquela capital a segunda série de conversações sobre limites marítimos e pescas.

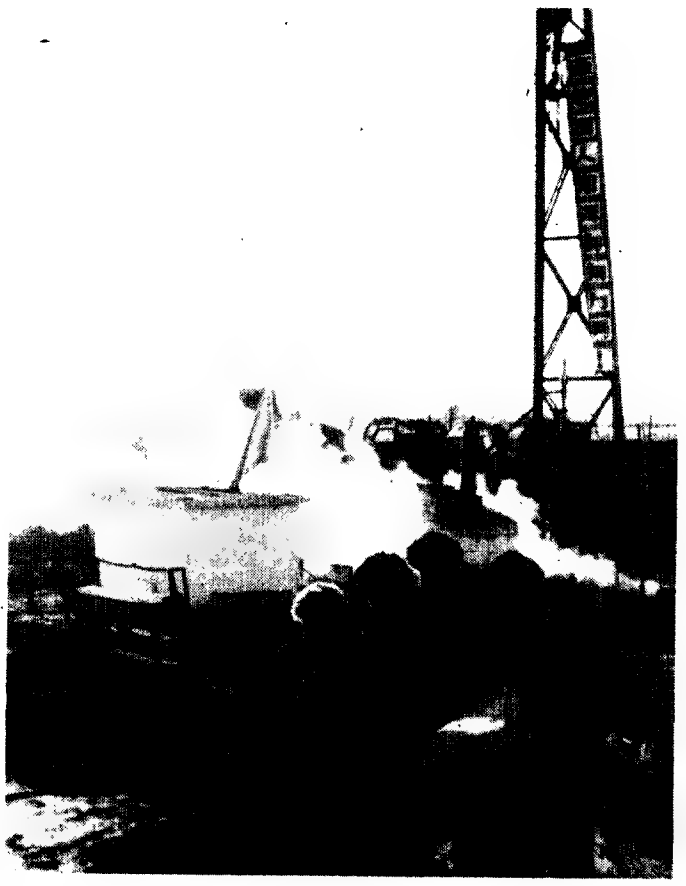
Depois da visita da equipa de basquetebol, logo seguida duma importante missão de homens de negócios dos EUA a Cuba, os observadores internacionais pensam que a hora da normalização das relações entre os dois Estados está próxima. O senador George McGovern, que visitou recentemente Cuba, vai propor uma emenda para levantar parcialmente o embargo comercial dos EUA contra Cuba, sem o que será impensável qualquer normalização.

HUSSEIN NOS EUA

Enquanto decorrem as negociações entre o rei Hussein da Jordânia e o presidente Carter (que hoje se avistam pela segunda vez em Washington, desde que o monarca iniciou a sua visita oficial aos EUA), o Pentágono enviou ontem ao congresso uma proposta de auxílio militar, que soma 438 milhões de dólares e que diz respeito à Jordânia, Israel, Arábia Saudita e Coreia do Sul.

Enquanto isto, a Câmara dos Representantes rejeitou ontem por 301 contra 88 votos uma proposta visando retirar 17 mil dos 40 mil soldados norte-americanos estacionados na Coreia do Sul.

Finalmente, o subsecretário norte-americano do Tesouro, Anthony Solomon, afirmou ontem que os EUA estão dispostos a contribuir significativamente para um novo fundo internacional de auxílio a países em crise financeira, mas só se os exportadores de petróleo e outros Estados ricos estiverem dispostos a contribuir também.



Operários da equipa de posto de comando examinam um poço de petróleo no campo de Taching, cuja produção sextuplicou de 1975 para 1976. Foi neste campo que decorreu uma importante conferência industrial, onde as ideias de Teng Hsiao Ping foram ratificadas. Um jornal comunista de Kong-Kong informa, entretanto, que decorrem na China autênticas batalhas de produção para assinalarem o 1.º de Maio, que será celebrado com grande aparato em Pequim. Uma personalidade chinesa informou, por outro lado, a agência nipónica «kyodo» de que os «quatro de Xangai» não serão executados. (Foto Keystone)

Pham Van Dong recebido por Giscard

O primeiro-ministro do Vietname, Pham Van Dong, é hoje recebido em audiência pelo presidente Valery Giscard d'Estaing.

O chefe do governo vietnamita, que, pela primeira vez visita o Ocidente, desde que o seu país derrotou o imperialismo, numa vitória que alterou a correlação de forças mundial, assinará em França, segundo se espera, um acordo bilateral pelo qual uma companhia nacionalizada francesa terá direito a explorar petróleo ao largo do Vietname.

Dong acompanhou o falecido Ho Chi Minh nas conversações sobre a independência, há mais de 30 anos em Paris, quando a França era a potência colonizadora do seu país.

Ontem o primeiro-ministro foi recebido com honras normalmente reservadas a chefes de Estado. A hora é de reconciliação: o marechal Bigeard, preso há 23 anos na batalha de Dien Bien Phu, que forçou a França a sair da Indochina, aceitou participar num banquete em honra do visitante.

Esta visita surge oito dias antes de delegados norte-americanos e vietnamitas encetarem em Paris conversações para a normalização das relações entre os dois Estados.

Recorde-se que no dia 25 de Abril de 1976 (a data de 25 de Abril foi escolhida em homenagem à revolução portuguesa) os dois Vietnames procederam finalmente à reunificação que a brutal agresão imperialista havia impedido durante mais de vinte anos.

Gromyko conferencia com Morarji Desai

Andrei Gromyko, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, avista-se hoje com o primeiro-ministro da União Indiana, Morarji Desai, no seguimento da visita oficial que está a fazer àquele país.

Ontem Grpmyko teve a primeira sessão de trabalho com o seu homólogo indiano, Behari Vajpayee, o qual declarou, no final do encontro, que as duas partes sublinharam a vontade de manter e reforçar as suas relações no interesse mútuo dos dois países. Embora certos partidos da coligação Janata, no Poder, sejam contrários à manutenção do tratado de amizade e cooperação entre os dois países, parece, no entanto, claro que esse tratado será mantido.

Enquanto isto, no Paquistão, o primeiro-ministro Ali Bhutto tenta novas iniciativas de paz em relação à oposição, que exige a sua demissão, alegando fraudes eleitorais cometidas na última consulta às urnas. O estabelecimento da lei marcial deteve a onda de violência, em que perderam a vida 240 pessoas e que conduziu na semana passada à prisão dos dirigentes da oposição.

Um jornal de língua urdu («Nawa-I-Waqt») diz num artigo de primeira página que Bhutto já tivera uma entrevista de duas horas e meia com o presidente da Oposição, Mufti Mahmud. O facto de a censura (imposta devido à lei marcial) ter deixado sair o artigo implica que ele é verdadeiro. A oposição planeia, entretanto, uma manifestação pacífica junto da residência de Ali Bhutto em Rawalpindi, solicitando a sua demissão. Finalmente reúne-se hoje em Islamabad a Assembleia Nacional, mas os 36 deputados da oposição não comparecem aos trabalhos.

Etiópia: "limpeza na casa"

O Conselho Militar Administrativo Provisório — DERG, órgão militar que dirige a Etiópia socialista, decidiu fazer uma «limpeza na casa». Mandou encerrar quatro organismos norte-americanos, expulsando os seus ocupantes do território, encerrou todos os consulados de Asmara, capital da Eritreia, e expulsou três jornalistas sob a acusação de difusão de notícias falsas sobre o país.

Por partes:

Os quatro organismos norte-americanos encerrados no sábado pelo DERG são a estação de rádio e comunicação de Kagnew, o Grupo de Conselho e Assistência Militar, a Unidade Pesquisa Médica da Marinha e o Serviço de Informações. Ao todo, 100 pessoas trabalhavam nesses órgãos. Num extenso comunicado, o DERG justifica a medida sublinhando que a atitude faz parte do «combate etíope revolucionário contra o imperialismo, o inimigo número um». O comunicado acusa o centro de comunicação de Kagnew de ter o objectivo de «conservar os interesses norte-americanos, particularmente no Médio Oriente, na Asia e na Africa, em todos os domínios. Deixar funcionar um tal centro está em contradição com o socialismo científico praticado pela Etiópia e também com a sua política de não-alinhamento». Da mesma forma, o chamado Grupo de Conselho e de Assistência Militar deixou de ter razão de existir pois a administração americana deixou de assistir militarmente à Etiópia porque, segundo diz, lá os Direitos Humanos são violados. Igual acusação nunca foi feita no tempo de Hailé Selassié... Quanto à Unidade Médica de Pesquisa da Marinha o DERG sublinha que nada tem a ver com a Etiópia Revolucionária. Por último, quanto aos Serviços de Informação, o comunicado informa que este orgão tem apenas como finalidade a instalação de órgãos encarregados de promover «a literatura de cordel do imperialismo». Acusa ainda este organismo de ter defendido o regime fascista de Hailé Selassié e de propagar ideias contra-revolucionárias.

O primeiro grupo de norte-americanos expulsos da Etiópia chegou ontem mesmo a Atenas, onde ficarão alguns dias por conta do consulado local, antes de se dirigirem para o seu país.

Por outro lado, todos os consulados e consulados honorários de Asmara foram encerrados no sábado. Trata-se dos consulados dos Estados Unidos, do Sudão e da Itália e dos consulados honorários da Bélgica, da França e da Grã-Bretanha.

Igualmente, foram expulsos do país, com prazo de 48 horas para abandonarem o território, os jornalistas Davi Ottaway, do jornal norte-americano «Washington Post», Jeremy Toye, da agência britânica «Reuter» e Lourent Chenard, da «France Presse». O porta-voz do Ministério da Informação etíope declarou que esses jornalistas foram a principal fonte de artigos falsos ou ambíguos utilizados para desacreditar o regime revolucionário. Outra acusação: os referidos jornalistas dão pouca atenção a comunicações oficiais, baseando frequentemente o seu noticiário em rumores e artigos de propaganda contra o novo regime.

Diálogo Norte-Sul em Paris

Nações ricas e pobres iniciam hoje tentativas para solucionar em três semanas os problemas que não conseguiram solucionar durante todo o ano passado, no seu há muito bloqueado Diálogo Norte-Sul.

Delegados às negociações económicas de 27 membros, entre potências ocidentais, membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e de nações em vias de desenvolvimento procurarão chegar a acordo em propostas sobre energia, matérias-primas e problemas financeiros até 14 de Maio.

Perigo neofascista denunciado em Viena

Resistentes reunidos em Viena numa conferência internacional sobre o nazismo denunciaram ontem a «recrudescência de actividades de meios de extrema-direita e de neofascistas em numerosos países e lançaram um apelo aos poderes públicos, assim como aos responsáveis da Educação, «para imunizar os jovens contra essas ideologias nefastas».

A conferência sobre «O Nazismo e os seus Efeitos no Mundo», organizada pela Associação da Resistência Austríaca e pelo Comité Internacional dos Campos de Concentração, terminou os seus trabalhos chamando a atenção pública para as teses pseudocientificas tendentes a minimizar, ou mesmo negar, os crimes cometidos sob a responsabilidade dos nazis durante a Segunda Guerra Mundial.

Nesta óptica, os participantes sugeriram desenvolver e rever o ensino da História moderna nas escolas e criar um centro internacional de documentação e de pesquisa para a luta contra o neonazismo.

O Comité Internacional para a Investigação Científica das Origens e Consequências da Segunda Guerra Mundial, que se reuniu a margem da conferência, debruçou-se mais particularmente sobre falsos documentos fabricados, segundo o comité, «por certos meios oeste-alemães» a fim de dificultar a investigação histórica difamando os historiadores.

Petróleo bruto derrama-se no mar do Norte

Peritos encontravam-se esta manhã próximo de um poço de petróleo descontrolado no Mar do Norte e estavam a preparar uma tentativa para vedar a conduta de produção que está a derramar milhares de toneladas de petróleo bruto.

Os técnicos equipados com máscaras de oxigénio e fatos de borracha, tentarão colocar um tampão na conduta. A mais pequena fagulha poderá incendiar gás natural, que o poço também liberta, e transformar o mar à sua volta num inferno.

Ventos fortes e chuva intensa ajudaram ontem a separar duas gigantescas manchas de petróleo alimentadas pelo poço descontrolado. Mas o mau tempo impediu o início da operação de selagem, que levará pelo menos 48 horas.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

CONTRA "APARTHEID", RACISMO E COLONIALISMO

Reunião preparou Conferência de Lisboa

«Toda a África Austral está em estado de guerra» e o «regime racista da África do Sul aumentou o seu orçamento militar em mais de vinte por cento» eis dois pontos a sublinhar no texto final da segunda reunião internacional preparatória da Conferência Mundial Contra o **Apartheid**, o Racismo e o Colonialismo na África Austral. A reunião decorreu no último fim-de-semana em Lisboa. O texto final manifesta, entre outras coisas, o apreço da organização internacional da Conferência pela participação das diversas organizações nacionais, e principalmente da portuguesa.

Nos trabalhos participaram representantes de diversos países. Da organização portuguesa estiveram, entre outros, João Gomes, Carlos Candal, Silas Cerqueira, José Cardoso Pires e José Magalhães Godinho. Lembra-se que este último é o presidente da Conferência.

O texto final inflecte sobretudo na África Austral, naturalmente, tendo em conta «a situação cada vez mais grave vivida actualmente nesta região. No dizer de participantes, a reunião deste fim-de-semana na capital portuguesa teve lugar numa altura em que se regista um aumento crescente do envolvimento de certas forças ocidentais que estão a dar apoio político económico e militar aos regimes racistas de Vorster e Ian Smith — estes (regimes), nesta altura, «intensificando as atrocidades, numa tentativa de reprimir a batalha de libertação nacional».

Resultados práticos da reunião, com vista à realização da Conferência, em Lisboa, de 16 a 19 de Junho que vem; foi aprovada uma estrutura para os trabalhos a haver. Chefes de Estado africanos e dirigentes de movimentos de libertação deverão integrá-la. Na cabeça haverá uma comissão de presidência.

Para esta comissão, José Magalhães Godinho foi eleito por unanimidade. Outro português, Silas Cerqueira, será secretário executivo.

Uma recomendação, da reunião: que o «25 de Maio», dia de África, seja celebrado em todo o mundo como «uma jornada de solidariedade com a luta dos povos da África Austral».

Falando numa conferência de Imprensa dada no fim da reunião preparatória, José Magalhães Godinho, referiu-se aos trabalhos e salientou o modo como eles decorreram: com «lealdade, franqueza, e objectividade» — disse. — «Não poderia deixar de ser assim, uma vez que todos os participantes, independentemente das suas opções, sentiram que era seu dever trabalhar deste modo, a fim de contribuir para acabar com a era da opressão, do *apartheid* e do colonialismo».

Neste encontro com a Imprensa, estiveram presentes já representantes de países africanos que participaram nos trabalhos: Joseph Nhala, do Conselho Nacional Africano da África do Sul; Tachora Makoni, da ZAPU, do Zimbawe; Reginald September, do Congresso Nacional Africano (da África do Sul) e representantes de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

Mais duas presenças de relevante significado: a do secretário-geral da OSPAA, Nouri Abdoulrazzal e da do director do Centro Contra o *Apartheid* nas Nações Unidas, E.S. Reddy.

Suécia mantém ajuda a Moçambique

O presidente Samora Machel inicia hoje conversações em Estocolmo com o Governo sueco sobre auxílio financeiro e técnico para o seu país.

Sob o seu ex-Governo social-democrata chefiado por Olof Palme, a Suécia forneceu um auxílio substancial à Frelimo antes de tomar o poder em Moçambique.

Sob a direcção do Governo mais centrista do primeiro-ministro Thorbjoern Faelldin este auxílio vai continuar embora esteja em curso um debate na Suécia sobre os termos exactos em que o mesmo deve ser fornecido a países do Terceiro Mundo.

O ano passado, a Suécia concordou em fornecer a Moçambqiue 140 milhões de coroas suecas para projectos agrícolas e sanitários até 1978. O presidente Machel avistar-se-á hoje com Faelldin, almoçará com o rei Carlos Gustavo da Suécia e jantará com o ministro dos Negócios Estrangeiros sueco, senhora Karin Soeder. Durante a sua estadia, o presidente Machel visitará propriedades agrícolas e fábricas de produçao de maquinaria agrícola. Reunir-se-á também com o antigo primeiro-ministro, Olof Palme. A Suécia tem seguido consistentemente uma política de auxílio aos Estados recentemente independentes da África Negra e opõe-se firmemente à política de «Apartheid» da África Austral branca.

Após uma permanência de três dias na Suécia, o presidente Machel visitará a Noruega, a Dinamarca, e a Finlândia.

Forças zairo-marroquinas recuperaram Mutshatsha

Tropas do Zaire, apoiadas por forças marroquinas, recapturaram ontem a cidade de Mutshatsha, na província de Shaba, controlada pelos rebeldes, declarou um informador oficial do Governo de Kinshasa em Kolwezi. A recuperação desta localidade pelas forças conjuntas zairo-marroquinas ocorreu quando o presidente Mobutu se encontrava precisamente de visita a Shaba. Mutshatsha: trata-se de uma importante encruzilhada de estradas e de vias férreas, situada a cerca de 110 km a oeste da capital mineira do ex-Catanga. A agência noticiosa zairense precisa que «as operações de limpeza começaram e pensa-se que a ofensiva foi lançada também contra outras localidades ainda ocupadas pelos invasores». Embora a agência não dê qualquer pormenor quanto ao desenrolar da tomada de Mutshatsha, não parece (segundo jornalistas e observadores) ter havido combates importantes nesse teatro de operações bélicas. Últimas notícias dão o presidente Mobutu na localidade de Kayembe, situada apenas a algumas dezenas de quilómetros de Mutshatsha.

Outras notícias, tornadas públicas via UPI, dão o presidente Mobutu recebido por dançarinas e dirigentes locais, por entre cartazes saudando-o como «Guia», no centro mineiro de Kolwezi.

Acompanhado por altos funcionários, diplomatas e jornalistas estrangeiros, Mobutu chegou a Kolwezi num avião da Força Aérea zairense, depois de ter recebido a promessa de apoio militar por parte do Estado vizinho da República Centro-Africana.

A bordo do avião, Mobutu, que chegou a sentar-se durante algum tempo no lugar do piloto, disse aos jornalistas que estava confiante na vitória militar sobre os rebeldes que invadiram Shaba a 8 de Março. «As coisas estão a correr bem para as minhas forças», disse Mobutu.

Entretanto, na frente de batalha, as últimas informações indicam que as forças governamentais continuam a avançar, embora lentamente.

Acontece, no entanto, e ainda segundo a UPI, que dois aviões de carga dos Estados Unidos partem para o Zaire entre hoje e amanhã com 90 toneladas de material «não ofensivo» destinado às forças governamentais.

Além disso, unidades das Forças Armadas do Zaire e de Marrocos avançam para a fronteira de Angola. Numa entrevista dada à agência noticiosa do seu país, AZAP, o presidente Mobutu recusou-se a dizer se pensa que as tropas do Zaire devem perseguir os adversários até ao interior de Angola.

Lúcio Lara critica Paris

O secretário do Comité Político do P.L.A., Lúcio Lara, acaba de criticar severamente a atitude francesa para com Angola após a independência da antiga colónia portuguesa.

Lúcio Lara classificou a política francesa como «oportunista» e afirmou que «os franceses da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda» (FLEC) eram pagos e dirigidos por franceses, com a cumplicidade do Governo de Paris».

Dirigindo-se aos trabalhadores do Porto de Luanda, Lúcio Lara acentuou ainda que a França foi um dos países que mais esforços fizeram «no sentido de destruir o MPLA», na véspera da independência angolana.

Pinheiro Farinha juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

Pinheiro Farinha é o primeiro juiz português do Tribunal dos «Direitos do Homem», instalado no Conselho da Europa.

Ministro da Justiça durante o VI Governo Provisório, João de Deus Pinheiro Farinha foi ontem eleito para esse lugar, em Estrasburgo, pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, onde Portugal foi admitido o ano passado como 19.º membro. A candidatura de Pinheiro Farinha tinha sido apresentada pelo gabinete de Mário Soares juntamente com as de Dias Garcia e Cruz Campos Lencastre, obtendo 84 votos num total de 91.

Tribunal Judicial da Comarca de Olhão

ANUNCIO

1.ª PUBLICAÇÃO

Pelo Juízo de Direito desta comarca e 2.ª secção, correm éditos de 20 dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do autor, Joaquim Martins Simão, viúvo e dos réus, Maria do Carmo e marido, Joaquim Vitorino da Graça, todos agricultores e residentes no sítio do Barranco de São Miguel, freguesia de Moncarapacho, para no prazo de dez dias, posterior àquele dos éditos, deduzirem os seus direitos na acção especial de divisão de coisa comum que aquele move contra estes, desde que gozem de garantia real sobre o bem imóvel objecto da acção.

Olhão, 18 de Abril de 1977

O Juiz de Direito

O escrivão de Direito,

UNIVERSAL

EM EXIBIÇÃO ás 15 h, 19 h, 21 h e 23 h

BRIGITTE BARDOT no filme de JEAN-LUC GODARD

"O cinema substitui ao nosso olhar ..um mundo que se adapta aos nossos desejos..." André Bazin

O Desprezo (LE MEPRIS)

... é a história desse mundo!

Baseado na obra de ALBERTO MORAVIA

Fotografia de RAOUL COUTARD

Produção de CARLO PONTI

NÃO ACONS. A MENORES DE 18 ANOS

COLORIDO

MICHEL PICOLLI · JACK PALANCE · GEORGIA MOLL · FRITZ LANG

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato) Tel. 66 15 15. 66 92 05

OS CIMICOS APRESENTAM

«Matinée Mágica»

Encenação de Ricardo Pais com

ANTONINO SOLMER MARÍLIA GAMA SÉRGIO GODINHO TERESA MADRUGA

Últimas representações (Maiores de 18 anos)

Todos os dias, às 21.30 2.ª-feira: dia de descanso

Subsidiados pela SEC

circular é viver

NO MERCADO COMUM DO RISO A MAIS BARATA DAS GARGALHADAS

A PAROLA

UMA REVISTA DE PAPO CHEIO

ADOQUE teatro NO MARTIM MONIZ TEL 87 44 76

3.º MÊS DE ENCHENTES!

TODAS AS NOITES DUAS SESSÕES. 20.30 e 22.30

NO DIA 1 DE MAIO NÃO HÁ «PARÓDIA» «MATINÉE» no SÁBADO, às 16 horas

VENHA RIR COM GOSTO NUMA DIVERTIDA COMÉDIA DE BOM GOSTO!

NO TEATRO Tel. 555133 MONUMENTAL

HOJE às 21.15 h.

LAURA ALVES e Paulo Renato num autentico festival de gargalhada de BARILLET et GRÉDY

AQUI QUEM MANDA SOU EU!

com RODOLFO NEVES LUIS FILIPE CARLOS DUARTE FERNANDA FRANCO ALDA PINTO

VASCO MORGADO apresenta

4ª SEMANA

encenação de PAULO RENATO

não acons. M.13

Descubra Portugal viajando de comboio

Caminhos de Ferro Portugueses

ABC Tel. 366745

Não acons. a menores de 18 anos

Hoje, 20.30 e 22.45 horas

Domingos e Feriados há «matinées» às 16 horas

Descanso às 4.as feiras

SÉRGIO AZEVEDO apresenta

A NOVA E GRANDE REVISTA POPULAR DE LISBOA

EM ÁGUAS DE BACALHAU

com um super-elenco

Heidi (em grande). Uma grande criação de Nicolau Bryner

FLORBELA NICOLAU BREYNER OCTÁVIO DE MATOS (actor convidado) VERA MÓNICA (actriz convidada) SIMONE DE OLIVEIRA VICTOR MENDES ABC DANCER'S

Aviso: Devido à grande afluência de público e a empresa não podendo satisfazer todos, pede-se o favor de adquirirem antecipadamente os vossos bilhetes.

A Gerência

Canal da Crítica

Por MÁRIO CASTRIM

25 SORUMBÁTICO

Nunca me habituei à «ducha». Nem nunca ouvi ninguém dizer: «Já tomei a minha ducha». Há adaptações propostas pelos operacionais da gramática que não pegam. Não pegam, está provado, os «juniores». Oficializem lá os *júniores* e os *séniores*, caramba. Não há antesdruxelismo na nossa língua? Passa a haver. As excepçõezinhas até dão graça. A paroxitonia é tolerante. E o resto é fumaça, fumaça é só fumaça.

São duas horas da manhã. Acabei de tomar o meu duche, tinha de ser, estava bem precisado de uma barrela.

Após 14 horas de televisão, estão a topar?

A ALEGRIA QUE NÃO HOUVE

Tratava-se de festejar o 25 de Abril. Devia ser — e é, na realidade — uma data festiva. Até as lágrimas, se as houvesse, deviam ser de alegria. Toda a alegria, antes de solidificar na pedra de uma estátua, pela água salgada de uma lágrima.

Poucos dias haverá assim em Portugal. Desconfio que nenhum. A queda do fascismo, e está tudo dito. Adiante.

Bom. Terei de procurar miudamente, terei de cavar fundo nestas 14 horas para encontrar um gesto de alegria, de esperança, de descontracção.

RTP: a viola electrónica onde falta claramente a corda do 25 de Abril.

Talvez por ser uma RTP da *corda*...

A MENINA GALDÉRIA

Imperou o ar soturno, ameaçador, cheio de insinuações. Vizeira caída. A propósito de tudo e de nada, o 25 de Novembro. Falava-se de Abril e zásl, Novembro na cola.

Compreende-se. O 25 de Abril era uma menina virgem, pudica, mui recatada. Depois, o povo, que é pagão e pícaro, agarrou na menina, pôs-se a andar por aí com ela, meteu-se com ela pelos campos da Reforma Agrária, passeou-se com ela nas camionetas da Rodoviária Nacional, abriu-lhe uma conta de grande futuro na Banca nacionalizada, segurou-a contra todos os riscos, para dizer tudo: emprenhou-a de socialismo.

Novembro, que nem era parente da menina nem nada tinha a ver com ela, entretanto não gostou da brincadeira. Aristocrata, zangou-se:

. —Sua galdéria, não tem vergonha, andar por aí metida com os trabalhadores...

Finalmente, resolveu-se a actuar. Actuou. Ou seja: *reconduziu-a à sua pureza original*.

Livra! Eu sei que as operações plásticas estão muito avançadas. Mas assim mesmo, certa gente deve ter tido um imenso trabalhão para tentar coser o hímen da menina.

O PESADELO

Há coisas que nunca esperei me acontecessem a não ser em pesadelo. Vocês assistiram ao recital de poesia de resistência do Coliseu, transmitida ontem?

. Só fortes arcaboiços como este meu podem aguentar aquilo. Deve entender-se por *poetas da resistência* aqueles que *significativamente* e nunca por mero diletantismo, pessoalismo ou oportunismo utilizaram a sua poesia como arma de combate contra o fascismo.

Temos nesse campo muitos poetas de qualidade. A Secretaria de Estado da Cultura, primeiro, ignorou tantos e tantos deles; em segundo lugar, não se esqueceu de incluir no grupo grandes homes de Resistência como David Mourão-Ferreira; finalmente, recorreu a Gomes Leal e Antero de Quental — e por que não Cesário, Tolentino, João de Deus, Bocage, Camões, Sá de Miranda...

Se exceptuarmos Manuela Machado, os outros declamadores lembravam meninos e meninas numa festa de anos. Falta de preparação, falta de estudo, dalta de entendimento dos poemas — um festival de mau gosto, de mal dizer.

Um pesadelo que me vou esforçar por esquecer.

VOCAÇÃO?

O raro momento de qualidade aconteceu ao serão, com Carlos Paredes. Mas nem por ser Abril lhe encomendaram obra nova: vá de ir buscar roupa já feita...

Para acabar de atar os molhos, teve a RTP a peregrina ideia de encomendar ao menino Saraiva uma perspectiva abrilina. O menino Saraiva correspondeu da melhor maneira. É um menino bem comportado. O menino Saraiva merece um chocolate, um pião, um chupa-chupa e um macaquinho no sótão, perdão!, um macaquinho de peluche.

O seu trabalho intitulava-se: *25 de Abril, 3 anos depois*. Curiosamente, ficou-se pelas eleições presidenciais. Roubaste no peso, menino. Que vocação para merceeiro à moda antiga...

TRISTEZA

A perspectiva do menino Saraiva é uma obra-prima de confusão, um caixote de omissões. É, em resumo, um óptimo serviço à direita.

Não se dirá que este servicinho derive da crítica feita aos erros da esquerda. Criticar a esquerda traz benefício, mal dela se não aprende com os seus erros. Só que, em relação à esquerda, José António Saraiva não procede a uma crítica: procede a uma montagem apocalíptica da sua actividade, coloca-lhe no lombo todas as violências, todos os desregramentos. Dado que, por esquerda e pelos seus próprios nomes, só menciona o PCP e o MDP (que relaciona, abusivamente como a prática veio a demonstrar), o telespectador menos avisado não andou longe de atribuir a essas formações todos os malefícios, todas as convulsões: os ataques à sede do CDS e os acontecimentos com o PPD, em Setúbal, o incêndio da Embaixada de Espanha, etc., etc.

Daqui a justificar as acusações ou insinuações de «totalitarismos» em que a RTP ontem foi fértil, vai nem um passo.

Ai menino Saraiva, que tristeza!

ESQUECIMENTOS

Quer nos aspectos pontuais, quer nas questões de fundo, o documentário apresenta-se como simplesmente repugnante.

Vejamos os casos da Rádio Renascença e do jornal «República». Sabe-se que o PCP não foi motor do processo. Sabe-se, isto é, sabem algumas pessoas mais leitoras dos jornais de opinião. No entanto, a multidão gritava diante do «República»: *O jornal é do povo, não é de Moscovo!*

. Nenhum esclarecimento cabal foi dado pelo responsável do programa. Logo, as imagens valeram como justas...

Mais ainda: o «ataque comunista» à liberdade de informação serviu de pretexto a Mários Soares para abandonar o Governo. Assistimos a um processo clássico de desestabilização por manipulação de

Continua na pág. 18

Hoje

«Colditz»

I PROGRAMA

1.º Período

13.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.05 Fecho

2.º Período

18.30 Abertura e **Vem Ver como se Faz Sabonetes, Vem Ver como se Faz Queijo, Manteiga**
18.55 **Peço a Palavra** — o adulto e a criança.
19.25 **E em Toda a Parte Aprendemos** — aula de natação
19.55 **Telecinema** — magazine de actualidades cinematográficas.
20.30 **Telejornal**
21.05 **«Colditz»** — 3.º episódio: «Nome, Patente e Número». Intérpretes: David McCallum, Edward Hardwickie, Christopher Neame. Realização: Arden Winch.
22.05 **A Tauromaquia Vista por Dentro** — um programa da Direcção de Informação.
23.00 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

21.02 **A Senhora Infeliz** — documentário

Uma citadina chega a uma aldeia, procurando isolamento. Atrai as atenções e logo aparece quem pretende a sua simpatia.

Autoria: Ivan Benbrook. Interpretação: Susan Broodrick, Will Knightley e Seymour Mathews. Realização: John King.

21.35 **Concerto n.º 3** — para piano e orquestra de Beethoven.
22.25 **Telejornal**
23.00 Fecho

PHILIPS 50 ANOS EM PORTUGAL 1927-1977
DESTAQUES
I PROGRAMA
«Colditz» (21.05)
II PROGRAMA
A Senhora Infeliz (21.00)
Philips - faz parte da sua vida
PHILIPS

Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — **13.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.05**: Fecho. **2.º Período** — **18.30**: Abertura e «Catarina e o Restaurante dos Gatos»; **18.55**: Abre-te Sésamo; **19.30**: Ligeirissimo; **19.50**: Vamos Jogar no Totobola; **20.00**: 5000 Anos de Arte Coreana; **20.30**: Telejornal; **21.05**: Programa do Estado-Maior-General das Forças Armadas; **21.30**: «Escada Acima, Escada Abaixo»; **23.20**: Fecho

II PROGRAMA

. . . . **21.00**: Abertura e Ciclo da Pedra; **21.50**: Cono se Faz uma Ópera «Carmen»; **23.15**: Telejornal; **23.50**: Fecho.

NOTÍCIAS DE ULTIMA HORA

Na Rua Gomes Freire, 9-B, no centro da cidade, continuam abertos ao público, das 10 às 20 horas, os salões de electrodomésticos e mobiliário, onde poderá adquirir esquentadores, 6 litros, desde 1499$90; 10 litros, 2799$90; auto-rádios c/altifalante, 1199$90; maples, tecido ou napa, 1599$90; grande sortido de fogões, máquinas de lavar roupa e loiça, frigoríficos, congeladores, televisores, gravadores gira-discos, rádios, sofás-cama, mobiliário, alcatifas, etc. Rádio Primavera — Telefones 49406 e 574042. Só boas marcas, com as melhores garantias.

PUB. COMUNA
TEATRO DE PESQUISA – CENTRO CULTURAL
DIARIAMENTE ÀS 21.30 H.
"GIOCONDA PERDEU o SORRISO..."
– CRIAÇÃO DO GRUPO TEATRO FRANCÊS –
TYLENCHUS - DE TOULOUSE
DOMINGO-MATINÉE ÀS 18 H – PREÇO ÚNICO – 40$00
SÓ ATÉ SÁBADO
PRAÇA DE ESPANHA – METRO PALHAVÃ – T. 762624

luis cilia
dias 27, 28, 29 e 30 de abril
21 horas
teatro da comuna
praça de espanha - tel. 762624

CINEMA CASTIL ROMA
AMANHÃ, estreia
O ano era 1939. Trocavam de par todas as noites e amavam-se ao ritmo do
FOXTROT

CHARLOTTE RAMPLING
"a revista Vogue chamou-lhe A MAIS SEXY MULHER DO MUNDO."
PETER O'TOOLE · MAX VON SYDOW
um filme de Arturo Ripstein
COLOR NÃO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS IMPERIAL FILMES

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

FUTEBOL POR AÍ FORA

De como o sr. Mortimore se livrou dos seus tormentos

A 25.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol da 1.ª Divisão serviu para consolidar a posição de guia do Benfica, já que os seus mais próximos adversários (Sporting e Porto) perderam pontos nas suas deslocações a Braga e a Coimbra, respectivamente. Enquanto, na Luz, o Benfica vencia calmamente o Portimonense, os sportinguistas eram batidos pelo Braga, sem apelo nem agravo, e os «portistas» teriam de se contentar com um empate imposto pelo Académico, que se mantém na espectativa de um lugar na Taça UEFA da próxima temporada.

De resto, a ronda foi fértil em empates: 5 (menos um que na 24.ª jornada). Se o empate de Coimbra se pode considerar um resultado já esperado, dada a boa carreira que os conimbricenses têm vindo a fazer no Campeonato, já o mesmo não se pode dizer dos nulos que o Leixões, Beira-Mar, Montijo e Atlético (na qualidade de visitantes) impuseram, com todo o mérito, respectivamente ao Belenenses ao Boavista ao Setúbal e ao Estoril.

Finalmente, na Póvoa, o Varzim derrotou o Guimarães, mas os vimaranenses nunca se deram por vencidos, apesar de estarem a perder por 2-0 ao fim dos primeiros 18 minutos, com um golo sofrido logo no lance inicial. Este desafio viria mesmo a caracterizar-se pelo ardor que as suas equipas puseram na luta e que acabaria por influenciar negativamente o público que, a dada altura, faria do árbitro (Leitão Soares, de Leiria) a sua vítima, ferindo-o na cabeça com uma garrafa...

. Registemos o quadro geral de resultados, na 1.ª divisão do nosso futebol: Braga, 3-Sporting, 1; Académico, 0-Porto, 0; Benfica, 5-Portimonense, 1; Varzim, 3-Guimarães, 1; Belenenses, 1-Leixões, 1; Boavista, 0-Beira-Mar, 0; Setúbal, 2-Montijo, 2 e Estoril, 1-Atlético, 1. O escalonamento dos 16 clubes processa-se assim: Benfica, 41 pontos; Porto e Sporting, 35; Académico, 28; Boavista e Vitória de Setúbal, 27; Varzim, 26; Braga, 25; Belenenses, 24; Guimarães e Estoril, 22; Leixões, 20; Portimonense e Montijo, 18; Beira-Mar, 17 e Atlético, 15.

Os encontros da 26.ª jornada efectuam-se na sexta-feira (Porto-Setúbal, às 21 e 30) e sábado (Leixões-Benfica, Braga-Varzim, Sporting-Estoril, Portimonense-Guimarães, Beira-Mar-Belenenses, Montijo-Boavista e Atlético-Académico). Curiosidade: os cinco últimos classificados atendem visitas em casa própria...

ORIENTAL: QUEDA

Para além do torneio entre primodivisionários, foi fértil em outros jogos de futebol o último fim-de-semana. Com alternantes que, para vários emblemas, representam o corolário do trabalho de toda uma temporada enquanto para outros, inversamente, reflectem sonhos desmedidos e esperanças mal alicerçadas..

Campeonato Nacional da 2.ª Divisão — Zona Norte: Lourosa, 1-Gil Vicente, 0; Famalicão, 5-União de Lamas, 0; Penafiel, 3-Régua, 0; Salgueiros, 1-Vilanovense, 0; Sporting de Espinho, 2-Chaves, 0; Paços de Ferreira, 2-Tirsense, 0; Vila Real, 2-Paredes, 0 e Fafe, 1-Riopele, 1.

Pontuação: Riopele, 38; Espinho, 37; P. Ferreira, 36; Fafe, 32; Lamas, 30; Gil Vicente e Famalicão, 28; Lourosa e Chaves, 26; Vila Real e Régua, 25; Paredes e Salgueiros, 24; Penafiel, 22; Tirsense, 16; Vilanovense, 13. Jornada próxima: Lamas-Gil Vicente, Régua-Famalicão, Vilanovense-Penafiel, Chaves-Salgueiros, Tirsense-Espinho, Paredes-Paços de Ferreira, Riopele-Vila Real e Fafe-Lourosa. Tirsense e Vilanovense são, para já, clubes despromovidos de escalão.

Zona Centro: Torres Novas, 1-Sanjoanense, 1; Alba, 1-União de Tomar, 1; Marinhense, 0-União de Coimbra, 0; Portalegrense, 2-Peniche, 0; Torriense, 2-União de Santarém, 1; Caldas, 0-Estrela de Portalegre, 1; Académico de Viseu, 1-União de Leiria, 0 e Feirense, 1-Sporting da Covilhã, 0.

Tabela pontual: Feirense e Estrela de Portalegre, 37; Portalegrense, 35; Covilhã, 33; Santarém, 31; Sanjoanense e União de Coimbra, 29; Marinhense, 28; Peniche, 26; Viseu, 25; Caldas, Tomar e Torriense, 24; Leiria, 22; Torres Novas, 16; Alba, 12. Jogos a seguir: Tomar-Sanjoanense, União de Coimbra-Alba, Peniche-Marinhense, Santarém-Portalegrense, Estrela de Portalegre-Torriense, Leiria-Caldas, Covilhã-Académico de Viseu e Feirense-Torres Novas.

Entretanto, um imbróglio: o Estrela de Portalegre (por ter sido dada razão ao recurso do União de Coimbra) e o Riopele (em face de ir ser repetido o jogo Paredes-Riopele) contestam a classificação desta zona. Alba e Torres Novas ficaram já no rol da 3.ª divisão da próxima época.

Zona Sul: Esperança de Lagos, 1-Olhanense, 1; Odivelas, 3-União Sintrense, 2; Barreirense, 1-Almada, 0; Lusitano de Évora, 1-Marítimo, 1; Sesimbra, 0-Vasco da Gama, 0; Alcochetense, 0-Juventude de Évora, 0; União de Montemor, 0-Cuf, 2 e Farense, 5-Oriental, 0.

Ordem classificativa: Marítimo, 38; Cuf, 37; Vasco da Gama, 36; Barreirense, 34; Juventude, 33; Almada, 29; Odivelas e Lusitano, 27; Olhanense, 26; Sintrense, Farense e Sesimbra, 25; Alcochetense, 23; Esperança, 18; Montemor, 17; Oriental, 12. Calendário imediato: Sintrense-Olhanense, Almada-Odivelas, Marítimo-Barreirense, Vasco da Gama-Lusitano, Juventude-Sesimbra, Cuf-Alcochetense, Oriental-Montemor e Farense-Esperança.

Entretanto, a primeira baixa: a derrota em Faro representou para o Oriental (neste momento apenas com cerca de mil sócios...) a baixa de divisão.

Até onde puderam, os portimonenses seguraram o nulo: o pior foi quando Nelinho carregou no pedal, colaborando na tácita «ajuda» dada a Mortimore pelo Sporting e pelo Porto...

ALIADOS DE LORDELO: JÁ NA 2.ª

Nacional da 3.ª divisão, série A: Mogadourense, 2-Maria da Fonte, 4; Joane, 1-Mirandela, 0; Tadim, 2-Bairro Latino, 0; Bragança, 1-Rio Ave, 1; Vianense, 2-Limianos, 0; Aves, 5-Forjães, 1; Mondinense, 1-Esposende, 0 e Cabeceirense, 2-Moncão, 1.

Rio Ave comanda (41 pontos), seguido pelo Vianense (38)

Série B: Arrifanense, 1-Oliveirense, 0; Leverense, 0-Paços Brandão, 1; Infesta, 2-Viseu e Benfica, 0; Leça, 4-Valecambrense, 1; Vildemoinhos, 1-P. Castelo, 0; Trancoso, 0-Avintes, 5; Sp. Lamego, 3-Freamunde, 1 e Cucujães, 1-Aliados, 2.

Nesta 3.ª divisão, o primeiro parabéns: direito para o Aliados do Lordelo que, com sete pontos à melhor da concorrência (no bloco B) pertence por direito próprio ao futuro 2.º escalão.

Série C: Águeda, 0-Oliveira Bairro, 0; Covilhã Benfica, 3-Tondela, 1; Ala Arriba, 1-Desp. Gouveia, 0; Marialvas, 5-Desp. Guarda, 0; Mangualde, 0-Naval, 0; Vilanovense, 3-Ançã, 0; Esperança, 3-Febres, 0 e Anadia, 7-Tabuense, 0. Quatro clubes marcham lado a lado, no topo da tabela: Marialvas, Águeda, Oliveira do Bairro e Mangualde.

Série D: Matrena, 3-Alferrarede, 1; Marrazes, 2-Alcanenense, 0; Batalha, 4-Bf. Castelo Branco, 1; S. L. Cartaxo, 5-Campomaiorense, 1; U. Almeirim, 0-Vieirense, 0; Bombarralense, 4-Niza Benfica, 1; Lousanense, 2-Sp. Pombal, 0 e Alcobaça, 2-Eléctrico Ponte Sôr, 0. Cartaxo (41 pontos) e Marrazes (39) alinham na vanguarda.

Série E: O Elvas, 6-Bucelense, 1; S. L. Olivais, 5-Os Elvenses, 1; Benavente, 3-E. Vendas Novas, 0; Trafaria, 0-Sacavenense, 3; Alhandra, 0-Alverca, 2; Nacional, 6-Vilafranquense, 0; Cova Piedade, 2-Casa Pia, 0 e Desp. Olivais, 1-Loures, 0. À frente da pontuação: Cova da Piedade (38) e Sport Lisboa e Olivais (37).

Série F: Amora, 2-Lusitano V. R. St.º António, 1; Moura, 0-Seixal, 2; Roseirense, 0-Torralta, 0; At. Reguengos, 0-Aljustrelense, 1; U. Santiago, 4-Odemirense, 0; Desp. Beja, 1-Pescadores, 1; Quarteirense, 3-Luso, 0 e Paio Pires, 2-Silves, 0. À frente está o Amora (46 pontos) tendo na peugada o Luso (39).

JUNIORES: ALVALADE NA CAUDA

Para o nacional de juniores: Braga, 2-Sporting, 0 e Benfica, 6-Porto, 1. Classificação ao fim da 3.ª jornada: Benfica, 5; Porto, 4; Braga, 3; Sporting, 0. De notar o péssimo «score» do Sporting: 1-7, correspondente a três derrotas consecutivas.

JUVENIS: MOITA VERGA O SPORTING

Quanto à Taça Nacional de Juvenis, eis os desfechos: Ponte da Barca, 0-Desportivo do Prado, 2; Limianos, 2-Sporting de Braga, 1; Pedras Salgadas, 0-Vitória de Guimarães, 3; Bragança, 2-Mirandela, 1; Ermezinde, 0-Varzim, 2; Boavista, 0-Leixões, 2; Douro, 4-Cracks de Lamego, 0; Paredes, 0-Lusitânia de Lourosa, 2; Grijó, 2-Oliveirense, 2; Sanjoanense, 0-F. C. Porto, 2; Valecambrense, 4-Feirense, 1; Candal, 1-Perosinho, 0; Guarda, 5-Mangualde, 1; Académico de Viseu, 3-Vilanovense, 1; Académico de Coimbra, 1; Sporting de Abrantes, 2-Alcainense, 0; Bombarralense, 0-Torreense, 3; Águias, 5-Desportivo de Peniche, 1; Fazendas Almeirim e Benfica, 2-União de Almeirim, 0; União de Santarém, 5-Alhandra, 1; Redondense, 1-Calipolense, 1; Portalegrense, 0-Campomaiorense, 0; Cova da Piedade, 2-Domingos Sávio, 2; Loures, 0-Benfica, 3; Sintrense, 2-Rio de Mouro, 1; Fundação, 0-Estoril, 0; Moitense, 1-Sporting, 0; Belenenses, 2-Almada, 1; Sesimbra, 2-Sporting de Cuba, 2; Vitória de Setúbal, 5-Estrela de Vendas Novas, 0; Portimonense, 1-Zona Azul, 1 e Sambrazense, 0-Farense, 0. Guias das séries: Braga e Prado (1), Guimarães e Bragança (2), Varzim (3), Lourosa (4), Porto (5), Candal (6), Guarda (7), Abrantes (8), Torriense (9), Santarém (10), Campomaiorense (11), Benfica (12), Estoril e Sintrense (13), Belenenses (14), Cuba (15) e Farense (16). A derrota do Sporting, (14.ª série) perante o Moitense fere especialmente as atenções gerais.

INICIADOS: BELENENSES VENCE O BENFICA, NA LUZ

Jogos para a Taça Nacional de Iniciados: F. C. do Porto, 6-Vitória de Guimarães, 0; Leixões, 2-Vianense, 0; Cracks de Lamego, 0-Vila Real, 2; Moncorvo, 2-Sporting de Braga, 1; Anadia, 0-Sanjoanense, 0; Arcozelo, 3-Gondomar, 0; Liceu de Castelo Branco, 6-Sporting da Covilhã, 1; Carregal do Sal, 0-Sporting do Sabugal, 1; Marinhense, 1-Fátima, 1; União de Coimbra, 2-Benavente, 0; Montijo, 1-Cuf, 0; Sanjoanense (de S. João da Talha), 1-Sporting, 2; Benfica, 0-Belenenses, 2; Atlético, 0-Santoantoniense, 3; São Luiz, 2-Louletano, 1 e Desportivo de Beja, 1-F. C. de Serpa, 3. Líderes: F. C. do Porto (série A); Braga, Vila Real e Moncorvo (B); Sanjoanense (C); Castelo Branco e Covilhã (D); União de Coimbra (E); Sporting (F); Santoantoniense e Belenenses (G); Serpa e S. Luís (H).

ÁRBITROS

Plenário da Comissão Central de Árbitros, no próximo sábado.

António Garrido tem novos juízes auxiliares: Virgílio Alves e Rui Gião. Os anteriores pediram escusa de continuarem.

BENFICA

Talvez seja hoje o dia do compromisso do junior «internacional» almadense Spencer com o Benfica, continuando os «encarnados» interessados no guarda-redes Jorge (Barreirense) que tem contrato firmado com o Vitória setubalense, mas poderá entrar num negócio de troca com o médio Romeu.

BOAVISTA

Dois «boavisteiros» prolongam os seus compromissos com o Bessa: o «internacional» Carolino e Jorge, rubricaram contratos por mais três anos.

COIMBRA

Enquanto se fala que Joaquim Rocha e Rachão trocam o Académico de Coimbra, pelo Vitória de Setúbal, parece quase certo que o sportinguista Camilo regresse a Coimbra.

ESPANHA

Em Espanha, os dois clubes madrilenos (Atlético, comandante da tabela e Real, no meio da tabela) perderam os confrontos que, respectivamente, efectuaram em Burgos (0-2) e no «Santiago Barnabeu» (0-1), face ao Bétis. Pela 1.ª vez na sua história, o Real está ameaçado de não participar em nenhum troféu europeu da próxima época, como pode ver-se pela classificação actual: Atlético, 41; Barcelona, 39; Bilbau, 35; Salamanca e Bétis, 32; Sevilha, Real Sociedad, Espanhol, Valência e Real Madrid, 31; Las Palmas, 30; Burgos, Elche e Hércules, 28; Santander, 27; Celta, 26; Saragoça, 25; Málaga, 14.

ESTORIL

Na Galiza (pertinho do Estoril) a Associação Desportiva da Costa do Sol efectua, a partir de 6 de Maio, um torneio de futebol de salão, aceitando inscrições até hoje (na sede da colectividade: R. António da Silveira, Vivenda Carlos, 1.º andar, Galiza, S. João do Estoril).

EUSÉBIO

Hoje (20 e 30, em Paris) um grupo de jogadores portugueses, comandado por Eusébio, actua perante o Bastia, em jogo particular. Ao lado do «mais famoso» estarão vários alcantarenses e diversos reforços: Zézinho (Braga), Eurico e Óscar (Estoril).

INGLATERRA

Manchester United (vencendo em Leeds, por 2-1) está na final da Taça de Inglaterra. O opositor sairá da dupla Liverpool-Everton que desempata amanhã, depois de ter registado 2-2 em outro confronto.

LESÕES

Lesões mais graves, durante a ronda futebolística do fim-de-semana: o «boavisteiro» Nogueira apresenta sinais de fractura de menisco do joelho esquerdo, Sousa (guarda-redes de Guimarães) sofreu contusão craniana e o belenense Isidro contraíu micro-ruptura num músculo da coxa.

MORTIMORE

A caminho da concretização: durante mais duas épocas, seja qual for o novo timoneiro do Benfica, o inglês John Mortimore deve continuar ao serviço da Luz.

SETÚBAL

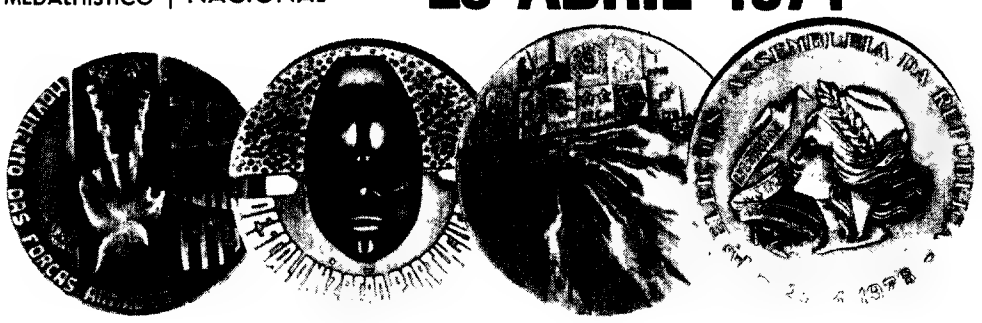
Vítor Madeira (23 anos, dianteiro do Vasco da Gama, de Sines) transferiu-se para o Vitória de Setúbal.

VARZIM

Depois de Ibraim (no caminho de Artur Jorge, Humberto Coelho, Móia, João Carlos, Eusébio, Simões, Messias) outro varzinista toma o rumo dos EUA: o brasileiro Manafá.

CICLO MEDALHÍSTICO | LIBERTAÇÃO NACIONAL

25 ABRIL 1974



25 ABRIL — 1974	DESCOLONIZAÇÃO	ELEIÇÕES — 1975	ELEIÇÕES — 1976
escultor: João Norte	escultor: João Norte	escultor: João Luís	escultor: A. Cândido
módulo: 70 m/m	módulo: 70 m/m	módulo: 90 m/m	módulo: 80 m/m
☐ bronze: 1500 ex. (250$00)	☐ bronze: 1500 ex. (250$00)	☐ bronze: 1500 ex. (300$00)	☐ bronze: 1500 ex. (250$00)
☐ prata: 50 ex. (2500$00)	☐ prata: 50 ex. (2500$00)	☐ prata: 20 ex. (3000$00)	☐ prata: 50 ex. (2750$00)

NOTA: Assinale com um [X] as medalhas que deseje. Eles ser-lhe-ão enviadas pelo correio, à cobrança, ao ritmo de uma por mês (fim de cada mês).

NOME .....

MORADA .....

IMPORTANTE — Preencha e dirija-nos este cupão através dos correios.

MEDALIS — R. do Benformoso 136-138 — Lisboa 2 — Telf. 86 10 86 — 86 67 08

TOTOBOLA

BOLETIM COM 13

Varzim-Guimarães	1
Benfica - Portimonense	1
Belenenses - Leixões	X
Boavista - Beira-Mar	X
Setúbal - Montijo	X
Académico - Porto	X
Estoril - Atlético	X
Braga - Sporting	1
Fafe - Riopele	X
Caldas - E. Portalegre	2
Lusitano-Marítimo	X
Sesimbra - V. da Gama	1
União Montemor - CUF	2

PORTUGAL

BASQUETEBOL

Sangalhos e Académico de Coimbra (duas vitórias, cada) dominam Figueirense e F.C. Porto, no «Torneio Cinquentenário», promovido pela Federação de Basquetebol. Simultaneamente, o Sport Lisboa e Oriental conquistava o título nacional da 3.ª divisão.

CICLISMO

A União dos Sindicatos de Lisboa promove, para ciclistas seniores de 3.ª (e no percurso Paço de Arcos-Avenida Rio de Janeiro, em Lisboa) uma prova velocipédica comemorativa do 1.º de Maio.

Venceslau Fernandes (F.C. Porto) amealhou o troféu «Viseu Caldeira», instituído pela Associação de Ciclismo do Norte em homenagem àquele nosso camarada de Imprensa.

DISTINÇÃO

A Federação de Atletismo premiou os jornalistas Rebelo Carvalheira e Nuno Ferrari (de «A Bola»), pelos seus trabalhos de cobertura do campeonato aberto de Portugal, em Atletismo, disputado em Vilamoura (Algarve).

FESTAS

Foram inaugurados dois novos pavilhões gimnodesportivos: respectivamente em Almeirim e Sesimbra.

HÓQUEI EM CAMPO

O Futebol Benfica (dois pontos de avanço sobre o Benfica) lidera o «lisboeta» de hóquei em campo, depois dos últimos jogos, que proporcionaram os «placards» seguintes: Palmense, 4-Belenenses, 1; Hockey, 1-Celcat, 0; Cascais, 8-ISEF, 0 e Atlético, 1-Futebol Benfica, 5.

Disciplina dura, na Associação de Hóquei em Campo de Lisboa: 1 ano de suspensão ao jogador Fernando Jorge das Neves Gervásio e 12 jogos de obrigatória paragem a Alfredo da Conceição Santos (ambos do Atlético), 6 jogos a José Filipe Miranda da Fonseca (Hóquei Clube de Portugal) e a Fernando Jorge Rodrigues (Celcat).

HÓQUEI PATINADO

Perante a demissão de Virgílio, de treinador da turma hoquista da Juventude Salesiana, o seu lugar passa para o Pe. Miguel.

ORIENTAL

Eleições directivas no Oriental, a 6 de Maio. Mas, pelos vistos e até ver, ninguém aparece para dar uma mão ao clube e ajudar a erguer os escombros que tapam, quase completamente, a bancada de Marvila.

RÂGUEBI

A Académica de Coimbra (quatro pontos de dianteira sobre CDUL, Benfica e Direito) está a um passo de obter o título nacional de râguebi, após bater o CDUL, em Lisboa (10-4). Outros jogos: Técnico, 43-Aranhas, 4 e Benfica, 16-Belenenses, 6.

TÉNIS DE MESA

Carlos Antunes (Mem Martins) foi o melhor tenista de mesa no torneio «Costa do Sol», promovido pelo Paço de Arcos.

TIRO

Armando Marques logrou, em Elvas, os 1.os lugares nas provas de tiro denominadas «Atiradores espanhóis» e «Campeonato do Alentejo».

VOLEIBOL

Embates para o nacional de voleibol: Técnico, 3-Atlético, 0 e Espinho, 3-Leixões, 2. Em meninas: Sporting de Braga, 3-Leixões, 0 e Espinho, 3-CDUP, 1

Andebol: campeonato está "verde"

O nacional andebolístico sobe 2.º degrau: Sporting destaca-se (4 pontos), perseguido pelo Belenenses e pelo S. Bernardo (2), perante o zero absoluto do F. C. Porto. Como sucedeu isso? Em face dos resultados da ronda: Sporting, 25-S. Bernardo, 11 e Belenenses 30-Porto, 20.

Aqui ficam as linhas e respectivos marcadores:

Sporting: Mesquita (Miguel), Branco Lopes (2), Carlos Correia (1), Franco (4), (João Manuel (1), Banha, Fernando Jorge (9), Adão (2), Alfredo (2), Brito (4) e Coelho.

S.Bernardo: Chinca (Ricardo), Élio, Branco, Combo, Méber (2), António Carlos, Ângelo, Tó Vieira (1), Ulisses (1), Hélder (5) e David (2). Árbitros portuenses: Adélio Pinto e Joaquim Cabral.

Belenenses: José António (Carrasco), José Manuel (8), Jorge (6), Ferreira, Espadinha (4), Bernardino, Sousa. Armando, Montenegro (5), Ricardo (1) e Hernâni (6).

Porto: Amorim (Capela), Sousa, Agostinho (2), Ramelhe (1), Tavares da Rocha, Mário (1), Monteiro (4), Areias (5), Pinho (5), Nelo e Leandro (2).

Juízes nortenhos: Florentino Pereira e José Vilarinho.

Simultaneamente, uma notícia referente ao Benfica: ao mesmo tempo que se fala na abdicação do eng.º Neves, do comando técnico da turma da Luz, consta que o prof. Machado da Costa será, muito brevemente, o responsável pelo «sete» da «águia».

TREINADORES

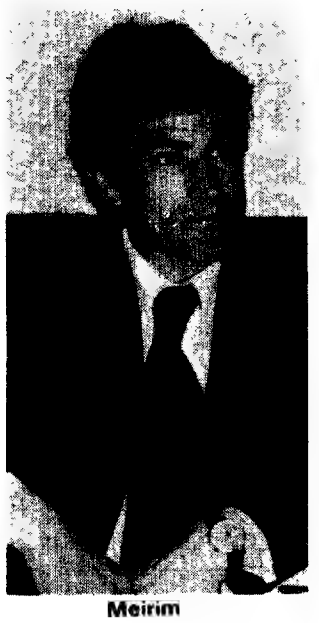
Acabam de ser editadas as conclusões e resoluções do 1.º Encontro Nacional de Treinadores de Andebol (ANTA), que teve a presença de meia centena de representantes dos núcleos do Norte, Beiras, Lisboa e Sul, a culminar encontros regionais diversos (Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria). No plenário, foram eleitos os primeiros corpos gerentes da ANTA que são, respectivamente:

Assembleia Geral: Armando Campos (Porto), Almor Vaz (Braga) e Pedro Afra (Leiria).

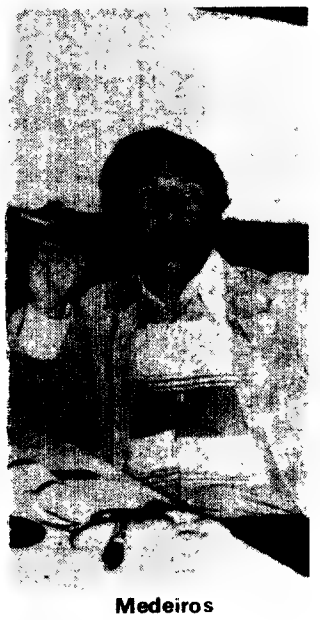
Direcção: Rui Coelho, Carlos Lisboa, Fonte Santa, Júlio Veloso, Eduardo Saraiva, Guilherme Arvoredo e Fernando Tavares (todos de Lisboa).

Conselho Fiscal: Jorge Martins (Faro), Manuel Manita (Setúbal) e António Cunha (Porto).

Animados debates conduziram a diversas conclusões, nomeadamente a respeito da formação de treinadores *(que, no passado, se caracterizaram pela falta de continuidade e pela indefinição de objectivos em relação ao nosso meio)*, à necessidade do planeamento de formação (cursos de 4 graus), reciclagem de treinadores e planeamento de provas.



Meirim



Medeiros

Cacém: 3 horas de futebol

No plano das comemorações do seu 37.º aniversário o Atlético do Cacém (1400 associados e uma viva actividade desportiva) promoveu, ontem à noite, um colóquio sobre futebol, em que participaram os técnicos Joaquim Meirim e António Medeiros, além dos jornalistas Neves de Sousa (nosso camarada de Redacção) e Virato Mourão (do «Diário Popular»). Durante três horas, a assistência que enchia o pavilhão da colectividade esteve presa a numeros temas em debate: arbitragem, crítica desportiva, futebol profissional, poder físico e rendimento atlético, origem do praticante e incorporamento no panorama desportivo, técnicos e futebolistas estrangeiros, o «caso Benfica», a «chicotada psicológica». Terminaria já ao princípio da madrugada a reunião, uma agradável salutar troca de impressões e conceitos.

Atletismo: URSS vai ver mais dois portugueses

Excelente momento, atravessa o Atletismo português, desde a bela obra de base já patenteada pelos «ases das Avenidas», até ao trabalho de cúpula, de clubes mais poderosos financeiramente ou, pelo menos, tão entusiastas como o emblema de Sá Viana

No Jamor, bateram-se «records» e, o que é muito significativo, encontraram-se, mais dois concorrentes ao europeu de juniores, a disputar na U.R.S.S.: António Leitão (Sporting de Espinho) ainda juvenil, que conseguiu 8 m 25 s nos 3000 metros (tanto como o «record» pessoal do famoso Manuel Faria) e Fernando Pinto (F.C. Porto), com estupendos 10,6 s nos 100 metros. Aliás, foi nesta prova que se registou o ponto mais alto das reuniões: o benfiquista Vítor Mano (10,4 s), igualou-se a António Fonseca e Silva, António Manso e Carlos Calado, no rol dos mais velozes portugueses desde sempre.

Outros máximos nacionais ficaram inscritos nos anais do Atletismo português: 4x100 masculinos, turma de clubes (Benfica: Cachola, Serina, J Silva e V. Mano, em 41.3 s) e dardo, juvenis (Maria Manuela Ferreira, da Foz, com um arremesso de 34,64m). Tudo isto enquanto o sportinguista Fernando Mamede (10.000 m em 29 m 10,6 s) conseguia o 3.º tempo nacional na distância. Uma progressão de aplaudir.

A acentuar o pulo do Atletismo cá da casa, regista-se o 1.º lugar de Renato Graça e o 15.º lugar de Mário Machado (ambos do C.D.U.L.) na maratona de Marselha (França). Graça correu o percurso em 2 h 29 m 15 s.

Os irmãos Carvalho: Joaquim e José (olímpico). Joaquim Carvalho ingressa, velozmente, nas listas dos grandes «sprinters» portugueses: conquistado pelo Sporting em Santa Clara (Coimbra) veio ao Jamor fazer marcas sensacionais (10 e 6 nos 100 metros, 22 segundos nos 200) o que, para já, lhe garantem presença nos europeus de juniores, a realizar na URSS (cidade de Donezt) no mês de Agosto

Enquanto se marca data para a disputa da «Taça Olímpica» (30 do corrente, no Jamor), a Federação de Atletismo selecciona a sua representação num «meeting», no Crystal Palace (Londres, 18 de Maio). Acompanhados pelo técnico Mário Moniz Pereira, seguem para Inglaterra os atletas Carlos Lopes, Fernando Mamede, Luis Azevedo e José Carvalho.

Xadrez em revista

Há 40 anos publicou-se, com o apoio da Federação Portuguesa de Xadrez, a «Revista Portuguesa de Xadrez». A sua vida foi efémera, como a de muitas publicações de carácter cultural, cuja subsistência não encontrava o necessário apoio financeiro em razão de uma aculturação atávica.

Neste ano, em simultâneo com o 50.º aniversário da FPX, reinicia-se a publicação da «Revista Portuguesa de Xadrez». Graças à nova dinâmica imprimida nos últimos dois anos ao xadrez (tendente à sua massificação) o ambiente renovou-se a adesão a esta modalidade aumentou significativamente. O recomeço de um órgão tão específico de informação integra-se num vasto plano de levar o xadrez a todos os portugueses.

Com efeito, tem sido destacado o labor da actual gerência federativa, num trabalho de incremento que já está a produzir bons frutos.

Em relação à «Revista Portuguesa de Xadrez» (preço avulso de 15 escudos, edição mensal), devem salientar-se os nomes de alguns dos principais responsáveis: Simões Nunes, Gonçalo Leal Alvaro Pereira, Dagoberto Markl, Jose Oliveira, José Pereira dos Santos, Luís Santos, Rui Nascimento, Sobreda Antunes, Tome Duarte, Vítor Silva, Faria de Bastos, Manuel Matos, Vladimiro Miranda e Fernando Portugal. Nas 16 páginas da revista muitos motivos de interesse cativam o adepto do xadrez.

LÁ FORA

DRAMA

O Circuito de Nuerburgring foi cenário de mais um acidente fatal, protagonizado pelo piloto alemão federal Wolfgang Dubois. O desastre deu-se quando o veículo, conduzido por Dubois numa prova nacional, deu várias voltas sobre si mesmo e embateu nas «boxes», para onde seguia a toda a velocidade. O choque feriu seis pessoas, algumas das quais gravemente. Transportado a um hospital, Dubois viria a falecer.

Os condutores de Fórmula 1, na sequência de diversos acidentes graves registados no Circuito, decidiram não correr nele até que sejam feitas importantes alterações. O «Grande Prémio da Alemanha» de 1977, não terá assim lugar, como habitualmente, no «ring», mas em Hockemheim

MALÁSIA

O «piloto» japonês Nobuhide Tachi (em «Toyota Trueno») triunfou no «Grande Prémio da Malásia», que ficou assinalado pela morte de quatro crianças e um adulto, além de ferimentos em mais 19 pessoas, entre as quais o «volante» Harvey Yap.

MONZA

O automobilista italiano Vitório Brambilla venceu o circuito de Monza (493 km) ao volante de um Alfa Romeo 33 s 12.

NATAÇÃO

Parte amanhã para Inglaterra (Nottingham) uma embaixada de natação do F.C. Porto.

REMO

Parte segunda-feira para a Polónia uma delegação de técnicos e remadores portugueses que vão aquele país estagiar. O estágio faz parte do protocolo celebrado entre os governos de Portugal e da Polónia. O trabalho prolonga-se até à próximo dia 25 de Maio, envolvendo dois aspectos: actualização e a troca de experiências dos técnicos e preparação dos remadores. A delegação portuguesa é composta por 15 elementos, sendo o grupo de reamdores constituído por 9 atletas juniores, campeões nacionais. Chefia a delegação o professor José Lopes Marques, coordenador do plano de desenvolvimento do remo.

VISITA

De 23 de Maio a 4 de Junho, o dr. Joaquim de Sousa (secretário de Estado da Juventude e Desportos) visita oficialmente os E.U.A.

«VUELTA»

Principia hoje a correr-se a «Vuelta a Espanha» alinhando Joaquim Agostinho à partida

CÚSCÚS
ESPECIALIDADE ÁRABE
Pratos individuais a 80$00
JANTE TODOS OS DIAS
A PARTIR DAS 20 E 30 NO
BONAPARTE Rua de S. Miguel, 70
ALFAMA - Telef. 872761

ALCATIFAS PLÁSTICAS ESTAMPADAS
Para revenda Lindas cores
com base de feltro 127$50 + 12% IT
com base de amianto 147$50 + 12% IT
Só vendemos rolos de 60 a 70 m2
José Barros Lda.
R. José Duro, 22-D Alvalade

Aumente as suas vendas
Distribua..
BALÕES PUBLICITÁRIOS
Fábrica Nacional: LATEX - DOURO, LDA.
R. Central Francos, 779/783
Telef. 65370 — PORTO

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

FMI concedeu empréstimo

O Fundo Monteário Internacional abriu ontem dois empréstimos para Portugal e para a Itália, de modo a contribuir para a estabilização das respectivas economias. A Portugal foram concedidos 49 milhões de dólares, enquanto que o Governo de Andreotti foi contemplado com 520 milhões.

Os governos de Portugal e da Itália, segundo uma declaração do FMI prometeram adoptar medidas financeiras e económicas para restaurar o equilíbrio das suas balanças de pagamentos.

PROFESSORES: REVISÃO DE ESTATUTOS

Votação pouco significativa — considera direcção actual

. São já conhecidos os resultados provisórios das votações para a revisão dos Estatutos do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa. O maior número de votos (1036) coube à proposta da actual direcção.

No entanto, o aspecto mais saliente destes resultados é o elevado número das abstenções. Com efeito, dos 9245 professores inscritos, apenas 1439 votaram.

A propósito, diz, em comunicado, a actual direcção do Sinciato, a promotora da votação da revisão dos Estatutos: «Embora o número de votantes atinja os 10 por cento sobre o número de inscritos exigidos pelos estatutos actualmente em vigor, a direcção considera a votação pouco significativa, para uma questão demasiado importante como a dos Estatutos do Sindicato».

Adianta como justificação o comunicado: «Em grande parte, a fraqueza da votação deveu-se ao boicote de muitos delegados sindicais e tendências que decidiram não informar os professores da votação, não promoveram a discussão, apelaram ao boicote da votação».

A dinalizar afirma o texto: «a direcção espera que a próxima direcção que vier a ser eleita, cumpra a vontade dos professores realizando de imediato uma votação dos estatutos em moldes democráticos, que permita aos professores terem um Sindicato que lhes permita defender-se e possam controlar».

PSICOLOGIA: PROPOSTA RECUSADA

PORTO, 26 — O ministro Sottomayor Cardia recusou totalmente a proposta de alternativa apresentada pelos alunos do Curso de Psicologia contra as teses de reavaliação e as novas pré-inscrições impostas pelo MEIC.

Na entrevista concedida, no passado dia 22 à Comissão de Alunos o ministro disse ser inegociável aquela proposta e que o despacho teria de ser cumprido. Segundo foi afirmado esta manhã em RGA Sottomayor Cardia manifestara-se concordante com as decisões tomadas pela Comissão Instaladora que actualmente tem três elementos demissionários.

Os alunos que se deslocaram ao MEIC depreenderam da conversa com o ministro que existem pressões da classe médica relativamente ao Curso de Psicologia.

Recorda-se que a contraproposta dos alunos exigia que todos os estudantes matriculados e com as propinas deste ano pagas tivessem garantia de permanência no curso. Eram recusados os testes de reavaliadação e as pre-inscrições e exigido o curso nocturno uma vez que um terço dos alunos são trabalhadores-estudantes.

MEDICINA

A Assembleia da República solidarizou-se com o problema dos 920 alunos dos 5.º e 6.º anos de Medicina dos Hospitais Civis de Lisboa, que se encontram há três meses sem aulas, devido à reivindicação dos médicos.

Entretanto uma comissão de alunos em contacto com os jornalistas informou não terem conseguido falar com o ministro da Educação e Investigação Científica. Afirmaria ainda um representante da Comissão de Luta que as reivindicações dos médicos — salários e definição de carreiras — são justas, acrescentando, no entanto, que, em consequência das mesmas, os estudantes estão sem aulas há três meses, dois dos quais sem quaisquer regalias sociais. «Estamos a servir de «pinguepong entre o Ministério e os médicos» — disse o mesmo representante, segundo relato da ANOP.

Hoje, os alunos dos Hospitais Civis ocuparam as instalações escolares do Hospital de Santa Maria. À tarde decorrerá uma RGA dos alunos do Hospital Escolar para tomar uma posição face aos seus colegas dos HCL.

CONSELHOS DIRECTIVOS DE MEDICINA E FARMÁCIA

Tomaram posse, no passado dia 18, na Reitoria da Universidade de Lisboa, os membros dos Conselhos Directivos das Faculdades de Medicina e Farmácia.

No acto de posse o Reitor, professor Barahona Fernandes, felicitou os novos dirigentes e congratulou-se, em nome da Universidade, por mais uma realização dos progressos da gestão democrática das escolas superiores por eleição paritária, pelos respectivos corpos docentes e alunos e também representantes do pessoal técnico e administrativo.

Diria a dado passo: «A Universidade continua em evolução e como instituição viva e criativa que é, deverá adquirir maior autonomia e iniciativa. É desejável alcançar maior representação dos jovens docentes no Conselho Científico, agora alargado a todos os doutorados em exercício».

Canal da Crítica

Continuação da pág. 15

situações confusas.

Nada ficou esclarecido, no documentário...

Com a maior das simplicidades, José António Saraiva esquece o terrorismo, os atentados bombistas e as averiguadas relações com eles de elementos dos partidos da direita.

Esquece que o adiamento das eleições era o objectivo de Spínola e de partidos com ele coniventes.

Esquece todos os esforços feitos pelo PCP para se encontrar uma plataforma de entendimento. Há material imenso a este respeito. Esquece, por exemplo, que o 25 de Novembro aparece, justamente, quando a nível militar, se efectuam encontros com essa finalidade.

Fundamentalmente, a análise (?) de José António Saraiva peca pelo seu alheamento da luta de classes. Nela, expressões como o *Exército, o Estado*, aparecem isoladas, como instituições autónomas, como forças em si, longe das marés sociais. A campanha contra a unicidade não foi pura mania do Zenha, como não é birra pessoal do Barreto o ataque à Reforma Agrária. A campanha das cúpulas do PS contra os militares progressistas (o *povo não está com o MFA*, ó Saraiva, lembra-se?) não era questão só dessas cúpulas. A campanha anticomunista desencadeada por Mário Soares (e continuada, ainda agora) não se deve à sua antipatia pelas sobrancelhas escuras de Álvaro Cunhal. O que importa é determinar as forças, nacionais e internacionais, que puxam os cordelinhos. Sem isso, nada feito.

A isso se furtou o responsável do documentário. Provavelmente estava distraído. O resultado foi aquela pepineira *snob*, pequeno-burguesa que a Televisão nos impingiu.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

Máxima 27º

PENHAS DA SAÚDE

Mínima 5,5º

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado; vento fraco; neblina com nevoeiro matinal na Faixa Costeira a norte do cabo Carvoeiro

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	12º
P. DOURADAS	15º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	20º
LISBOA	14º
SAGRES	19º
FARO	21º
P. DELGADA	17º
FUNCHAL	19º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
8.13	3,1 m	1.31	1,7 m
20.40	3,2 m	13.55	1,8 m
Dia 27			
9.32	3,1 m	2.50	1,8 m
22.00	3,2 m	16.33	1,7 m
Dia 28			
10.28	3,2 m	4.09	1,6 m
23.13	3,4 m	16.33	1,7 m

AMANHÃ

NASCER ÁS 6.54
OCASO ÁS 20.25

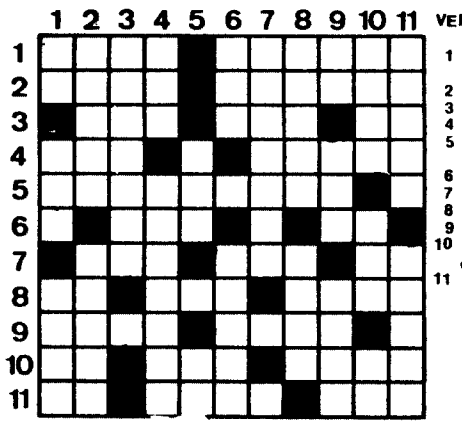
Dia 26 Dia 3 Dia 10 Dia 18

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO
PROBLEMA N.º 11726

HORIZONTAIS

1 Prendes. Cidade de Espanha.
2 Farripas. Amuralhar.
3 Espaço de trinta dias. Claridade. Rádio (s.q.).
4 Bilis. Artigo definido. Que é doar.
5 Doença produzida por picada de aranha.
6 Título honorífico na Índia. Amónio (s.q.).
7 Igual. Ente. Campeão.
8 Érbio (s.q.). Cidade da Índia na costa do Malabar. Pequeno barco de recreio.
9 Homem muito robusto (fig.). Verdadeiro.
10 Prata (s.q.). Recusa. Ir para fora.
11 Isolado. Nome científico do pato. Ecoa.



VERTICAIS

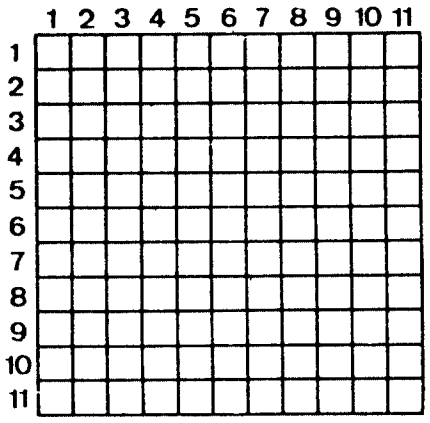
1 Alteza Real. Executa. Pronome pessoal (pl.).
2 Recear. Cravo.
3 Chamara em socorro
4 Sadias. Cidade de Espanha.
5 Organização das Nações Unidas. Prefixo de privação.
6 Desgraça. Faz serão.
7 Causasse amuo.
8 Brilham. Esteiros.
9 Viração. Rate. Fileiras.
10 Cais. Matemática. Satélite de Júpiter.
11 Tribo indígena brasileira. O O mesmo que bonito (peixe)

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7786

HORIZONTAIS

1 Cidade da Albânia. Rio de França.
2 Antes de Cristo. Concede. Mordiscar.
3 Ratavas. Prefixo de negação. Distar.
4. Reis. Mil e cem em romano. Alteza Serenissima. Autores.
5 Pequeno símio do Brasil, Graça.
6 Ribeira de Portugal. Freguesia do concelho de Oliveira do Bairro.
7 Sararas. Pronome pessoal.
8 Ente. Aguçara.
9 Dança sertaneja de sapateado, movimentadíssima. Cidade do estado de São Paulo (Bras.)
10 Fecha as asas para descer mais depressa. Prefixo que designa ar. Nome de mulher.
11 Apelido. Pegas.



VERTICAIS

1 Lista. Césio (s.q.). Sentidas Condolências (abrev.).
2 Boatos (fig.). Estado do N. da Europa.
3 Riam sem ruído.
4 Efeminara.
5 Taberna. Quinhão.
6 O maior dos poetas portugueses.
7 Andarias. Isolado.
8 Juiz dos Hebreus, célebre pela sua força prodigiosa. Nota musical.
9 Atomo. Aperfeiçoavas.
10 Fronteira. Desvairada.
11 Cidade de França. Romance de Eça de Queirós

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11725

HORIZONTAIS:

1 Lavas. Abres.
2 Alaga. Saira.
3 Mi. Ri. Ou.
4 BECO. Ide.
5 Ena! Dar. SEM.
6 Raspais. Cm.
7 Ras. Saos.
8 Ramo. Ro.
9 Apara. Iriam.
10 Comi. Latada.
11 Arear. Selar.

VERTICAIS:

1 Lamber. Vaca.
2 Alienar. Por.
3 Va. Casa. Ame.
4 Agro. Ps. Ria.
5 Sai. Dá. Ra.
6 SAIDA
7 Aso. Rs. Mias.
8 Bau. Sorte.
9 Ri. Isca. Lai.
10 Er. Demorada.
11 Sabem. Somar.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7785

HORIZONTAIS:

1 Adamo. Ataca.
2 Mata. Ajax.
3 Cia. Uri.
4 Inibe. Redol.
5 Sedas. Brasa.
6 Era. Iru.
7 Am. Br. Sa AC.
8 Socai. Tripa.
9 Sia. Amo. Res.
10 Aria. Fala.
11 Samba. Caras.

VERTICAIS:

1 Amais. Assas.
2 Dá. Ne. Moira.
3 Ataide. Caim.
4 Má. Barba. Ab.
5 Cesária.
6 Ri. ML.
7 Arbusto.
8 Ta. Errar. Fa.
9 Ajudai. Irar.
10 Caros. Apela.
11 Axila. Casas.

PROVÉRBIO: BECO SEM SAÍDA.

Como conservar
Dentes Postiços
com mais firmeza no seu lugar

A sua dentadura postiça causa-lhe aborrecimentos movendo-se, caindo ou abanando quando come, ri ou fala? Polvilhe apenas as suas placas com um pouco de DENTOFIX. Este pó fixa os dentes postiços com maior firmeza e maior conforto. DENTOFIX evita aquela sensação gomosa e pastosa tão desagradável. Não magoa. Elimina o mau hálito das dentaduras. Peça DENTOFIX hoje mesmo em qualquer farmácia, drogaria ou perfumaria.

contribuições e impostos

- MOD.2 DA CONTRIBUIÇÃO INDUSTRIAL: DETERMINAÇÃO DA MATÉRIA COLECTÁVEL, PREENCHIMENTO DA NOVA DECLARAÇÃO M 2. AMORTIZAÇÕES, PROVISÕES, MAIS E MENOS VALIAS, ETC. POR DR. H. QUINTINO FERREIRA
- GUIA FISCAL EM FOLHAS SOLTAS-EDIÇÃO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
- PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
- QUADRO (mapa) DE CONTAS DO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE
- CÓDIGOS FISCAIS-ACTUALIZADOS (12 livros)
- LEI GERAL DO TRABALHO-ACTUALIZADA

distribuidor:
Rei dos Livros
Rua da Conceição, 1-23 - Tel. 368945 Lisboa-2

ANÁLISES CLÍNICAS
LABORATÓRIO
URGÊNCIAS E DOMICÍLIOS
Rua da Escola Politécnica, 25 - 1º
Tele 326951 (Urg até às 20 Horas)
URGÊNCIA DEPOIS DAS 20 HORAS
TELEF. 366579

farmácias de serviço

LISBOA

ASCENSO _ P.ª Norte, 11-A (B.º Encarnação). Telef. 311216-310172
BAIRRÃO _ Rua Prior do Crato, 25 Telef. 661321
BENFILUZ _ Estrada Benfica, 444-A Telef. 782606
CARDEIRA _ Av. Duque de Avila, 32-C Telef. 43495
CARRONDO _ Rua Padre Sena de Freitas, 10-A Telef. 842518
CONCEIÇÃO _ C.ª D. Gastão, 30-32 Telef. 381279
DOURO _ Alam. Linhas de Torres, 93-A-B Telef. 791131
ESTEFÂNIA _ Rua Pascoal de Melo, 90 Telef. 44438
GALÉNICA _ Rua das Pretas, 12-14 Telef. 322588
GOMES SUCR. _ Rua Junqueira, 326 Telef. 638193
LUSA _ Av. Almirante Reis, 199-A Telef. 41269
MARCOS DO NASCIMENTO C. Marquês de Abrantes, 36-A Telef. 664236
MARLUZ C.ª da Picheleira, 140-B-C Telefs. 720703-728395
NOVA _ R. de Campolide, 297-C. Telef. 687475
OLIVAIS _ Rua Alves Gouveia, 19 Telef. 311237
PINHARANDA _ Rua da Rosa, 94-96 Telef. 321534
PINHEIRO _ Rua Campo de Ourique, 131-133 Telef. 686640
RIO DE JANEIRO _ Av. Rio de Janeiro, 4-C Telef. 721409
RONIL _ Rua Rodrigo da Fonseca, 153. Telef. 683438
SÁ DA BANDEIRA _ Rua M. Sá da Bandeira, 36-42 Telef. 54672
SANTO ANTÓNIO _ Rua Leite Vasconcelos, 72-C Telef. 862333
SANTA MARIA _ Av. 5 de Outubro, 283-A Telef. 763016
SILVA CARVALHO _ R. dos Fanqueiros, 126 Telef. 873875
S. BARTOLOMEU _ V.ª Paulo Jorge, 1 Telef. 790969
SOARES _ Av. Álvares Cabral, 1 Telef. 684282
UNIÃO _ Rua Saraiva de Carvalho, 145-F Telef. 663643
VERA CRUZ _ P.ª Afr. Peixoto, 2-B Telef. 724941
ZIL _ Av. da Igreja, 9-D-E Telef. 891780

PERMANENTE

CARRONDO _ Rua Padre Sena de Freitas, 10-A Telef. 842518
CONCEIÇÃO Calç. D. Gastão, 30-32, Telef. 381279
DOURO _ Alam. Linhas de Torres, 93-A-B Telef. 791131
GOMES SUCR. _ Rua Junqueira, 326 Telef. 638193
LUSA _ Av. Almirante Reis, 199-A Telef. 41269
SÁ DA BANDEIRA _ Rua Marquês Sá da Bandeira, 36-42 Telef. 54672
SILVA CARVALHO _ Rua Fanqueiros, 126 Telef. 878375
UNIÃO _ Rua Saraiva de Carvalho, 145-F Telef 663643
VERA CRUZ P. Afrânio Peixoto, 2-B Telef. 724941

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores R. António Granja, 2 (T. 2113161)
ALCABIDECHE
Carvalho Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira Av. Saboia, 29-B (T. 260085) Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034) Até às 22 horas
OEIRAS
Godinho R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090) Até às 24 e das 0 às 9 horas
NOVA OEIRAS
Leal Até às 21 horas
PAREDE
Aisir Av. Gago Coutinho, B.º das Caixas de Previdência (T. 2472948) Até às 24 e das 0 às 9 horas
PAREDE
Junqueiro Mendes Até às 21 horas
AMOREIRA
Amoreira (T. 262313/267314) Até às 22 horas
ESTORIL
Marques dos Santos R. Ferreira J. A., 15 (T. 260116) Até às 24 e das 0 às 9 horas
CASCAIS
Misericórdia R. Regimento 19, 41 (T. 280141) Até às 21 horas
Cascais R. Conde de Monte Real-B.º Caixas (T. 282407) Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Amadora P. 28 de Maio, 3-A (T. 935518) Serviço permanente
Claben, R. António Sardinha, 23-D (T. 938551) Até às 22 horas
Girassol R. Elias Garcia, 17-C (T. 974161) Até às 21 horas
DAMAIA
Damaia P. Alexandre Gusmão, 9-A (T. 970523)
MERCÊS
Claro Russo
QUELUZ
Gil Av. Miguel Bombarda, 28 (T. 950117)
CACÉM
Rodrigues Garcia Av. dos Bons Amigos, lote 5-D
MEM MARTINS
Miranda Garcia Est. de Mem Martins, 173-B (T. 2914103)
RIO DE MOURO
Riomouro Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194)
SINTRA
Simões Estefânia (T. 2930832)
COLARES
Abreja (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T. 234137)
ALHOS VEDROS
Portugal Av. da Bela Rosa, 8 (T. 204250)
BAIXA DA BANHEIRA
Teixeira B.º de Moçambique, 84-B (T. 2040946)
ALMADA
Magalhães R. Capitão Leitão, 8-B (T. 2750242)
BARREIRO
Higiéne R. D. Manuel I, 178 (T. 2073017)
COVA DA PIEDADE
Cerqueira P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254)
MOITA
Silva Rocha P. da República, 16 (T. 239029)
MONTIJO
Higiéne R. José Joaquim Marques, 142 (T. 2310370)
SESIMBRA
Lopes R. Cândido dos Reis, 21 (T. 2233028)
SETÚBAL
Oliveira L. da Misericórdia (T. 22488)
Louro R. Frei António Chagas, 24-A (T. 24491)
SEIXAL
Godinho L. da Igreja, 51 (T. 2218580)

PORTO

MAIA _ Rua do Campo Alegre, 192 Telef. 64450
MONTE DOS BURGOS _ Rua do Monte dos Burgos, 802 Telef. 62279
ALIANÇA _ Rua da Conceição, 2 Telef. 24203
BOTELHO _ Rua da Alegria, 863 Telef. 480069
ESTÁCIO _ Rua Sá da Bandeira, 120 Telef. 22664
LIDADOR _ Rua do Lidador, 171 Telef. 683739
(DE DIA E TODA A NOITE)
MENESES DE LIMA _ Pr.ª Dr. Pedro Teotónio Pereira, 227 Telef. 51764
CLÉRIGOS _ Rua dos Clérigos, 36 Telef. 315394
CRUZ Rua de Costa Cabral, 1082 Telef. 480041
GUARANI Telef. 62250

COIMBRA

SILCAR _ Rua Ferreira Borges, 84 Telef. 22923
SILVA SOARES Rua Mouzinho Albuquerque, 26 Telef. 71454

cinemas

ALVALADE
Tel. 897480
15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
OS DESTEMIDOS DE NOITE
5.ª semana
c/Jim Brown

APOLO 70
Tel 763319 14.15, 17.45 e 21.15
N. Acons. men. 13 anos
BARRY LYNDON
9.ª Semana
um filme de Stanley Kubrick
Às 0.30h - Grupo D. m. 18 anos
A MULHER DO PADRE

AVIS
Tel. 47163 21.15
Para todos (M/6 anos)
MAS QUE TROPA!
Franco Franchi, Ciccio Ingrassia

BERNA
Tel. 776098 15.00, 18.00 e 21.15
Um espectáculo de rara distinção!
A HISTÓRIA DE CINDERELA
5.ª semana
com Richard Chamberlain, Gemma Craven
Para todos
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

CALEIDOSCÓPIO
Te 795093 14.00 16.30 19.00 21.15
Clássicos do Western
«SHANE»
com Alan Ladd, Jean Arthur Van Heflin um filme de George Stevens
Grupo B (10 anos)

CASINO ESTORIL
Tel. 264521 17 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
OS MONSTROS

CASTIL
Tel 630194 15 17 19 e 21.15 h
Annie Girardot é
A FEMINISTA
Com Bernard Fresson. Um filme de Serge Korber
Não acons. a menores de 18 anos

CONDES
Tel. 322523
14.00, 16.30, 19.00, 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
Kalur Bedi e
O CORSÁRIO NEGRO
2.ª semana

EDEN
Tel. 320768 14, 16.30, 19.00 e 21.15
Roy Scheider, Robert Shaw, Richard Dreyfuss
TUBARÃO
(JAWS)
5.ª Semana
Um filme de Steven Spielberg
Não acons. a men. de 13 anos
Atenção: O filme começa à hora do espectáculo

ESTÚDIO
Tel 535134 21.15
Para todos
O PEITO OU A PERNA
8.ª Semana
O novo filme de Claude Zidi

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 14.30, 16.45, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
2.ª Semana
MULHER SENSUAL

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 15.15, 18.30 21.30
Não acons. m/ 13 anos
Gene Hackman/ Condice Bergen
DESAFIO A CORAGEM
um filme de Richard Brooks

LONDRES
Tel 801313 14.15, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
O INTRUSO
5.ª semana
c/ Laura Antonelli
7.ª semana
um filme de Luchino Visconti

MUNDIAL
Tel. 538743 15.15, 18.15, 21.30
TAXI DRIVER
Palma de ouro Grande Prémio Festival de Cannes

NIMAS
Tel. 574362 14.15, 16.30 18.45 e 21.15
Não acons. men. 13 anos
Um documento único, real e importante
HOMENS E TUBARÕES
o filme de Bruno Vailati

ODEON
Tel. 326283 **15.15, 18.15 e 21.15**
Não acons. men. 18 anos
(Colorido)
2.ª Semana
SURVIVE

PATHÉ
Tel 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. men. 13 anos
O CORSÁRIO NEGRO
Da célebre novela de Emilio Salgari
2.ª semana
c/ Gaylle Maddon

POLITEAMA
Tel. 326305 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Int. men. 18 anos
O MAIS QUENTE ESPECTÁCULO DO MUNDO!
O único circo sexy do Mundo

RESTELO
Tel. 610375 15.00, 18.15 e 21.15
BUGSY MALONE
em 7.ª semana
Amanhã o mesmo programa

ROMA
Tel. 727778 15.30, 18.30 e 21.15
Não acons. m/ 18 anos
Um caso verídico!
SURVIVE
2.ª Semana
Epopeia dos Andres

ROXY
Tel. 48560 14.15, 17.45, 21.15
Da India uma bela história de amor e aventura!
PASSADO INESQUECÍVEL
Um filme de Nasir Hosain
5.ª Semana
Não acons. a men. de 13 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 15.15, 18.15 e 21.15
Marlon Brando/ Jack Nicholson
DUELO NO MISSOURI
Um filme importante de Arthur Penn
Não acons. a men. de 18 anos

TIVOLI
Tel. 570595 21.15
Estreia hoje as 21.15
Michel Piccoli, Gerard Depardieu, Jane Birkin em
«OS BARÕES DA MEDICINA»
um Filme de Jacques Rouffio
Não acons. a Menores de 18 anos
Hoje as 15.15 Última exibição do filme
«BEN-HUR»
Não acons. Menores de 13 anos

UNIVERSAL
Tel. 774402 15, 17, 21 e 23 h
O **Desprezo** um filme de Jean Luc Godard
Sexta e Sabado as 00.30 h
O DESPREZO

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 Às 21.15
Não acons. Men./18 anos
«MISSÃO IMPOSSÍVEL»

A BARRACA
R. Alexandre Herculano, 70
«BARRACA CONTA TIRADENTES»
M/13 anos
ENCENADOR - Augusto Boal
elenco - «A Barraca»
Dias úteis: 21H15
Folga: 2.ª feira
MATINEÉS:
SAB: 16H00
DOM: 18H00

rádio e televisão

1.º Programa

16.00: Musivária; **17.00:** Música portuguesa; **18.10:** Hoje respondemos por música, por António Vitorino d'Almeida — música variada; **19.00:** Poemas e poetas — música variada; **20.00:** Jornal da noite, **20.30:** Melodias; **21.00:** 13.º episódio do folhetim «A mordaça», de Afonso Sastre, numa adaptação de Maria Arlete Reis; **21.14:** Contraponto, **00.00:** Último jornal; **00.30:** Vozes na noite

2.º Programa

16.30: Canções de Brahms, **16.50:** Obras de Haydn; **17.45:** Ópera; **18.15:** Música de guitarra; **18.30:** Música ao fim da tarde no S. Luiz; **20.00:** Música de câmara; **21.00:** Programa pela Orquestra Sinfónica do Porto; **22.00:** O baixo Ezio Pinza **22.30:** O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco - **23.00:** As sonatas de Beethoven **23.20:** Intercâmbio musical; **00.40:** Música de órgão; **01.00:** Fecho

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10:** Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20:** Disco, pedido, por Mário Martins, **17.10:** Prevenção e saúde, pelo dr. Sousa Pereira (repetição); **18.00:** Contacto, **18.20:** Títulos de 1.ª página; **18.30:** Actualidade, **18.45:** Fórmula 1; **19.05:** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.15:** Antologia, **20.30:** Pesquisa, **21.00:** A música e as vozes, **21.30:** Quando o telefone toca; **23.03:** Nocturno; **23.06:** Novas de alegria, **24.00:** Nocturno (continuação); **00.15:** Dia a dia com o passado; **01.10:** Programa sobre a evocação da libertação dos presos de Caxias; **02.00:** Fecho.

4.º Programa
Emissão Total em Estereofonia

19.00: Em órbita; **20.00:** Programa da noite; **22.00:** Auditório; **24.00:** Prisma; **02.00:** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08:** Apelos; **18.15:** Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30:** Transmissão do terço; **19.00:** Programa da Liga dos Amigos de RR; **20.00:** Objectivo; **20.53:** Apelos; **21.05:** Pentagrama; **21.30:** Ao encontro da grande música; **22.00:** Quando o telefone toca; **22.30:** Temas vivos; **23.05:** Última hora; **23.30:** Dicionário de economia; **23.55:** Meditando — no final actualidade internacional — voz da América; **01.00:** Rotação; **02.00:** Encerramento da estação

espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»

BARRACA
R. Alexandre Herculano, 70
21.15 (13 anos)
«Barraca Contra Tiradentes»

COMUNA
21.30 (13 anos)
«Gioconda perdeu o Sorriso»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Aqui quem Manda sou Eu»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (18 anos)
«Os Cómicos»

ADOQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Paródia»

A. B. C.
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Em águas de Bacalhau»

LISBOA/Cinemas

PARIS
21.15 (18 anos)
«1900» — 1.ª parte

EUROPA
21.15 (18 anos)
«O Importante é Amar»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Os Assaltantes do Ar»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Wang yu, o Rei do Karate»

CINEARTE
21.00 (18 anos)
«Medo sobre a Cidade»

CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Laços Escaldantes»

RESTELO
21.15 (13 anos)
«Bugsy Malone»

OLÍMPIA
Ses. permanentes (18 anos)
«Até os Bichinhos Gostam»

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Rapariga para Casal Precisa-se»

CALEIDOSCÓPIO
21.15 (10 anos)
«Shave»

SATÉLITE
21.15 (13 anos)
«O Casal»

JARDIM
21.15 (18 anos)
«Jovem Negra»

CINE-AUDITÓRIO
21.15 (14 anos)
«Mais Escuro que o Âmbar»

VOX
21.15 (18 anos)
«Que Ricas Tias»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«Xica da Silva»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«Domingo, Maldito Domingo»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«A Flauta Mágica»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«O Castelo dos Maldorais»

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Bugsy Malone»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«Sua Excelência Gostava de Saias»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
«A Grande Jogada»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
21.30 (13 anos)
«Os Preços»

SA DA BANDEIRA
21.30 (13 anos)
«Desculpa o Caetano»

MODESTOS
21.45 (13 anos)
«A Ilha dos Escravos»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Dois Indomáveis Palermas»

OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Bel-Ami»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«O Importante é Amar»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«A Intentona»

ESTÚDIO 400
21.15 (13 anos)
«Os Escravos»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«O Intruso»

COLISEU
21.15 (13 anos)
«Sofrimento de amor»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«As Memórias Intimas de Miss Aggie»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Tubarão»

S. JOÃO
21.00 (18 anos)
«Os Barões da Medicina»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«20.000 Léguas Submarinas»

JÚLIO DINIS
21.15 (18 anos)
«Casamento Moderno»

SALA BEBÉ
21.15 (13 anos)
«A Mulher Casada»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Terceiro Homem»

BATALHA
21.15 (13 anos)
«Assassinos de Elite»

COIMBRA

S. TEOTÓNIO
21.15 (18 anos)
«O Pequeno Grande Homem»

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«2 Samurais para 100 Gueixas»

TIVOLI
21.15 (13 anos)
«20.000 Léguas Submarinas»

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.°, 2.°
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Mais quinze horas

Tenho um amigo que no dia 25 de Abril se encontrava no Porto por motivos profissionais. Dormira num hotel e levantara-se a meio da manhã com intenção de visitar o Museu Soares dos Reis. O Museu estava fechado nessa quinta-feira, pelo que o tal meu amigo regressou ao hotel e preparou a mala para regressar a Lisboa de comboio. Assim fez. Ao chegar a Santa Apolónia ao fim da tarde sentiu fome e resolveu jantar num restaurante ali perto. Comprou o «Diário de Lisboa», como fazia habitualmente, e sentou-se. Encomendou a refeição e desdobrou o jornal, enquanto esperava. Foi só então que soube que o Movimento das Forças Armadas Armadas derrubara o fascismo. Eram 20 horas. Ficou a olhar para o jornal com cara de parvo...

Esta estranha história, muito mais vulgar do que à primeira vista parece, serve apenas para lembrar que eu tive mais sorte. Fui acordado às cinco da madrugada pelo Manuel Guimarães que me dizia do outro lado do fio:

— As tropas estão na rua. Ouça o Rádio Clube!

Para aquele meu amigo que viajou de comboio do Porto para Lisboa no dia 25 de Abril o fascismo durara mais quinze horas. Quinze horas que eu aproveitara para ajudar a lançar ao Mundo os primeiros acordes da revolução nascente.

Manuel de Azevedo

Resistência militar ao fascismo

Continuação da pág. 1

lheiros Rosa Coutinho, Almada Contreiras, Otelo e Corvacho.

Das várias intervenções regista-se o historial das várias tentativas de revolta feitas pelo jornalista Carlos Ferrão e a emocionante evocação da experiência revolucionária do tenente-coronel Carlos Vilhena que não deixou de evocar a sua participação no 28 de Maio e de assinalar a traição de que foram vítimas os generosos tenentes e terminou agradecendo aos capitães de Abril a vitória que culminou a longa resistência dos militares antifascistas.

O tenente-coronel Calafate também agradeceu aos capitães de Abril a sua acção e valorizou o significado patriótico e histórico que ela representa. João Faria Borda, marinheiro do 8 de Setembro e antigo deportado do Tarrafal, explicou as motivações políticas da revolta dos marinheiros e integrou esse movimento nas tradições populares e republicanas da Marinha.

Finalmente o nosso director dr. Piteira Santos fez a ligação entre essas experiências históricas e o movimento presentes, recordando algumas figuras significativas de militares e de civis e não deixando de recordar o facto lamentável de as Forças Armadas ainda não terem providenciado no sentido de que o julgamento dos assassinos do general Humberto Delgado, seja feito e que o Exército se ilibe da nódoa que representa a presença de oficiais do Exército nos cargos supercores da PIDE/DGS. Sem pôr em causa a força do povo português para defender a democracia, Piteira Santos advertiu no entanto que muitos dos revolucionários do 28 de Maio na atitude de contestação de certas dificuldades da I República nunca supuseram que a sua acção revolucionária pudesse dar lugar a um regime fascista. Exemplificou esta afirmação com o afastamento rápido do general Gomes da Costa do poder e com as perseguições, prisões e exílio de muitos tenentes do 28 de Maio, exemplo dos quais era Carlos Vilhena, ali presente. Disse a certa altura: «As revoluções têm tendência a devorar os revolucinários. **É dever do povo defender os seus revolucionários». No final foi cantado «Grândola Vila Morena» e o hino nacional.**

"Pide" António Domingues vai ser julgado outra vez

De realizar-se no próximo dia 28 no Supremo Tribunal Militar o novo julgamento do «pide» António Domingues, confesso e comprovado autor dos dois tiros que provocaram a morte de José Dias Coelho — sem eufemismos, o assassino deste artista e militante do do Partido Comunista Português.

O novo julgamento vem responder positivamente ao recurso interposto pela parte queixosa, a filha daquele militante antifascista, depois de considerada (no consenso geral) muito desproporcionada em relação ao crime a pena a que o «pide» Domingues foi condenado no julgamento anterior como na altura largamente se noticiou.

Assinala-se entretanto que o novo julgamento vai realizar-se na vigência do Código de Justiça Militar em vigor desde 10 do corrente. O pormenor pode não ser secundário, antes implicar algumas questões porquanto, para a interposição do recurso, a argumentação baseia-se no CJM antes em vigor.

Três mortos no fim-de-semana

Morreram tres pessoas em 32 acidentes registados nas estradas da zona de Lisboa durante o fim-de-semana, de acordo com informação da brigada de trâsnito da G.N.R. Nos acidentes veirificados, houve ainda 33 feridos.

Em todo o País, em igual período, registaram-se 50 acidentes que provocaram, no total, 57 feridos.

CONSELHO DA REVOLUÇÃO EM COMUNICADO

"Os portugueses têm o destino da Pátria nas suas maõs"

«Os portugueses têm o destino da Pátria nas suas mãos. Unidos em torno dos grandes objectivos nacionais, teremos de, sem esquecer a personalidade adquirida ao longo de mais de oito séculos de História, definir e construir com coragem e grandeza uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais próspera». Diz o Conselho da Revolução num comunicado emitido ontem, no final duma breve reunião realizada no edifício do EMGFA, a assinalar a passagem do terceiro aniversário do «25 de Abril».

O texto emanado do CR começa por referir a efeméride, delegando simbolicamente nos portugueses a responsabilidade da movimentação da madrugada de 25 de Abril de 1974. Citemos: «Faz hoje três anos que, na madrugada de 25 de Abril de 1974, os portugueses derrubaram sem derramento de sangue o regime fascista resultante de um golpe militar ilegítimo e que impôs ao povo português, durante meio século, um sistema de opressão, exploração e obscurantismo. Em 25 de Abril iniciaram os portugueses os caminhos nem sempre fáceis da paz, da liberdade e da democracia. Alcançámos a paz, bem precioso que abriu caminho à concretização das grandes esperanças dos povos submetidos ao domínio colonial. Somos hoje um povo livre».

Referem-se a seguir a Constituição e as instituições democráticas: «A Constituição da República Portuguesa» — diz CR — «traduz o projecto proposto ao País em 25 de Abril de 1974 pelo Programa do Movimento das Forças Armadas e recolhe o essencial das grandes aspirações do Povo português para a construção de um País novo».

«As instituições democráticas representativas» citamos ainda do texto — «encontram-se em pleno funcionamento, após eleições verdadeiramente livres e verdadeiramente exemplares no plano cívico. A prática que hoje fazemos da democracia, sem medo e com determinação, permite-nos afirmar, àqueles que renegam esta data histórica, que eles são o passado, nã o presente, e muito menos o futuro».

No termo do comunicado «o Conselho da Revolução, consciente do seu papel e da sua acção como garante da Constituição, reafirma solenemente, no III aniversário da Revolução de Abril, que a vontade do Povo português livremente expressa é a fonte de poder legítimo com que se identificam as Forças Armadas portuguesas».

Um mar de gente pejou no Porto a Praça Humberto Delgado e a Avenida dos Aliados

25 DE ABRIL NO PORTO

Festa de fundo foi na rua

PORTO — Dezenas e dezenas de milhar de pessoas festejaram nas ruas desta cidade a passagem de três anos sobre o dia em que, «desde sempre, mais olhos choraram lágrimas de alegria», como diria o presidente da Câmara numa alocução à tarde.

Juntas de freguesia, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, colectividades culturais e recreativas participaram activamente nas festas.

O dia, de manhã, acordou com salvas de foguetes e morteiros. Houve, depois, um desfile de bandas de música, a inauguração duma exposição fotográfica e bibliográfica nos Paços do Concelho, concertos musicais em diferentes zonas da Baixa portuense, espectáculos dedicados às crianças, romagens às campas de António Luís Gomes, Carlos Cal Brandão e Guilherme Costa Carvalho, orações a propósito articulando o exemplo destes malogrados combatentes do antifascismo com a data que ontem se celebrava.

A tarde, depois de concentrações («Comités 25 de Abril, FEPU, etc), foi assinalada por uma sessão pública onde falou o presidente do município Aureliano Veloso.

Os festejos prolongaram-se pela noite dentro.

De assinalar que na lapela de milhares de pessoas havia cravos vermelhos.

Com a presença de autoridades civis e militares foi entretanto descerrado, no monumento ao Infante D. Henrique junto ao Palácio da Bolsa, uma placa de homenagem da Marinha Portuguesa à cidade do Porto. Presidiu à cerimónia Souto Cruz, chefe do EMA.

Feira Popular abriu

A eira Popular, com os seus 35 anos, reabriu ontem à noite. Nos anos anteriores, a receita reverteu a favor da Colónia Balnear de «O Século» que comemora este ano o seu 50.º aniversário.

Este ano, porém, a Feira Popular debate-se com graves problemas financeiros. A Câmara Municipal de Lisboa decidiu prescindir da renda de três mil contos anuais que cobrava pelo aluguer dos terrenos e, em alternativa, passar a arrecadar 45 por cento da receita ilíquida da Feira. Se a Assembleia Municipal aprovar esta proposta, pensa a Comissão Administrativa que a Feira se tornará deficitária ou que a Colónia Balnear não receberá nada.

Ernest Mandel no Vasco Santana

Ernest Mandel, conhecido economista marxista, fará esta noite, às 21 e 30, no Teatro Vasco Santana, um «Balanço da Revolução Portuguesa». Mandel encontra-se em Portugal para o lançamento do livro «A China Antes e Depois de Mao» de que é um dos autores. Esta manhã, o economista proferiu uma conferência na Faculdade de Letras sobre a evolução da revolução chinesa e à tarde, às 17 e 30, no Instituto Superior de Económicas abordará a «Adesão de Portugal à CEE».

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM FEVEREIRO: 46.233

(Hoje 32 páginas)

Casa ocupada em Setúbal origina julgamento de 36 chefes de família

Decorre neste momento no Tribunal Judical de Setúbal, a audição pelo juiz-instrutor de 36 chefes de família detidos pelo Corpo de Intervenção da PSP quando da desocupação, na madrugada de sábado, de um prédio que nessa noite tinha sido ocupado por 42 agregados familiares.

Os detidos, encaminhados para Lisboa após breve estadia na PSP de Setúbal ficaram instalados em condições precárias até ao início da manhã de hoje, em locais pertencentes ao Governo Civil de Lisboa, tendo então sido reconduzidos para a sua área de residência para serem ouvidos pelo juiz instrutor do tribunal local.

Segundo o governador civil de Setúbal, o prédio agora desocupado, pertence a um bairro social actualmente em fase de construção com o apoio do Fundo de Fomento e da Caixa Nacional de Pensões e que se destina, através de concurso ao alojamento das populações mais desfavorecidas da área, «pelo que» — segundo o governador — «a ocupação não se justificava».

Clube Naval evocou 25 de Abril

Conselheiros da Revolução e outros militares, ligados ao 25 de Abril encontraram-se na noite de 24 para 25 de Abril, no Clube Naval Militar, comemorando a passagem do 3.º aniversário da Revolução. Vítor Crespo, Vasco Lourenço, Costa Neves, Almeida e Costa, Ribeiro Cardoso, Martins Guerreiro, Pezarat Correia, Marques Júnior, Charais e Vítor Alves, puderam assim evocar e ouvir, cerca da meia-noite, a gravação do primeiro comunicado do MFA transmitido pelo então Rádio Clube Português, e cantar em coro, «Grândola, Vila Morena».

Em nome dos restantes conselheiros, usou da palavra o comandante Vítor Crespo, que recordou, comovido, a gesta heróica do 25 de Abril os seus objectivos e conquistas, e sublinhou as tradições democráticas do velho Clube Naval, onde, por diversas vezes, se reuniram muitos dos capitães do MFA.

Além de uma sessão de variedades, que teve a presença de vários intérpretes da nova música portuguesa, as dezenas e dezenas de militares presentes puderam ainda conviver durante horas e recordar momentos do 25 de Abril.

Greve adia viagem de Sá Carneiro

Uma greve na companhia aérea espanhola, motivou o adiamento, para amanhã, da partida para os Estados Unidos, do presidente do PSD/PPD, dr. Sá Carneiro.

O dirigente do PSD, que se desloca aquele país a convite do Conselho para as Relações Externas dirige-se inicialmente para Nova Iorque, e manterá ainda contactos com responsáveis norte-americanos em Washington.

EXCLUSIVO

HOJE

FIGURA EM DESTAQUE: Leo Tindemans

SEMANA INTERNACIONAL: A catástrofe iminente do presidente Carter

OCDE: Perspectivas económicas (conclusão)

SUPLEMENTO
Síntese da vida internacional

Le Monde
Prensa Latina
Interpress
Novosti

N.º 12/77
Terça-feira, 26 de Abril de 1977

PORTUGAL E O MERCADO COMUM

Inquérito em França

O MERCADO COMUM AINDA EXISTE?

RESPOSTAS DE:
CLAUDE ESTIER (PARTIDO SOCIALISTA)
MARCEL ZAIDNER (PARTIDO COMUNISTA)
HUBERT PRÉVOT (CFDT)
JL MOYNOT (CGT)

PORTUGAL E A C.E.E.

Opiniões de Michel Gervais e Hélène Delhorme

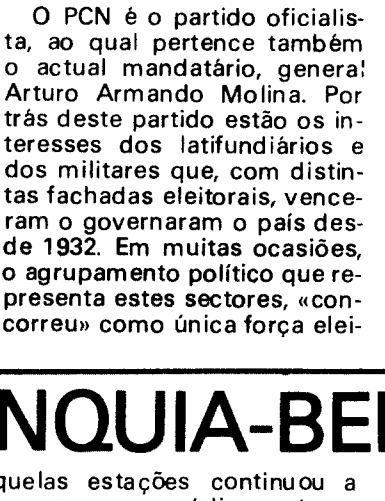
EL SALVADOR
Eleições, fraude e chacina

■ Interpress

ASCENDE a mais de mortos por causa da violência política desencadeada em El Salvador, após as eleições presidenciais de 20 de Fevereiro passado. Este número não teve confirmação oficial, entre outras razões, por que muitos dos cadáveres desapareceram e não se sabe se foram enterrados. Segundo algumas versões, boa parte dos mortos, especialmente os da noite de 28 de Fevereiro na Praça da «Liberdade», foram incinerados sem prévia identificação.

A 20 de Fevereiro, os cidadãos salvadorenhos foram às urnas exercer o seu direito de voto, «direito secreto e igualitário» conferido pelo artigo 29.º da Constituição da República de El Salvador.

Somente dois candidatos se apresentaram como opção presidencial: o general Carlos Humberto Romero, candidato oficialista do Partido de Conciliação Nacional — PCN — e o opositor Ernesto Claramount, coronel na reserva, líder da União Nacional Opositora — UNO.



O coronel Molina, ainda presidente de El Salvador

O PCN é o partido oficialista, ao qual pertence também o actual mandatário, general Arturo Armando Molina. Por trás deste partido estão os interesses dos latifundiários e dos militares que, com distintas fachadas eleitorais, venceram o governaram o país desde 1932. Em muitas ocasiões, o agrupamento político que representa estes sectores, «concorreu» como única força eleitoral. Mas desde 1973, a colisão que, representa a direita denomina-se, oficialmente, PCN e conta entre os seus fortes apoios com instituições como o FARO — Frente Agrária Regional Organizada e a ANEP — Associação Nacional da Empresa Privada. Bastante significativo, pois...

ELEIÇÕES E DENUNCIAS

A candidatura do líder oposi-tor, Ernesto Claramount, surgiu como consequência de uma aliança entre o Partido Democrático Cristão — PDC, apoiado por alguns sectores operários e pequenos comerciantes; e a União Democrática Nacionalista — UDN, que tem as suas bases entre os sectores operários urbanos, e o Movimento Nacional Revolucionário — MNR, com importantes apoios entre grupos estudantis e intelectuais de esquerda.

O acto eleitoral de 20 de Fevereiro decorreu com aparente normalidade. Entretanto, ao cair da noite, começaram a ser conhecidas as primeiras denúncias por parte da UNO. Em vários locais do país foram comprovados casos de coacção, nos quais gente armada pertencente a uma organização paramilitar vinculada aos sectores oficialistas obrigava os cidadãos a votarem

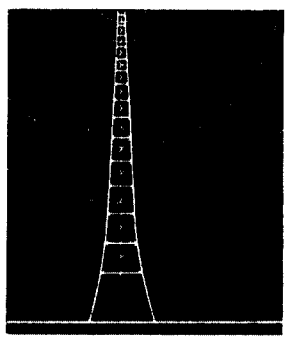
(2)

PERTURBAÇÕES NA LINHA HELSÍNQUIA-BELGRADO

A questão da ingerência norte-americana nos assuntos internos de outros países está na ordem do dia no Congresso dos EUA. Trata-se, desta vez, da atribuição suplementar de 14,2 milhões de dólares para a criação de onze novos emissores das estações subversivas de Rádio «Liberdade» e «Europa Livre».

Diz-se no relatório sobre a radiodifusão para o estrangeiro, entregue ao Congresso com a carta de envio do presidente Carter, que a missão das rádios «Liberdade» e «Europa Livre» consiste em «encorajar o diálogo construtivo com os povos da URSS e da Europa do Leste», e que «o conteúdo destas emissões está orientado para os interesses vitais desses povos». Partindo desta afirmação, os autores do relatório referem-se à Acta Final da conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa.

Contudo esta referência não tem qualquer validade. Na verdade, que diálogo construtivo pode haver nesse caso com os países socialistas, se as estações em questão empregam (para usarmos a expressão de «Der Spiegel») «os jornalistas da Imprensa falada da CIA« juntamente com emigrados anticomunistas ou antigos colaboradores da Gestapo? Que conformidade pode haver entre tais emissões radiodifundidas com os interesses vitais dos povos dos países socialistas se (segundo o testemunho do próprio «New York Times») essas estações «centralizam a sua atenção nos assuntos internos dos países comunistas»?



□ ■ Vladimir Lomeiko ■ Novosti

A Acta Final de Helsínquia sublinha a necessidade da cooperação entre os Estados participantes nos domínios humanitários, incluindo a troca de informações, a fim de «contribuir para o reforço da paz e da compreensão entre os povos». Sublinha-se igualmente no documento a necessidade d abstenção de toda a ingerência, directa ou indirecta, nos assuntos internos entre os Estados participantes.

A actividade das estações emissoras «Liberdade» e «Europa Livre» viola o espírito e a letra dos acordos de Helsínquia, destinados a reforçar a compreensão, a confiança e a cooperação entre os Estados participantes.

Sabe-se que as duas estações de rádio foram criadas há mais de vinte anos, no ponto máximo da «guerra fria», com fins de subversão ideológica. Lucius Clay falava abertamente desses objectivos, ao dizer: «Precisamos de uma voz que seja o menos possível regulada pelo estatuto de Estado e que prossiga um claro objectivo: o derrube do regime comunista».

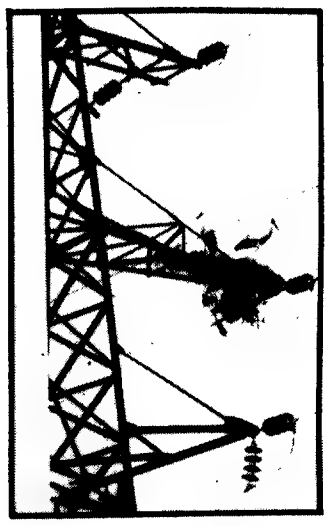
Durante muitos anos, as rádios «Liberdade» e «Europa Livre» foram financiadas pela CIA. A partir de 1973, as duas estações foram unidas, sob a égide do Conselho Independente da Radiodifusão Internacional, controlado pelo Congresso. Mas a mudança de insígnias não fez mudar os objectivos. No decorrer destas décadas, a grosseria e as injúrias cederam lugar a modos requintados, mas a essência subversiva daquelas estações continuou a ser a mesma: o ódio contra o sistema socialista. Segundo a Imprensa ocidental, a «Liberdade» e a «Europa Livre» inculcavam anteriormente o seu anticomunismo à martelada, enquanto agora o difundem suavemente.

O facto de a propaganda contra os países socialistas ser dirigida por emigrados pertencentes às organização de direita, por renegados que se comprometeram pela sua colaboração com os fascistas e que traíram a sua pátria ofende profundamente os povos dos países socialistas, suscita um sentimento de perplexidade e de indignação contra os EUA, que financiam a actividade dos rádios «Liberdade» e «Europa Livre». Um dos últimos exemplos dessa indignação é-nos fornecido pela reacção da opinião romena ante as emissões daquelas estações. No princípio de Abril passado, os jornais romenos anunciaram que a rádio «Europa Livre» tinha concedido os seus canais para as emissões de língua romena a um grupo de traidores, encabeçado por Vasile Boldeanu, chefe dos legionários condenados a pena de morte pelos crimes que cometeram durante o motim dos legionários.

Este grupo, que reside actualmente em França, tentou utilizar o sismo na Roménia para intensificar a sua actividade e aproveitou-se para tal fim dos emissores da rádio «Liberdade» e «Europa Livre». Os jornais romenos escreveram: «O acto provocatório de baixa política da estação que se chama Europa Livre desmascara, mais uma vez, os seus autores como instrumento das forças da reacção mundial e do fascismo, cuja actividade é contrária aos interesses dos povos, ao desanuviamento, à paz e à cooperação».

Vozes de condenação e de protesto contra as emissoras «Europa Livre» e «Liberdade» erguem-se não só nos países socialistas, mas também no Ocidente. A este respeito, numerosos observadores consideram a tentativa de utilizar as ondas destas estações para intensificação da propaganda sobre os direitos humanos nos países socialistas como uma «provocação aberta». Tal atitude revela uma nova manifestação de presunção e de ingerência nos assuntos internos doutros países. Daí que as consideremos mais um grave factor de perturbação na linha Helsínquia-Belgrado.●

FOTO EXCLUSIVO



A tradição faz com que todos pensem que as cegonhas preferem as chaminés para fazer os seus ninhos. Mas entre elas, também existem «dissidentes». Como estas, da foto da Keystone, que preferem a tranquilidade de postes de alta tensão.

●

APROXIMADAMENTE 15 000 pessoas, entre operários, mulheres e crianças, manifestaram-se em Thionville, na França, a protestar contra o encerramento da siderúrgica Usinor, que lançou três mil trabalhadores no desemprego, de uma só vez. O encerramento da siderurgica poderá matar Thionville, razão suficiente para que todas as centrais sindicais francesas estivessem unidas no protesto, como demonstram as faixas que se vêem nesta foto da AFP. Os trabalhadores receberam um apoio extra: no dia da sua manifestação, todas as actividades de Thionville foram interrompidas. Às portas das lojas, dísticos expressavam solidariedade. Talvez não tanto por consciência como pelo que os seus proprietários deixarão de ganhar caso a Usinor permaneça encerrada.

●

Esta foto contra a luz, da Keystone, foi obtida na coudelaria de Zmrzlik, nos arredores de Praga. Os potros ali treinados, os «Hucul», são actualmente em número de 200, muitos dos quais estão já espalhados pelo país.

●

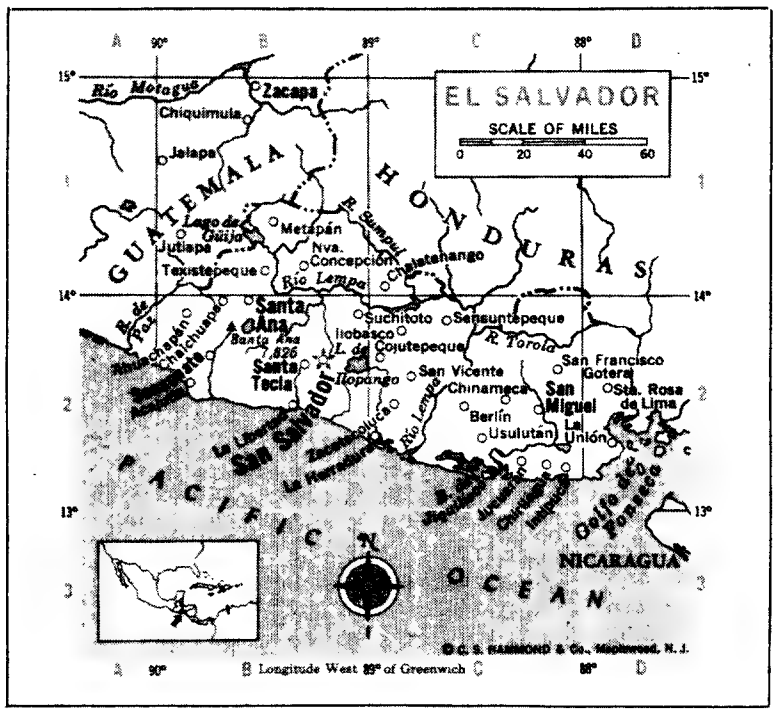
A imagem, captada na Casa da Moeda britânica, mostra o anverso e reverso da moeda de mil dólares em ouro mandada cunhar pelo governo de Hong-Kong, para comemorar o Ano da Serpente. Esta moeda é a segunda de um ciclo de doze emissões comemorativas dos anos do Calendário Lunar chinês.

AS ELEIÇÕES EM EL SALVADOR

no candidato do PCN.

Uma vez iniciado o escrutínio, soube-se que vários «vigilantes» (como são chamados os fiscais eleitorais de cada partido) foram presos. Todos os detidos eram da UNO e haviam sido presos ainda antes das contagens. Noutros postos de recepção de votos os vigilantes eleitorais da aliança opositora foram obrigados a retirar-se antes do escrutínio.

No dia 21 de Fevereiro, logo que começaram a ser conhecidos os primeiros resultados que davam como vencedor o candidato oficialista, general Romero, os dirigentes da UNO iniciaram uma série de denúncias sobre as fraudes eleitorais. Pelos dirigentes opositores soube-se que fora comprovada a existência de urnas previamente cheias de votos para o candidato do PCN.



FRAUDE E VITÓRIA

À vista de qualquer observante surgia, notória, a disparidade de recursos económicos entre as forças políticas em confronto. Entre outras coisas, a organização do PCN contava até com poderosas equipas de rádio mediante as quais se comunicavam os partidários e se mantinham informados do desenvolvimento dos escrutínios parciais.

Durante os dias seguintes ao 21 de Fevereiro, a violência policial chegou às ruas da capital, San Salvador. Os recontros sucederam-se diariamente, registando-se um número não estabelecido de detidos e feridos à bala.

Entretanto, a coligação opositora continuou a denunciar a fraude. Assinalou-se, concretamente que para isso os meios oficiais contaram com a colaboração do CEE Conselho Central de Eleições, dos corpos de «segurança», do Exército e da estrutura-policial de «ordem». Entre os observadores políticos estrangeiros havia a certeza de que a oposição havia vencido as eleições. Ainda que, admitindo-se, que o caudal de votantes de Ernesto Claramount tenha tido origem mais numa reacção contra o oficialismo que na confiança que o povo pudesse depositar na aliança neoliberal.

Entretanto, a 25 de Fevereiro o Governo anunciou oficialmente o triunfo do general Carlos Humberto Romero. Segundo os dados publicados, o candidato do PCN somou 776 665 votos contra 372 183 a favor do opositor. Um resultado que, numericamente, era difícil de contestar.

No mesmo dia em que efectuou a divulgação oficial dos resultados eleitorais, a coligação opositora convocou os seus partidários para se concentrarem na praça da «Liberdade», no centro de San Salvador. Cerca de 50 000 pessoas, homens, mulheres, muitos jovens, atenderam o chamamento. Tentava-se, com isso, dar apoio à reclamação que, oficialmente, seria apresentada pela UNO, a exigir a anulação do acto eleitoral.

PROTESTO E MASSACRE

Numerosas organizações operárias aderiram ao acto e declararam-se em greve como sinal de apoio aos protestos da UNO. A medida teve grande aceitação entre os estudantes e os trabalhadores dos transportes urbanos, que também interromperam as suas actividades.

Diante da multidão reunida na praça da «Liberdade», o candidato à vice-presidência pela UNO, José António Morales Herlich, assegurou que «o povo permanecerá aqui até que a eleição seja anulada». O candidato à presidência. Ernesto Claramount, declarou-se disposto a permanecer ali «tanto tempo quanto o povo desejasse».

Os distúrbios nas ruas de San Salvador continuaram no dia seguinte, alastrando-se então a diversos pontos do país. Enquanto uma grande quantidade de pessoas permanecia na praça da «Liberdade», uma manifestação de 2000 pessoas em Santa Ana, a segunda cidade de El Salvador, era reprimida pela polícia. O confronto saldou-se por três mortos entre os manifestantes.

Dirigindo-se ao país pela rádio e pela televisão, o presidente Arturo Molina acusou «o comunismo internacional» de ser o causador das «desordens» e disse que «seria doloroso para o país, e para mim como governante, que a demagogia de políticos sem nacionalidade resultasse em tragédias».

Os resultados trágicos anunciados por Molina sobrevieram nas noites de 28 para 29 de Fevereiro. Nesta oportunidade, o Exército e a polícia, armada com tanques, espingardas, machados e gases lacrimogéneos, arremeteram com o objectivo de desalojar umas cinco mil pessoas que permaneciam na praça da «Liberdade».

Testemunhas oculares afirmam que o espectáculo foi atroz. Os efectivos do Exército avançaram disparando sobre os manifestantes que caíam por terra e eram pisados pela tropa que continuava a avançar. Muitos morreram ao tentar fugir. Entre as vítimas havia numerosas crianças. O espectáculo de sangue e morte cobriu toda a praça da «Liberdade». Umas 60 pessoas conseguiram salvar-se, refugiando-se numa vivenda particular das imediações. Outras 1500 entraram num templo católico, em frente à praça. Estas, conseguiram recuperar a liberdade horas depois, graças à mediação dos bispos e da Cruz Vermelha.

As forças de «segurança» cercaram as redondezas e não permitiam a circulação de pessoas pelo local da chacina. Ninguém conseguiu aproximar-se até que as marcas do massacre foram apagadas. Os cadáveres encheram camiões e foram levados para locais desconhecidos. Com grandes agulhetas e potentes jactos de água, as forças de «segurança» limparam o sangue que cobria a maior parte da praça da «Liberdade».

Nem o número de mortos nem o destino dos cadáveres foi conhecido oficialmente. Dados extra-oficiais indicam que o número de mortos na praça da «Liberdade» supera os 900. As mesmas fontes dão como possível local do «enterro» algumas crateras dos vulcões que rodeiam San Salvador.

Numa mensagem transmitida pela Conferência Episcopal de El Salvador, a 5 de Março, os prelados da Igreja Católica afirmam que aumentou a repressão aos camponeses e a todos aqueles que os acompanham na sua justa tomada de consciência. Denuncia também que aumentou o número de mortos e «desaparecidos» em situações obscuras e a tortura, como meio intimidatório. O documento lembra, significativamente: «Tudo isso aumentou no período pós-eleitoral».

Por toda a parte desenvolve-se a «caça ao comunismo internacional». Os campos estão a passar por uma «operação-limpeza». Nas cidades, a repressão atinge a bestialidade. Os «políticos sem nacionalidade da UNO», são perseguidos.

Segundo estabelece a Constituição, o general Carlos Humberto Romero representante de latifundiários, milionários e oficiais de direita, pró-americano, candidatos proclamado oficialmente como vencedor das eleições de 20 de Fevereiro passado, iniciará o seu mandato presidencial de cinco anos no próximo dia 1 de Julho, restabelecida que está a «calma» e a «ordem». ●

□ J. Cândido de Azevedo
■ Exclusivo «D.L.»

A cerimónia da assinatura do Tratado de Roma em 25 de Março de 1957.

VINTE ANOS APÓS A ASSINATURA DO TRATADO DE ROMA

VINTE anos decorreram já sobre a assinatura do Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Económica Europeia.

Foi com efeito no dia 25 de Março de 1957 que os ministros da então «Europa dos Seis» (R. F. Alemã, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda) participaram na cerimónia, que se realizou em Roma, da assinatura do tratado pelo qual os seus países se comprometiam a respeitar um calendário que deveria levá-los á livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais dentro das sua fronteiras e ao delineamento de políticas agrícola, industrial e monetária comuns. Este tratado previa inclusivamente, um Parlamento Europeu, que alguns gostariam que venha a prevalecer sobre os parlamentos nacionais, o que consagraria a submissão dos governos nacionais ao poder supranacional da CEE.

Em Janeiro de 1972, a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Noruega, após vários anos de laboriosas e difíceis negociações, entram no Mercado Comum. A Irlanda segue-lhes os passos. Mas alguns meses depois, os noruegeses pronunciam-se, através de um «referendum», contra a adesão do seu país à CEE, pelo que a Noruega acabará por não participar no Mercado Comum.

No que diz respeito a Portugal, o governo salazarista adere, por razões de ordem política e económica, a EFTA. Mas desde que se tornou claro que a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Noruega procuravam entrar na CEE, o governo fascista português tratou de salvaguardar os mercados tradicionais portugueses, concluindo com a CEE, em Julho de 1972, um acordo pelo qual Portugal manteve o regime de comércio livre que já estava em vigor entre o nosso País e a Grã-Bretanha, a Dinamarca e a Noruega, e por outro lado estabeleceu um regime análogo com os restantes países da CEE.

Este acordo inclui fundamentalmente disposições relativas ao comércio de mercadorias, deixando de lado aspectos referentes à circulação de pessoas e capitais, ao direito de estabelecimento, à harmonização de legislações, a questão monetárias ou financeiras e à adopção de políticas comuns em certos domínios da actividade económica.

Depois do 25 de Abril de 1974, os vários governos provisórios procuraram obter a ajuda da CEE, quer no domínio financeiro, quer no comercial, dado que alguns produtos tradicionais da exportação portuguesa, como os têxteis, o concentrado de tomate e os vinhos, estavam a ser atingidos profundamente quer pela crise capitalista, quer pela atitude de alguns governos, relativamente à situação política portuguesa. No essencial, essas tentativas não resultaram, porque a CEE sempre condicionou a ajuda ao nosso País à evolução da situação política. É assim que só a partir da constituição do VI Governo Provisório é que a posição da CEE em rlação a Portugal começa a modificar-se. Depois do 25 de Novembro de 1975, a aproximação entre Portugal e a CEE se acentua, mas se bem que o governo socialista haja conseguido uma certa ajuda financeira da CEE, esta tem ficado muito aquém do apoio maciço que alguns esperavam.

Um dos traços dominantes das relações entre Portugal e a CEE nestes últimos meses foi a viragem radical da posição do actual primeiro-ministro português quanto a uma eventual entrada de Portugal no Mercado Comum. Com efeito, depois de defender categoricamente, durante muito tempo e de o haver declarado expressamente, quando era ministro dos Negócios Estrangeiros, ao jornal «Le Monde», em Dezembro de 1974, que «não podemos entrar, pelo menos por agora, no Mercado Comum», porque «se tivéssemos de aplicar o princípio da livre circulação das pessoas, dos capitais e dos produtos, a nossa economia, já tão frágil, não resistiria ao peso de uma tal carga», o dr. Mário Soares surgiu desde há alguns meses a proclamar exactamente o contrário, a defender que não há outra alternativa e que essa entrada deve fazer-se, e já.

A decisão do governo do dr. Mário Soares, de pedir a adesão de Portugal ao Mercado Comum, tem estado de resto, no centro da actualidade nacional destas últimas semanas. E dificilmente poderia ser de outro modo, quer pela importância do facto em si, quer particularmente pela campanha de propaganda desencadeada para apoiar esta decisão do Governo. Conduzida porém em termos essencialmente propagandísticos, em termos portanto em que a necessidade de esclarecer é sacrificada ao imperativo de convencer, esta campanha, ainda que haja mobilizado uma boa parte dos órgãos de comunicação social e tido o apoio dos partidos conservadores e reaccionários, assim como das organizações do patronato, tem deixado inúmeras questões na sombra ou sem resposta. Uma análise minimamente objectiva permite constatar que as questões fundamentais não têm sido sequer abordadas por quantos estão empenhados nesta campanha propagandística.

No fundo, há um só tema à volta do qual se procura mobilizar a atenção do País, e que é o seguinte: a CEE aceitará ou não o pedido de adesão apresentado pelo governo do dr. Mário Soares?

É óbvio contudo que se esta questão se reveste dum interesse inegável, está longe de ter a importância das questões verdadeiramente decisivas para a economia do País e até para a própria independência nacional.

Por exemplo: o que é hoje, vinte anos após a sua instituição, o Mercado Comum? Em que medida é que a CEE é cada vez mais um meio para os governos da R. F. Alemã e dos Estados Unidos, e as suas grandes empresas capitalistas, as multinacionais, controlarem e colonizarem as economias dos países membros do Mercado Comum? Existe de facto, alguma política comum no domínio industrial, agrícola e monetário? A CEE é efectivamente, o quadro dentro do qual os problemas da economia portuguesa poderão encontrar uma solução? O que é que vai mudar em Portugal com a adesão do nosso País à CEE? Em que é que essa adesão vai melhorar as condições de vida dos trabalhadores portugueses? E a vida de milhares de pequenos e médios agricultores e industriais?

Quais são, realmente, hoje, as perspectivas do Mercado Comum?

A campanha de propaganda desencadeada a favor da adesão portuguesa ao Mercado Comum pode constituir um êxito quanto ao objectivo que se propõe alcançar e muito particularmente no que diz respeito à possibilidade de apresentar esta opção como «uma opção histórica» e poder ainda vir a referir-se a uma eventual resposta afirmativa da CEE, mesmo que com imensas limitações, como «uma grande vitória da diplomacia portuguesa».

Não pode, porém, é confundir-se com o debate profundo que uma questão tão importante como esta para o futuro não só da nossa economia, mas do próprio País, da salvaguarda, consolidação e alargamento das conquistas de Abril, e da própria independência nacional, exigiria.

Pela nossa parte, e na linha do que é tradição nesta casa, vamos procurando contribuir para esse real debate. Fazê-mo-lo, hoje, publicando o inquérito que realizámos junto de especialistas de questõesagrárias e do Mercado Comum, de problemas económicos e de questões políticas. Este inquérito é feito a partir de um facto concreto: o balanço da participação de um dos principais países membros do Mercado Comum, a França, nesta instituição.●

Os ministros dos Estrangeiros do Mercado Comum, em 1975, numa reunião informal em Dublin

INQUÉRITO EM FRANÇA

O MERCADO COMUM AINDA EXISTE?

4 RESPOSTAS

1 Claude Estier – Partido Socialista

AS PERSPECTIVAS DO MERCADO COMUM SÃO POUCO FAVORÁVEIS

«A França é membro da Comunidade Económica Europeia e ainda que este tema continue a ser objecto de debate entre comunistas e socialistas, a esquerda unida não encara a possibilidade de romper amanhã, caso chegue ao Poder, as ligações do nosso país ao Mercado Comum» — começou por nos dizer Claude Estier, um dos secretários nacionais do Partido Socialista francês e membro da sua comissão directiva à pergunta que lhe pusemos: em que medida é que o Mercado Comum serve a política económica da França?

«Mas dito isto — prossegue Claude Estier — não podemos deixar de constatar que o Mercado Comum funciona muito mal. Nós já verificámos em várias ocasiões que por exemplo no domínio agrícola os nossos agricultores suportam com muita dificuldade os acordos feitos no quadro da Comunidade Económica Europa. E isto já criou por várias vezes sérios problemas aos agricultores franceses».

●

— «DL»: E no que diz respeito às perspectivas de evolução do Mercado Comum?

●

— **Claude Estier:** Quanto às perspectivas de evolução do Mercado Comum, temos a sensação que elas se apresentam na hora actual de modo pouco favorável.

Apesar disso continuamos a ser a favor do Mercado Comum, porque cremos que é a única possibilidade para a Europa Ocidental, e para cada um dos países que constituem esta parte da Europa, de manter um equilíbrio entre os gigantes americano e soviético. A verdade é que nenhum país da Europa Ocidental pode permitir-se hoje viver em autarcia, fechado sobre si próprio. Nesta perspectiva, somos favoráveis ao alargamento da Comunidade Europeia aos países que não fazem actualmente parte do Mercado Comum, e pensamos particularmente nos países que se tornaram democráticos ou estão em vias disso, como é o caso de Portugal e da Espanha.

Mas ao mesmo tempo, somos obrigados a concordar que apesar de todas as proclamações e de todas as boas intenções, a CEE não fez grandes progressos no decurso destes últimos anos; não se havendo também transformado num instrumento eficaz ao serviço do conjunto das economias ocidentais. Antes pelo contrário, a CEE foi atingida em cheio pela crise económica mundial e cada país procura finalmente ultrapassar a crise pelos seus próprios meios, sem manifestar muito espírito comunitário.

●

— «DL»: O facto de existir na CEE um país poderoso como a República Federal Alemã e ainda o facto deste país manter ligações muito particulares com os Estados Unidos da América não terá repercussões, porventura negativas, ao nível da política da CEE?

●

— **Claude Estier:** Sem dúvida, essa é também a nossa opinião. Verificamos com efeito a existência de um desequilíbrio no sentido em que a economia da Alemanha Ocidental ocupa um papel um pouco hegemónico na CEE. Convém, no entanto, ter em atenção que a RF Alemã começa agora por sua vez a conhecer as consequências da

Claude Estier

crise que atinge todos os demais países europeus, debatendo-se hoje com um certo número de dificuldades, nomeadamente ao nível do desemprego, que atinge proporções consideráveis.

Esta evolução pode modificar de algum modo a situação que existiu até presentemente e que permitiu que a RF Alemã pudesse beneficiar de condições que a levaram a tentar desenvolver e impor as suas próprias concepções no interior do Mercado Comum.

É também um facto que os alemães e os Estados Unidos mantêm uma aliança privilegiada, que tem resultado em desfavor do Mercado Comum. É uma situação que nos preocupa e é uma das razões pelas quais nós procuramos desenvolver relações, e relações concretas de ordem económica e social, com os partidos socialistas e social-democratas europeus, utilizando o quadro que representa a Internacional Socialista. Isto com a ideia, obviamente, de que quantos mais partidos socialistas e social-democratas estiverem no Poder na Europa tanto mais fácil será talvez desenvolver este espírito comunitário que falta neste momento no Mercado Comum. ●

2 Marcel Zaidner – Partido Comunista

ESTA EUROPA UNIDA É A EUROPA DOS MONOPÓLIOS

«Nós fomos desde sempre contra o Mercado Comum. Já quando procuravam mostrar-nos que o Mercado Comum seria uma coisa extraordinária, e muito especialmente para os nossos agricultores, nós dissemos imediatamente que tudo isso era ilusório e se voltaria em definitivo contra a economia francesa e os próprios agricultores» — assim começou por nos declarar Marcel Zaidner, membro do Comité Central do Partido Comunista Francês, à questão que lhe pusemos: qual é a posição do PCF relativamente ao Mercado Comum? A participação da França na CEE tem, a vosso ver, contribuído para a resolução dos problemas económicos da França?

— «A vida, a experiência de todos estes anos de Mercado Comum deu-nos razão. E isto também o compreenderam os agricultores franceses, mesmo aqueles que acreditavam no Mercado Comum — prossegue Marcel Zaidner.

Actualmente, os nossos agricultores verificam que com o Mercado Comum a França fez um negócio digamos em branco, porque são exactamente os países mais fortes que ditam as suas leis na CEE.

Por outro lado, as decisões tomadas em Bruxelas, permitindo ao mesmo tempo que o Governo francês fuja às suas responsabilidades, não resolvem nada, antes agravam a crise económica e a crise agrária da França, facilitando simultaneamente o desaparecimento e o esmagamento dos agricultores franceses.

Refiro-me à agricultura, mas se falarmos doutros sectores, como o do carvão e o do aço, passa-se exactamente a mesma coisa. Em todos os domínios, o Mercado Comum tem sido catastrófico para a economia francesa.

Os prejuízos desta política para a França têm sido enormes. Nós comunistas fomos durante muitos anos os únicos a apontá-los. Hoje os socialistas reconhecem-nos também. Mitterrand já confessou que o grande sonho dos socialistas não resultou, porque não foi aplicado. A Europa Unida que construíram é uma Europa dos monopólios, dos «trusts» e não a Europa dos trabalhadores. E isto Mitterrand e os socialistas em geral reconhecem-no hoje. O que é significativo, mesmo se persistem divergências quanto ao que devemos fazer no futuro».

●

— DL: Assim sendo, o que é que vocês pensam fazer amanhã quando a esquerda estiver no Poder — e tudo indica que a ele chegará dentro de meses?

●

Marcel Zaidner: Isso é um problema diferente, porque a França está desde há vários anos metida num tecido de múltiplas relações com o Mercado Comum. É óbvio que é absolutamente impossível a um Governo de esquerda decidir desta questão de uma só penada, dizendo simplesmente: a CEE não nos interessa, pos vamo-nos embora.

A realidade é que apesar da CEE não ser nada de bom, existe; é por isso que nós comunistas nos comprometemos com os nossos parceiros da união da esquerda a encontrar uma solução comum para este problema.

O PCF definiu uma base que deverá permitir que cheguemos a esse acordo. Por sua vez, as forças que assinaram o Programa Comum dizem: o Mercado Comum existe; as instituições europeias existem; pois bem a França democrática participará nessas instituições mas para obter a sua democratização, para fazer de modo que a CEE não sirva os monopólios mas possa, na medida do possível, servir os trabalhadores.

Em segundo lugar, a França democrática não se deixará encerrar no quadro das relações da CEE, antes conservará e alargará todas as possibilidades de relações internacionais com o conjunto dos outros países, tanto com os países capitalistas como com os países socialistas e aqueles em vias de desenvolvimento, com os quais a França democrática poderá estabelecer acordos mutuamente interessantes, o que actualmente é impossível dada a política do Poder.

Em terceiro lugar, nós não aceitaremos, e o PCF di-lo claramente, que nenhuma instituição supranacional venha opor-se a decisões tomadas pela França e por um Governo francês democraticamente eleito graças a uma vitória da esquerda unida. E não hesitaremos em recorrer inclusivamente à cláusula do Tratado de Roma que salvaguarda os interesses nacionais.

Nós afirmamos muito claramente que cada vez que as decisões da CEE não nos satisfizeram aplicaremos as nossas soluções, se acharmos que correspondem melhor aos nossos interesses.

Também sobre esta questão a política do PCF é muito clara: nós lutaremos para que em qualquer circunstância a França continue a decidir da

Marcel Zaidner

sua própria política. Se assim não fosse,, um Governo de esquerda ficaria completamente amarrado aos Governos que controlam a CEE, que poderiam tentar impedir-nos de aplicar as nossas decisões e o Programa Comum da Esquerda. Trata-se de uma hipótese totalmente inaceitável. A França não aceita nenhum abandono de soberania que poria em causa a independência da nossa política. E neste combate nós, comunistas, encontrar-nos-emos sós. Também na luta pela salvaguarda da independência nacional da França há muitos, há imensos franceses que não são comunistas mas estão dispostos a lutar ao nosso lado pela independência nacional.

●

DL: Há quem apresente o Mercado Comum como uma forma de defesa dos países europeus face aos dois gigantes: o americano e o soviético O que pensa

5

Marcel Zaidner

4

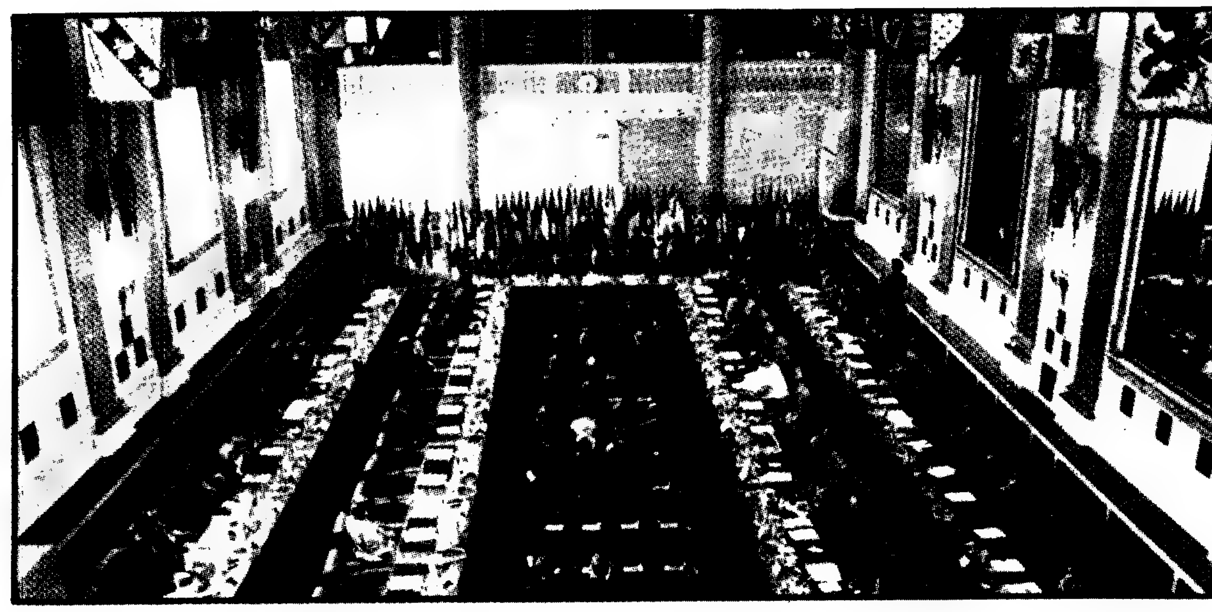
disto? Acha que os americanos não têm no próprio seio da CEE os seus «cavalos-de-Tróia?»

Marcel Zaidner: É evidente queo Mercado Comum, tal como existe, não é um bloco unido em concorrência com outros, nem resiste a toda uma série de imposições económicas dos americanos.

É conhecido que a economia americana, e os responsáveis pela política americana interferem poderosamente na política do Mercado Comum. De resto, em cada país do Mercado Comum que lhes interessa, os americanos tomam posições económicas. Em França, por exemplo, têm vindo a comprar toda uma série de domínios importantes da economia nacional.

É evidente por outro lado que através das firmas multinacionais que se instalaram na Europa e são dirigidas pelos EUA, os americanos têm uma forma suplementar e eficaz de intervir nos assuntos, não só do Mercado Comum, como de cada país europeu, o que mostra bem que não existe independência do Mercado Comum em relação aos EUA.

De qualquer modo, nós comunistas somos contra esta própria política de blocos; nós somos contra a ideia inclusivamente de um bloco europeu. O que nós defendemos é uma Europa onde haja uma cooperação entre os diferentes países europeus, acompanhada de relações económicas com os países dos outros continentes, incluindo com os EUA, na base de vantagens recíprocas.●



3

HUBERT PRÉVOT — C.F.D.T.

SE O MERCADO COMUM AINDA EXISTE A C.E.E. ACABOU

«Se o Mercado Comum ainda existe, a Comunidade Económica Europeia deixou praticamente de existir» — assim começou por nos responder Hubert Prévot, secretário confederal para os assuntos económicos da CFDT, a segunda grande central sindical francesa, à questão que lhe pusemos: O Mercado Comum constitui um quadro dentro do qual os problemas económicos possam encontrar solução?

Hubert Prévot prossegue:

«A realidade é esta: hoje, nenhum problema importante dos países membros do Mercado Comum é resolvido ao nível da CEE. O Mercado Comum já não é, quanto a mim, sequer um lugar de discussão sério dos problemas mais importantes — e isto talvez porque esses problemas são actualmente abordados a outro nível e num quadro que ultrapassa o da CEE: refiro-me aos encontros internacionais de chefes de Estado, por exemplo.

Por outro lado, parece-me evidente que não existe no Mercado Comum nem harmonização de política económicas nem política comum em domínios importantes como o da energia, do desemprego ou do desenvolvimento regional.

Há, sem dúvida, uma desilusão e pelo menos uma diminuição considerável do papel desempenhado pela CEE e das esperanças que alguns puseram nesta estrutura. De qualquer modo, não é menos verdade que nomeadamente certos sectores do patronato lamentam esta situação, o que quer dizer que face à concorrência internacional, à importação selvagem, à exportação de capitais, um certo número de patrões franceses defendem que se deveria tratar destes problemas a nível europeu e que se deveria construir à volta da Europa uma certa barreira protectora, através de uma política económica e de uma política monetária comuns.

Mas é óbvio que também por razões políticas estes projectos têm conhecido um fracasso completo e ninguém é capaz de inverter esta situação.

●

DL — A nível dos sindicatos, tem havido um movimento paralelo para que os sindicalistas dos países do Mercado Comum coordenem a sua acção?

●

Hubert Prévot — Eu diria sobre esta questão que os sindicalitas europeus são, na hora presente, os últimos partidários de um esforço comum para se encontrarem, ao nível da Europa, soluções comuns para os problemas que a todos nos atingem.

Enquanto que sindicalistas, desejamos pois multiplicar os nossos contactos com as outras organizações sindicais dos demais países europeus, com os quais procuramos definir uma atitude sindical comum em relação ao problema do desemprego, como ao da crise económica em geral e ao da política económica capaz de levar à superação da crise.

Sem ser demasiado optimista, penso que neste domínio as coisas avançam um pouco.

●

DL — A R.F. Alemã desempenha no Mercado Comum um papel predominante, encontrando-se à cabeça dos países do Norte da Europa que têm controlado economicamente a CEE. A outro nível, o papel da França no Mercado Comum, não é menos importante. Não só porque a França se encontra, digamos que também à cabeça do outro bloco do Mercado Comum, o do Sul da Europa, como ainda pela importância da sua agricultura e pelo seu peso político e estratégico na Europa, se a França se retirasse do Mercado Comum a CEE não sobreviveria durante muito tempo.

Dado o agravamento da cirse capitalista mundial, a concorrência entre a França e a Alemanha Federal tem-se acentuado Pensa que estes dois países poderão chegar a um acordo, ou a um novo acordo sobre a CEE e a cooperação económica entre ambos?

●

Hubert Prévot: — Por enquanto, as relações da França com a R.F. Alemã são bastante negativas. Os alemães são completamente hostis ao grupo de países do Mercado Comum que se encontram mais próximos das posições francesas, nomeadamente no que concerne a política agrícola e ao modo como funciona o Mercado Comum relativamente aos países do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), da Itália e sobretudo da França.

A R.F. Alemã considera que a política do Mercado Comum para proteger a agricultura e os agricultores destes países que acabo de citar é demasiado cara e que seria preferível importar massivamente produtos agrícolas a baixo preço dos países do resto do mundo — até como meio para fazer baixar o custo da constituição da força de trabalho, para o qual o custo dos produtos agrícolas representa ainda uma parte importante. Na medida em que isto permitiria baixar realmente os salários, as exportações poderiam aumentar.

A França contudo optou por uma via diferente da que é preconizada pela R.F. Alemã, por razões de resto que não são negativas. Partiu-se com efeito do princípio que é preciso conservar em França uma agricultura importante, para o que obviamente é indispensável um sistema comunitário de protecção dos produtos agrícolas franceses.

No que diz respeito aos demais sectores, a cooperação industrial franco-alemã é ainda hoje extremamente reduzida, sendo poucos os casos em que ela existe. Podemos mesmo dizer que o único domínio onde houve acordo entre estes dois países foi no da aviação ou mais concretamente no do projecto do avião Airbus. O que é manifestamente muito pouco.

Em qualquer um dos grandes sectores industriais, como a siderurgia, a indústria química e a energia, por exemplo, são praticamente inexistentes quaisquer acordos entre a França e a Alemanha.

Inclusivamente poder-se-ia ter pensado que com a existência do Mercado Comum se assistiria a movimentos de concentração empresarial e de procura de novos mercados. Hoje temos a impressão de que os alemães, fortes da sua superioridade, pensam utilizar o seu avanço para vencer no mercado mundial os seus parceiros da CEE, sem se preocuparem nada com o desenvolvimento da cooperação com eles, e do mesmo modo com a França.

Eu diria, pois, que o que se passa é que a R.F. Alemã pensa vir a ocupar um lugar privilegiado na nova divisão internacional do trabalho graças ao seu avanço nos sectores produtivos de bens de equipamento e graças à solidez do marco, e não pretende ver em nada reduzido o avanço que detém, o que certamente seria o caso se aceitasse uma política suficientemente comum no quadro da CEE, o que implicaria ter de fazer algumas concessões aos seus parceiros do Mercado Comum.

Dito isto, há uma coisa que me impressiona apesar de tudo: é que esta Alemanha, descrita muitas vezes como um país sólido e poderoso, é um país onde os investimentos em volume na indústria não aumentam desde 1970. Quer isto dizer que, no fundo, a R.F. Alemã é um país que sabe aproveitar muito bem as suas vantagens e detém percentagens elevados de poupança e de património, mas cujo aparelho produtivo corre efectivamente o risco de envelhecer progressivamente.

De resto, a política comercial de numerosas empresas alemãs parte actualmente do princípio de que o mercado interno europeu e alemão estão em perda de velocidade e sem possibilidades de expansão significativa, tornando-se por conseguinte necessário explorar agora outros mercados. Simplesmente, para que esse objectivo seja possível de modo suficientementeválido, é indispensável que essas empresas alemãs se implantem além-fronteiras E assim que, pela primeira vez nestes últimos cinco anos, se verifica uma exportação importante de capitais alemães, a ponto desta exportação de capitais ser hoje superior aos investimentos de capitais na R.F. Alemã.●

4

J. L. Moynot — C.G.T.

OS RESULTADOS DO MERCADO COMUM ESTÃO À VISTA: INFLAÇÃO CRISE, DESEMPREGO

«É óbvio que a França, como Portugal, está situada num certo conjunto geográfico, na Europa, e este problema é para nós tanto mais importante quanto é certo que a França não só faz parte do Mercado Comum como é um dos seus principais membros» — começou por nos declarar Jean-Louis Moynot, secretário confederal para os assuntos económicos da Confederação Geral dos Trabalhadores, a principal organização sindical da França.

J. L. Moynot prossegue:

— «A França faz parte desde há muito do Mercado Comum, mas nós aqui na C. G. T. também desde há muito que temos uma ideia precisa do que é o Mercado Comum. Consideramos que o que foi criado ao fundar-se a C. E. E. foi a Europa dominada pelos «trusts» pelas grandes empresas capitalistas, contra os interesses dos trabalhadores. E pudemos constatar na França, a exemplo do que se verificou nos demais países, que a abertura das fronteiras no quadro do Mercado Comum foi o meio para desenvolver uma política que a pretexto de melhorar a competividade internacional das empresas capitalistas, sempre procurou de facto impor novos sacrifícios aos trabalhadores.

Sempre se prometeu a estes que se chegaria a melhores resultados graças à participação da França no Mercado Comum, mas o que verificamos é que não só se pediram sacrifícios aos trabalhadores para se alcançarem esses resultados, como os resultados estão à vista: enquanto há dez anos atrás ainda havia um certo desenvolvimento económico, hoje no conjunto da Europa o que há é uma crise capitalista profunda, é a inflação, a recessão, a estagnação e o desemprego.

Isto é de resto perfeitamente compreensível, pois se ca-

6

J.L. Moynot

da país procura reduzir no interior das suas fronteiras o consumo popular para exportar mais, reduz de facto o conjunto do mercado e chegamos assim ao resultado actual: encontramo-nos à escala internacional com os mesmos problemas que se verificavam no interior de cada país.

•

— D.L.: Tudo indica que a França poderá conhecer dentro de poucos meses um governo de esquerda. Este governo não poderá conhecer dificuldades devidas ao facto da França pertencer à C. E. E.?

•

— **J. L. Moynot:** Nós não ignoramos as dificuldades que podem advir para uma França democrática do facto do nosso país pertencer ao Mercado Comum. De qualquer modo, a França democrática não poderá sobreviver sozinha, fechando as suas fronteiras aos outros países. Ao contrário, estamos persuadidos que a solução dos problemas económicos necessita do desenvolvimento das trocas internacionais.

A nossa posição, como a das restantes forças que apoiam o Programa Comum de Governo da esquerda pode resumir-se do seguinte modo: o Mercado Comum existe; a França é membro do Mercado Comum e portanto um governo de esquerda deverá amanhã honrar os compromissos assumidos pela França no quadro da C. E. E.

Mas ao mesmo tempo, estamos dispostos a lutar no interior do Mercado Comum pela democratização desta instituição, a lutar para fazer prevalecer os interesses dos trabalhadores sobre os interesses das grandes sociedades capitalistas. E para alcançarmos este objectivo desejamos desenvolver no plano sindical a política unitária mais larga possível com o conjunto das organizações sindicais dos países europeus.

Em segundo lugar, e este é um princípio também muito importante, o Programa Comum de Governo prevê que a participação da França no Mercado Comum deverá preservar a liberdade de acção do governo francês para conduzir uma política em função dos interesses nacionais.

E esta é a razão pela qual nós, na C. G. T., opomo-nos a toda a modificação das instituições do Mercado Comum que possa pôr em causa a soberania nacional dos governos membros. Deste modo, pronunciamo-nos contra a eleição do parlamento da C. E. E. pelo sufrágio universal, pois é óbvio que se procura dotar o parlamento europeu de poderes muito mais latos do que aqueles que ele detém actualmente, pondo consequentemente em risco a nossa independência nacional. Ao pronunciarmo-nos contra a eleição deste parlamento pelo sufrágio universal não somos, obviamente, contra o sufrágio universal. Antes pelo contrário. Mas opomo-nos a que qualquer poder supranacional possa limitar a liberdade de acção de um governo francês democráticamente eleito.

O Programa Comum de Governo é também muito claro a este respeito, pois diz expressamente que os representantes franceses no parlamento europeu não são eleitos pelo sufrágio universal mas sim nomeados pelos grupos parlamentares presentes na Assembleia Nacional, respeitando-se evidentemente a regra da proporcionalidade.

•

— D. L.: Em que medida é que na sua opinião se pode falar na existência de facto de uma política comum na C. E. E.?

•

— **J. L. Moynot:** Como facilmente se pode verificar, não existe qualquer política comum no Mercado Comum. Há, digamos, os efeitos resultantes da criação do Mercado Comum, e nomeadamente os ligados à abertura das fronteiras, facto que contribui largamente não só para a concentração capitalista como também para que esta concentração se fizesse à escala internacional.

Ora contrariamente ao que pretendiam as pessoas que apoiavam há cerca de vinte anos a formação do Mercado Comum, a sua constituição não se traduziu pela criação, na maioria dos casos, de grandes sociedades controladas por europeus, mas sim de grandes empresas controladas pelos americanos, que passaram a controlar imensos sectores da economia europeia.

Esta é a realidade. Mas daí a concluir-se que existe uma política comum industrial, seria inteiramente infundado.

O único domínio onde houve, porque já não há, uma certa política comum foi no agrícola. Essa política sempre esteve porém cheia de contradições, tendo sido muitas vezes posta em causa. Na hora presente podemos dizer que, no essencial, já não existe. E não existe até porque a própria crise monetária, havendo levado ao câmbio flutuante, impede a unidade de preços agrícolas no interior do Mercado Comum.

Ao mesmo tempo, constata-se desde há algum tempo uma intervenção real dos governos ao nível das subvenções aos produttos agrícolas, o que é uma consequência da crise mas também é completamente contrário ao princípio da política agrícola comum da C.E.E.

Não existe, como já disse, uma qualquer política industrial comum. Mas há apesar de tudo um aspecto que importa sublinhar: é que quando se discute em Bruxelas a respeito da política industrial de cada país, os países mais fortes do Mercado Comum procuram impor os seus pontos de vista e os interesses das suas grandes empresas capitalistas aos países mais fracos — e a verdade é que a maior parte das vezes até o conseguem. O peso político e económico da R. F. Alemã, ou mais propriamente das grandes empresas capitalistas alemãs, muitas vezes aliadas aos americanos, é esmagador, pondo constantemente em cheque a independência económica e a soberania dos demais países.

A cerimónia de integração da Irlanda no Mercado Comum

•

— D.L.: O que acaba de afirmar permitir-nos-á dizer abertamente que o Mercado Comum não tem qualquer consistência económica?

•

— **J. L. Moynot:** Não se pode dizer que o Mercado Comum não tem qualquer consistência económica. Ele tem-na, mas é essencialmente no sentido de favorecer a concentração capitalista e o controlo dos sectores mais importantes pelos americanos, muitas vezes de resto por intermédio de empresas alemãs, mais ou menos controladas pelos americanos.

A este respeito, todos os estudos, e estudos muito concretos, baseados em cifras e em dados sobre a concentração do capital nos últimos anos, mostram que inversamente ao que haviam anunciado os defensores do Mercado Comum, o que se desenvolveu através da C. E. E. não foi um capitalismo centrado essencialmente na Europa, mas ao contrário um desenvolvimento brutal na implantação das multinacionais e do controlo da economia dos países membros do Mercado Comum pelos norte-americanos, ou mais precisamente pelos grandes «trusts» norte-americanos.

Há outro aspecto que importa salientar: é que à medida que o Mercado Comum se desenvolveu, nomeadamente com o seu alargamento à Grã-Bretanha e a outros países, e à medida também que a crise se foi aprofundando nos países capitalistas, as contradições económicas entre os países que fazem parte do Mercado Comum agudizam-se, o que torna muito mais difícil a elaboração de uma política comum, mas permite por outro lado que os países mais fortes imponham aos restantes as suas concepções e os seus interesses.

Este fenómeno tem porém uma natureza contraditória: é que ao mesmo tempo os grandes países capitalistas sentem cada vez mais a necessidade de chegarem a formas de entendimento político, social e económico.

E isto porque à medida que a crise se agrava, o descontentamento popular aumenta e os trabalhadores se organizam, os governos capitalistas destes países sentem-se ameaçados. Trata-se pois de uma situação contraditória, pois enquanto a crise económica agudiza as contradições entre os países do Mercado Comum, a evolução da situação social e política age no sentido dos governos procurarem plataformas de acordo. E hoje é claro que se não existe uma política económica comum há pelo menos uma coordenação muito maior das políticas económicas de um ponto de vista conjuntural, de que os planos de austeridade são exemplo. Não é só na França que existe um plano de austeridade. O conjunto dos países do Mercado Comum e da O. C. D. E. sobre pretexto de lutarem contra a inflação, adoptaram desde 1974/1975 políticas idênticas de austeridade, todas extremamente brutais.

Recordo por outro lado que se multiplicaram nestes últimos três anos os encontros de cúpula dos dirigentes dos grandes países capitalistas, como os do Rambouillet e de Porto Rico, os quais os chefes de Estado procuram chegar a acordos sobre a política económica, mas que têm em vista também reforçar a solidariedade política entre os grandes países capitalistas, cujos governos, nomeadamente na Europa Ocidental, estão inquietos com o reforço do movimento democrático e a organização dos trabalhadores. Não é por acaso que após o encontro de Porto Rico o chanceler alemão Schmidt, revelou por exemplo que os governos dos principais países capitalistas tinham chegado a um acordo para cortar toda a ajuda económica à Itália caso se constitua neste país um governo com a participação dos comunistas.

Nós verificamos, pois, que os acordos entre os governos capitalistas tanto ao nível do Mercado Comum como da O. C. D. E., tomam cada vez mais um carácter político e de solidariedade capitalistas contra o avanço do movimento democrático e os interesses dos trabalhadores da Europa Ocidental. •

J. CÂNDIDO DE AZEVEDO

PORTUGAL E O MERCADO COMUM

Conversa com Michel Gervais e Hélène Delhorme

A ruptura com os métodos do passado e os interesses das forças dominantes não é tarefa fácil. A questão do pedido de adesão de Portugal à CEE está aí para o demonstrar.

À parte a campanha puramente apologética para apoiar o pedido feito pelo Governo do dr. Mário Soares de adesão de Portugal à CEE, e em que participam grande número de órgãos de comunicação social, quantos levantam, ou procuram abordar, com a objectividade necessária, e a independência aconselhável, tão melindrosa questão?

Pela nossa parte, preferimos a ater-nos a esta simples mas grande verdade de sempre: a liberdade de expressão encontra a sua contrapartida no direito do leitor a ser informado com a objectividade possível e a profundidade indispensável.

Já tentámos contribuir para a resposta à pergunta: o Mercado Comum ainda existe?

Na mesma linha de orientação, procuramos responder a outras interrogações não menos importantes: o que é o Mercado Comum? A quem serve a CEE? Que podemos esperar da adesão do nosso país ao Mercado Comum? Em que condições o pedido feito pelo Governo do dr. Mário Soares será aceite pela CEE?

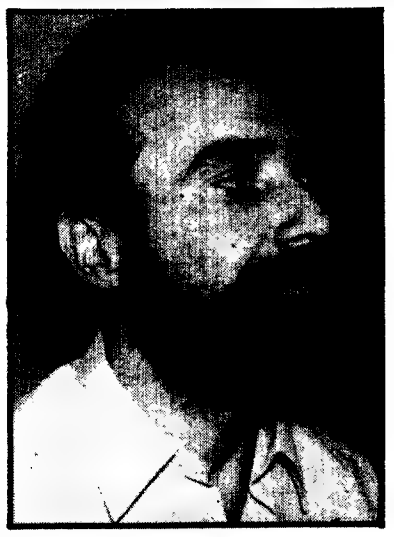
Para alcançarmos suficientemente este objectivo reunimo-nos com dois especialistas franceses de questões agrícolas e do Mercado Comum (por sinal socialistas...), Hélène Delhorme, investigadora de questões agrícolas e do sistema de trocas mundiais, a trabalhar na Fundação Nacional de Ciências Políticas, em Paris; e Michel Gervais, «maitre» de investigação de economia rural do Instituto Nacional de Investigação Agronómica, em Paris.

Foi com estes dois especialistas, e a partir da experiência concreta da participação da França no Mercado Comum, que procuramos respostas para as questões que, a vários níveis, todos nós fazemos a nós próprios.

Finalmente, e antes de relatarmos o teor deste debate, importa sublinhar que ele teve por base o balanço ou as lições da experiência francesa no Mercado Comum agrícola. Perguntar-se-á: porquê apenas o Mercado Comum Agrícola? A resposta é simples: é porque o Mercado Comum agrícola constitui efectivamente um dos raros domínios onde existiu de facto uma certa política comum no quadro da CEE.

Digo existiu porque efectivamente depois da crise monetária de 1971 essa política comum deixou praticamente de existir. Hoje, os governos dos países membros do Mercado Comum intervêm isoladamente para apoiar, através de subvenções e outras formas de apoio, os seus agricultores, o

QUE PODEMOS ESPERAR DA ADESÃO DO NOSSO PAÍS À C.E.E. ?



que os países membros da CEE procuraram seguir. Isto não invalida contudo o interesse muito particular de que se reveste o Mercado Comum agrícola, pois quanto mais não seja constituiu uma experiência que não podemos ignorar e cujas lições importa aproveitar.

Consequentemente, comecei por pedir a Hélène Delhorme e a Michel Gervais que iniciassemos esta mesa redonda» sobre o Mercado Comum (na realidade, a mesa era rectangular...) procurando justamente responder à questão: quais as vantagens que o Mercado Comum agrícola proporcionou aos agricultores franceses?

— **H. Delhorme:** Eu diria que a principal vantagem para os agricultores da participação da França no Mercado Comum foi oferecer-lhes novos mercados, onde puderam colocar alguns dos seus produtos a preços superiores aos praticados no mercado mundial.

Quanto ao resto, quando se analisa o Mercado Comum sob a perspectiva da política agrícola comum e se procura averiguar o que é que mudou com a nossa adesão ao Mercado Comum, pois apercebemo-nos que essa adesão poucas mudanças trouxe à nossa política agrícola.

Na verdade, o sistema de preços pouco foi alterado, assim como pouco mudou o sistema de financiamento à agricultura.

Em contrapartida, houve uma nítida reorientação do comércio externo, que beneficiou largamente o conjunto dos sectores produtivos. Aponto, a título de exemplo, a produção de cereais, que actualmente é exportada na ordem dos 60 a 70 por cento para os países do Mercado Comum. Mas o caso da carne e dos laticínios é ainda mais esclarecedor, pois entre 80 a 90 por cento da produção francesa destina-se ao Mercado Comum.

O Mercado Comum significou assim para a França um alargamento dos seus mercados, o que permitiu um sensível desenvolvimento da produção francesa, dadas as condições mais favoráveis do Mercado Comum em relação às do mercado internacional, onde a concorrência era e continua a ser selvagem.

— **C. Azevedo: Isso em relação ao passado. Mas se olharmos para o futuro, que evolução podemos esperar?**

— **H. Delhorme:** Convém ver essa evolução em relação aos cereais, porque estes são na realidade como que a espinha dorsal do Mercado Comum agrícola, e ainda também porque constituem a principal força exportadora agrícola da França. A estas razões importa acrescentar uma outra: é que na cultura dos cereais encontra-se a principal força camponesa da França, que possui as organizações sindicais agrícolas mais fortes.

O acordo europeu dos cereais é isto: um mercado mais largo a preços iguais aos preços internos da França, ou seja, 50 por cento superiores aos preços correntes no mercado internacional, exceptuando nos anos de crise.

O MERCADO COMUM AGRÍCOLA NO LIMITE DA SUA CAPACIDADE

C. Azevedo: O Michel Gervais não interveio ainda, mas sabemos que tem coisas a dizer sobre os pontos já focados. Damos-lhe a palavra.

M. Gervais: Efectivamente eu gostaria de sublinhar um aspecto muito importante: é que se é verdade que podemos aumentar as nossas exportações para a zona do Mercado Comum, chegamos actualmente ao ponto máximo dessa possibilidade de exportação.

Hoje, a realidade é que está fora de causa que possamos, pelo menos nos próximos dez anos, continuar a exportar o nosso excesso de produção de cereais, de um modo crescente, para os países do Mercado Comum.

Ao contrário: a parte da CEE, mesmo ao nível do Mercado Comum «dos nove» (contando portanto também com os países que aderiram mais tarde à CEE, como é o caso da Grã-Bretanha, da Dinamarca e da Irlanda) no comércio externo dos produtos agrícolas franceses atinge hoje o máximo e não aumentará mais.

H. Delhorme: Digamos que há uma blocagem das possibilidades europeias, e é por isso que nos encontramos presentemente num período de renegociação entre a Europa e os EUA do compromisso cerealífero europeu.

M. Gervais: O que põe em evidência que se o Mercado Comum permitiu durante cerca de 15 anos o acrescimento digamos natural do aparelho produtivo francês, isso acabou. A partir de agora somos obrigados a produzir para o mercado mundial se quisermos continuar a manter um ritmo de crescimento da produção mercantil igual àquele dos últimos quinze anos.

E somos obrigados a entrar nesta via porque de facto os outros países do Mercado Comum tendem também a aumentar significativamente a sua produção agrícola e ainda porque não seremos capazes de fazer recuar a parte das exportações cerealíferas norte-americanas para os países do Mercado Comum.

O que acontece é que se o Mercado Comum ajudou, durante quinze anos, o desenvolvimento de tendências que já existiam, em nenhum momento modificou as grandes tendências que preexistiam ao Mercado Comum. A criação do Mercado Comum não modificou o que quer que seja. Se não se tivesse criado o Mercado Comum teria havido acordos entre os países europeus, que aceitariam seguramente uma parte das exportações agrícolas da França. E isto porque, todas as contas feitas, as exportações agrícolas da França são uma moeda de troca do capitalismo francês. Por exemplo, a RFA não pode fechar as suas fronteiras aos nossos produtos agrícolas porque somos o seu primeiro cliente industrial.

De qualquer modo, com Mercado Comum ou sem ele, o período de reestruturação e crise no qual entrámos em 1969 do ponto de vista monetário e em 1974 do ponto de vista das trocas de mercadorias e serviços, é o sinal do fim de uma certa divisão internacional do trabalho e o princípio de uma nova divisão internacional do trabalho. Nesta nova divisão internacional do trabalho, cada país europeu deverá ter em conta uma série de dados, como por exemplo a continuação do crescimento do potencial de produção agrícola de cada país.

Com Mercado Comum ou não, a realidade é que vamos ser obrigados a tentar colocar

Cereais: espinha dorsal do Mercado Comum

Classe 25 de Abril de EXCLUSIVO 8

PORTUGAL E O MERCADO COMUM

os nossos cereais noutros mercados. É isto mesmo que reconhecem os especialistas do comércio externo francês, que são muito claros ao afirmar que na situação actual, marcada pela estagnação, a importância da abertura das nossas exportações em direcção a outros países que não os da CEE é fundamental. De resto, as nossas exportações de produtos agrícolas para a CEE tem conhecido uma tendência para diminuir, pois de 66 por cento do total das nossas exportações agrícolas em 1973, desceram para 64 por cento em 1974 e para 62,4 por cento em 1975.

O COMPROMISSO EUROPEU

●

C. Azevedo: Os limites do Mercado Comum agrícola estão à vista, ou melhor: as suas possibilidades chegaram ao seu termo, como M. Gervais e H. Delhorme acabam de o sublinhar. Conviria, no entanto, aprofundar um pouco mais os porquês desta situação.

●

H. Delhorme: A razão dessa situação explica-se pelo facto da produção de produtos agrícolas, desde os cereais aos lacticínios e produtos animais, ter vindo a aumentar substancialmente em todos os países europeus. O grau de auto-abastecimento em produtos agrícolas dos países europeus não tem deixado efectivamente de aumentar com regularidade. É preciso ter em conta que a agricultura europeia é muito produtiva e possui ainda reservas de produtividade muito importantes.

●

M. Gervais: Além disso, o compromisso europeu nunca excluiu a possibilidade dos países europeus se abastecerem nos mercados mundiais.

●

C. Azevedo: O que mostra de certo modo os seus limites.

●

H. Delhorme: Sem dúvida. O compromisso europeu mostra bem os seus limites até na medida em que nunca conseguiu impedir os países do Mercado Comum de prosseguirem a sua política de auto-abastecimento.

Além disso, esse compromisso nunca permitiu que se organizasse um bloco europeu autónomo, separado do resto do mundo; ao contrário, a política seguida até aqui tem sido de abertura em relação ao exterior, respeitando muito particularmente as exportações americanas, e não é por outra razão que hoje se chega à situação que conhecemos, marcada pela necessidade de renegociação, no quadro do GATT, do conjunto da política agrícola europeia, atlântica e até mundial.

É isto mesmo que ressalta da Conferência Alimentar Mundial, da ONU. O que está em jogo neste momento é bem o conjunto da divisão internacional do trabalho e da repartição agrícola no mundo.

Isto significa obviamente que o compromisso agrícola europeu, a política agrícola comum, não representa senão uma parte daquele conjunto mundial. Neste domínio, eu estou contudo optimista quanto às possibilidades de se salvaguardar a protecção concedida aos camponeses europeus, tanto no quadro da Europa dos Seis como no da Euorpa dos Nove.

●

O PROBLEMA NOS PAÍSES DO SUL DA EUROPA

●

C.Azevedo: Esta intervenção de Hélène Delhorme foi muito esclarecedora. Importa, no entanto, ver como é que aquele problema se pode pôr nos países do Sul da Europa, zona da qual nós portugueses fazemos parte.

●

— **M. Gervais:** Quanto à protecção a conceder aos agricultores dos países do sul da Europa, aí o problema torna-se mais complicado.

●

O MERCADO COMUM AJUDOU OS FRANCESES A EXPORTAR CEREAIS, OS BELGAS A EXPORTAR CARNE DE PORCO, OS HOLANDESES A EXPORTAR LATICÍNIOS E OS ITALIANOS A EXPORTAR VINHO...

— **H. Delhorme:** Digamos que o compromisso europeu dos anos sessenta será reproduzido. Este compromisso garante no essencial uma ajuda comunitária aos cereais e ao leite. Em contrapartida, os consumidores pagam mais caro a carne, pagando a baixo preço, por se deixar jogar livremente a concorrência, as produções da zona do mediterrâneo.

A resposta que a CEE dará a Portugal e também à Grécia e à Espanha, tem em conta o que acabo de dizer, ou seja: prossegue-se a política de acordos de comércio que permitem a troca livre daquelas produções mediterrânicas, intervindo a CEE somente em caso de crise grave originando revoltas nas zonas camponesas mediterrâneas. Deste modo, a CEE assegura o abastecimento dos países do Mercado Comum a preços relativamente baixos em relação a tudo o que provém da zona mediterrânea: frutas, legumes, azeite de oliveira, etc...

Este aspecto da política agrícola do Mercado Comum não deverá ser modificado pela renegociação internacional a que já nos referimos.

O MERCADO COMUM AGRÍCOLA NÃO EXISTE

— **M. Gervais:** Para que aquilo que a Hélène Delhorme acaba de dizer seja mais claro, talvez seja de acrescentar, falando de um modo um pouco brutal, que pelo menos a nossos olhos o Mercado Comum agrícola não existe. Isto na medida em que não há uma política única que se imponha hoje a todos os países que constituem a CEE, e que se possa impor amanhã aos portugueses, aos gregos ou aos espanhóis.

No fundo, o Mercado Comum agrícola é hoje aquilo que a CEE tem sido desde o início da sua fundação: uma instância de arbitragem entre os interesses nacionais, agrícolas em particular, de cada um dos países membros. É por isso que o Mercado Comum nunca fez na verdade outra coisa senão levar os países membros ao auto-abastecimento, ou ajudar cada país membro naquilo que ele tem de mais forte: o Mercado Comum ajudou os franceses a exportar cereais; os belgas a exportar carne de porco; os holandeses a exportar laticínios; e os italianos a exportar vinho.

●

— C. Azevedo: E os alemães, no meio de tudo isto, qual é a sua posição?

●

— **M. Gervais:** Os alemães não se interessam muito por isto porque no essencial eles são importadores de produtos agrícolas. Para os alemães, a política seguida pelo Mercado Comum deve ter por objectivo evitar que o Governo da RF Alemã tenha problemas com os seus camponeses.

Para os alemães, pois, o que é sobretudo necessário é que os preços agrícolas europeus sejam calculados de modo a impedir que a lógica da vantagem dos custos comparativos condene a agricultura alemã. Há aqui também um objectivo político: é indispensável que os agricultores alemães não se tornem politicamente mais de direita do que já o são actualmente (constituem o grande apoio do partido de Strauss).

H.Delhorme: Pdemos dizer que o Mercado Comum agrícola não passa na realidade de uma instância de coordenação das políticas agrícolas nacionais sob a égide do sistema mundial controlado pelos Estados Unidos. Isto permite a cada país de prosseguir a sua política e de, digamos, gerir os seus camponeses em função de certos objectivos, e nomeadamente o que visa a impedir ao máximo a alta dos preços dos produtos agrícolas.

A Alemanha Federal não é porém apenas um país importador de produtos agrícolas, pois também ela não só manteve como desenvolveu o seu potencial de produção agrícola. Os dirigentes políticos da RF Alemã têm utilizado o Mercado Comum agrícola em função da necessidade de conservar o apoio político dos camponeses à classe dirigente na Alemanha Federal, servindo-se do Mercado Comum para reorientar a sua política agrícola e fazer baixar o preço dos cereais de modo a possibilitarem um desenvolvimento considerável dos produtos que a RF Alemã começa a exportar, como a carne e os laticínios.

A RF Alemã exporta bastante para a Itália e participa nos programas de ajuda alimentar à Índia, por exemplo, o que mostra que o seu potencial agrícola tem-se desenvolvido imenso.

Dito isto, não é menos verdade que o Mercado Comum agrícola, como já aqui se disse, é essencialmente uma coordenação de políticas agrícolas nacionais, não existindo nenhuma especialização regional no quadro europeu.

Devemos também referir que há uma maioria de países, os da Europa do Norte, que apoia os seus camponeses através de uma política de subsídios à produção cerealífera e leiteira. Estes países não estão obviamente nada interessados em que o Mercado Comum apoie os agricultores da Europa mediterrânica.

— **M. Gervais:** Tanto mais que as agriculturas dos países do Norte são largamente concorrentes das dos países do Sul europeu. Além disso, a força de trabalho empregada na agricultura dos países mediterrânicos é tal que a todo o momento permite utilizar-se a concorrência interna para influenciar a formação dos preços daqueles produtos à escala do Mercado Comum. O que interessa evidentemente aos capitalistas desta zona, e isto tanto mais quanto ela é dominada pelo capitalismo dos países do Norte da Europa.

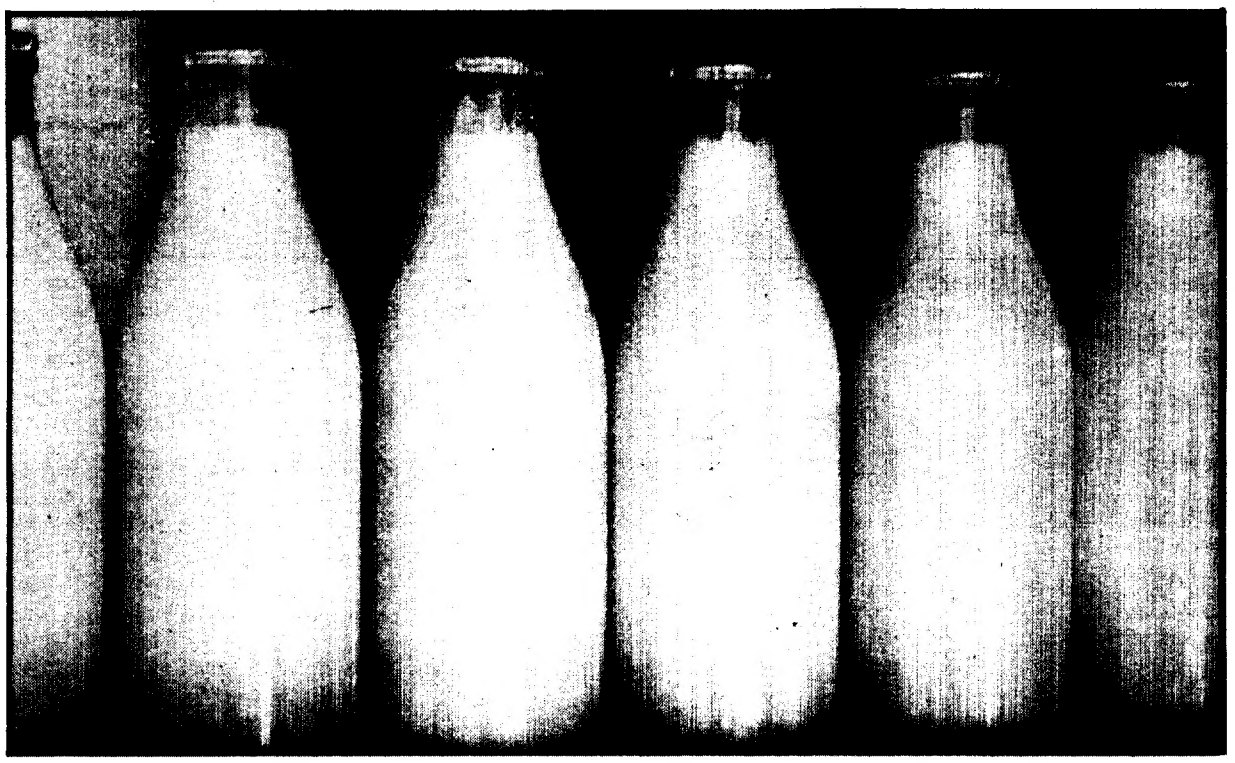
A ENTRADA DE PORTUGAL NO MERCADO COMUM

— C. Azevedo: Neste contexto, para que é que servirá a entrada de Portugal no Mercado Comum?

●

— **M. Gervais:** A entrada de Portugal no Mercado Comum servirá em primeiro lugar para

PORTUGAL E O MERCADO COMUM



alargar o mercado de cereais dos países do Norte da Europa, que procurarão colocar os seus cereais em Portugal, substituindo assim os cereais que Portugal importa dos EUA.

Ao invés, a entrada de Portugal no Mercado Comum levará os agricultores portugueses a fazer o quê?

Na minha opinião, leva-los-á a fazer a mesma coisa que actualmente. Além disso, os produtos agrícolas portugueses irão aumentar a concorrência dos produtos agrícolas da zona mediterrânica que já se encontram no Mercado Comum. Mas isto no fundo é desejado por muita gente, como forma de obrigar os agricultores franceses, por exemplo, a aceitar preços mais baixos à produção. Assim se reforçará o exército de reserva do capitalismo francês, visto que um número crescente de agricultores será obrigado a deixar a zona mediterrânica e a tentar encontrar trabalho noutro lado.

Ao mesmo tempo, devido à concorrência interna os portugueses serão forçados a continuar a abandonar as suas terras e a emigrar. Estou convencido que a consequência mais brutal para a agricultura portuguesa será justamente esta: um número maior de agricultores deixará de poder manter-se na exploração da terra e será obrigado a emigrar. E isto porque como já dissemos o Mercado Comum agrícola nunca foi um meio de integração do capitalismo mas apenas um meio de negociação do capitalismo, ou dos capitalismos europeus, sobretudo no domínio agrícola.

●

— C. Azevedo: Sendo assim, podemos talvez avançar com a ideia de que a maioria dos países da CEE está interessada na adesão de Portugal não só por razões políticas mas ainda por que isso permitirá ao capitalismo europeu jogar com a agricultura e os agricultores portugueses contra os agricultores dos restantes países, mormente os da zona mediterrânica?

●

— **M. Gervais:** Atente-se justamente no facto de até aqui haverem sido a França e a Itália que puseram mais reticências à entrada de Portugal no Mercado Comum.

— **H. Delhorme:** Eu chamo a atenção para o facto de que a partir do momento em que aumentará o número de países da CEE em que existem grandes massas de camponeses, como é o caso na França e na Itália e também em Portugal, será muito mais difícil a Bruxelas recusar um mínimo de intervenção. Hoje, o único país que é obrigado pela pressão das massas camponesas a pedir mecanismos de protecção para as frutas e os legumes é a Itália, embora o governo italiano não insista demasiado porque a situação actual também lhe oferece algumas vantagens. Enquanto a Itália for o único país neste caso, o governo italiano poderá dizer aos seus camponeses: não alcançámos o que pretendemos porque ficámos em minoria em Bruxelas; mas quando houver três países que dirão «é indispensável que vocês nos paguem melhor os nossos produtos porque senão teremos a revolução nos campos», então será mais difícil a Bruxelas gerir o Mercado Comum agrícola.

O governo francês pode actualmente dizer aos agricultores franceses: «recusámos a entrada dos países mediterrânicos no Mercado Comum para vos salvar».

O governo português, no caso da CEE recusar o seu pedido de adesão, pode por sua vez também dizer aos agricultores portugueses: «se não vos ajudamos mais é porque eles não nos deixaram entrar no Mercado Comum».

E assim cada governo pode imputar a responsabilidade política das dificuldades actuais aos outros...

COMO A ADESÃO PORTUGUESA PODE SER ACEITE PARA MELHOR COMBATER AS EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS...

— C. Azevedo: Digamos que os países da Europa do Sul gostariam de ver Portugal no Mercado Comum para reforçar a posição dos países com culturas mediterrânicas face aos países do Norte que dominam o Mercado Comum; mas por outro lado não podem aceitar facilmente esta solução devido às pressões dos camponeses dos seus países, inquietos com o aparecimento de novos concorrentes quando em vários domínios, como o do vinho, das frutas e dos legumes, há já problemas sérios de concorrência no seio do Mercado Comum. Qual é a vossa opinião sobre isto?

Para a França não há dúvida que o perigo maior resultante da entrada de Portugal no Mercado Comum reside no vinho

H. Delhorme: Eu diria que o que inquieta também esses Governos é a perspectiva de terem de aumentar os preços dos produtos agrícolas como forma de melhorar o auxílio aos seus agricultores.

Convém contudo salientar que as organizações de agricultores franceses, que seguem com muita atenção os problemas ligados à gestão da agricultura, encontraram uma solução para os problemas que o Cândido de Azevedo acaba de referir quando dizem: é necessário não somente que Portugal entre no Mercado Comum, mas que a Espanha e a Grécia também o façam. E isto justamente na perspectiva de impedir mais eficazmente a entrada dos produtos desses países no Mercado Comum, o que seria feito através da criação de «montantes compensatórios» nas fronteiras, sistema que deixando funcionar o sistema de livre concorrência na medida do desejável, impediria os produtos mediterrânicos daqueles países de fazerem concorrência excessiva aos produtos agrícolas da França, por exemplo.

Como é óbvio, isto significaria que Portugal, a Grécia e a Espanha entravam no Mercado Comum, mas os seus produtos agrícolas não...

— **C. Azevedo:** Nesse caso, como explicam o facto dos países da CEE não haverem dito «sim» imediatamente à entrada de Portugal na CEE?

— **M. Gervais:** Simplesmente porque os países da CEE não têm nenhum interesse em responder imediata e afirmativamente ao governo português. Quanto mais tempo durar este jogo, maiores cedências fará Mário Soares, e assim as condições de entrada de Portugal na CEE serão tanto melhores para os países que compõem actualmente o Mercado Comum e, inversamente, piores para Portugal.

— C. Azevedo: Quais são os produtos agrícolas portugueses que poderão criar maiores problemas aos agricultores franceses?

— **M. Gervais:** O vinho.

— **H. Delhorme:** E a fruta também.

— **M. Gervais:** De acordo, mas a cultura da fruta e dos legumes emprega um número muito menor de pessoas. Para a França não há dúvida que o perigo maior resultante da entrada de Portugal no Mercado Comum reside no vinho.

— C. Azevedo: Qual pode ser, na vossa opinião, o verdadeiro interesse da Itália relativamente à aceitação ou não da adesão portuguesa ao Mercado Comum?

— **H. Delhorme:** A Itália tem uma posição muito semelhante à dos refpresentantes da zona mediterrânica da França: ela não está interessada na adesão de Portugal. Mas já que por razões políticas e outras isso deverá acontecer, a Itália pretenderá então que o mercado agrícola seja renegociado e que haja um maior apoio aos preços de modo que estes respeitem o lugar que as culturas mediterrânicas ocupam na Itália.

Chamo a atenção para o facto de ser a Itália o país que desde sempre mais se tem oposto aos acordos da C.E.E. com os países do Magrebe sobre um certo número de produtos, ou pelo menos o país que exige que esses acordos prevejam um certo apoio aos agricultores do Mercado Comum. É que, no fundo, tanto no caso do vinho como no das frutas e no dos legumes, os países europeus chegam ao estado de auto-abastecimento.

— **C. Azevedo:** A conclusão a que chegamos é que o pedido de adesão feito pelo governo do dr. Mário Soares poderá ser aceite pela CEE, mas com condições que limitarão fortemente as exportações de produtos agrícolas portugueses para o Mercado Comum. Não é essa a vossa opinião?

— **H. Delhorme e M. Gerveia:** Absolutamente de acordo.

Os países membros da CEE recorrerão a vários artifícios administrativos para que uma eventual entrada de Portugal na CEE seja de facto limitada. E isto até porque na realidade

10

PORTUGAL E O MERCADO COMUM

os países membros da CEE já não conseguem assegurar o seu crescimento agrícola no quadro do Mercado Comum.

— **C. Azevedo:** Não deixa de ser curioso o facto de ser justamente no momento em que o quadro do Mercado Comum já não assegura o pleno desenvolvimento da produção dos países membros que Portugal decide pedir uma adesão à CEE.

— **H. Delhorme:** Entre outras razões, isso acontece porque Portugal se encontra num escalão intermédio. É um modo de dizer: vamo-nos virar para a exportação para a CEE para não sermos obrigados a suportar a concorrência selvagem do mercado internacional.

Quanto a mim, a decisão de fazer aderir Portugal à CEE tem subjacente a ideia de que há um certo esquema a seguir na modernização da agricultura portuguesa e na inserção da economia portuguesa no sistema dominante, no modo de produção-consumo capitalista.

— **M. Gervais:** Nesse sentido, Portugal tem o seu lugar no Mercado Comum, porque pela sua presença e tendo em conta a realidade actual da economia portuguesa, a sua entrada no Mercado Comum, como a da Grécia e a da Espanha, significa nada mais nada menos do que a mundialização do Mercado Comum. Porque quando Portugal for membro do Mercado Comum isso não significará que os cereais consumidos pelos portugueses deixaram de vir dos Estados Unidos, mas sim que os cereais europeus chegarão a Lisboa ao mesmo preço que os cereais americanos. Neste sentido repito, a entrada de Portugal no Mercado Comum é um sinal da passagem do capitalismo europeu à cena mundial.

As consequências desta passagem do capitalismo europeu à cena mundial são importantes, pois isso quererá dizer que cada agricultura dos países europeus deverá submeter-se às exigências do mercado mundial; que cada agricultor será obrigado a continuar portanto a aumentar ao máximo a produtividade do seu trabalho, pois deixará de poder produzir apenas para a cidade mais próxima ou para o mercado nacional; os seus produtos serão na realidade colocados num mercado mais largo do que as fronteiras nacionais, num mercado mundial, o que quer dizer que ou atinge o grau de produtividade necessário, que é capaz de rentabilizar os seus capitais como o fazem os agricultores do Kansas, nos Estados Unidos, por exemplo, ou então ter-se-á de contentar com um nível de vida muito inferior.

Isto criará obviamente diferenciações internas em cada uma das agriculturas europeias, mas no fim de contas isso só resultará em benefício do capitalismo.

Vejamos o caso da França: existe no nosso país um milhão e duzentos mil agricultores: só cerca de 500 mil é que conseguirão alcançar a rentabilização a que me referi e 300 mil que aceitarão passar por muitas privações para terem apenas a satisfação de dizer que estão a trabalhar para a exportação ao mesmo nível dos agricultores americanos. Os restantes 400 mil agricultores serão marginalizados, acabando por ser expulsos da terra. Mas isto para o capital é excelente, na medida em que regulariza problemas de crise, na agricultura como noutros sectores. A crise joga o seu papel: desvaloriza este capital e cria novas possibilidades de lucros em condições diferentes.

O PAPEL DOS AMERICANOS

— C.Azevedo: Já aqui se falou da agricultura norte-americana e do poderio da economia dos E.U.A. Chegou porém o momento de colocar abertamente a questão: que papel desempenham efectivamente os americanos no Mercado Comum?

— **H. Delhorme:** Eu creio que é preciso chamar a atenção antes de mais nada para o facto dos americanos terem estado sempre presentes no Mercado Comum. É talvez anedótico o exemplo que vou dar desta presença americana na CEE, mas não deixa de ser significativo: a representação diplomática americana em Bruxelas é a mais importante das representações nacionais na capital belga. Além disso, os Estados Unidos estão ainda presentes em cada país da CEE. Têm representantes noutros organismos internacionais. A verdade é que encontramos os norte-americanos em todo o lado. Qual é, então, o papel que desempenham os EUA na CEE? Eu direi que os Estados Unidos dominam, controlam os mecanismos de produção-consumo alimentar não só da Europa como de todo o mundo capitalista.

OS ESTADOS UNIDOS DOMINAM, CONTROLAM OS MECANISMOS DE PRODUÇÃO-CONSUMO ALIMENTAR NÃO SÓ DA EUROPA COMO DE TODO O MUNDO CAPITALISTA

Sendo assim, é evidente que ao nível dos governos, os norte-americanos têm pois os meios de determinar os compromissos, os acordos que são estabelecidos entre os países membros do Mercado Comum.

Referi-me à presença e influência americana a nível dos governos. Mas nos outros domínios a situação é a mesma. Importa sublinhar que as maiores empresas agrícolas europeias, por exemplo, estão todas nas mãos do capitalismo norte-americano.

O ponto principal da intervenção americana na CEE é constituído pelos cereais, que constituem o peso mais importante das exportações americanas para a CEE.

Os E.U.A., aquando da negociação da política cerealífera dos países membros do Mercado Comum, intervieram e obtiveram o que desejavam levando a que a CEE respeite uma diferença suficiente entre o preço do trigo tenro e o preço do milho produzidos na Europa e o preço dos cereais importados pela Europa dos Estados Unidos.

Como resultado desta intervenção americana, o preço do milho europeu, por exemplo, respeita o preço porque é importado o milho americano. Este chega a Roterdão, grosso modo mais barato do que o trigo francês. E assim que as exportações de milho americano para a CEE, por exemplo, têm conhecido um desenvolvimento considerável.

O segundo aspecto deste compromisso imposto pelos americanos no quadro da negociação do GATT, é que a CEE continua a importar soja americana sem que o preço desta suja esteja sujeito a direitos aduaneiros, como seria natural. Este regime de importação impede de facto a Europa de se dotar dos meios indispensáveis para reduzir a sua dependência em relação à soja americana, dependência que é hoje nesta matéria praticamente total.

O que se passa, pois, é que os Estados Unidos intervêm em cada momento e a todos os níveis desde que uma qualquer medida da CEE ameaça de um modo ou de outro a soja. Por exemplo, quando a CEE procurou encorajar a utilização de leite em pó na alimentação do gado, o que permitiria reduzir a dependência da C.E.E. relativamente à soja americana, os E.U.A. intervieram imediatamente para o impedir. E relativamente a outros produtos americanos exportados para a CEE passa-se o mesmo.

Até agora, os Estados Unidos têm conseguido inteiramente os seus objectivos, não só através das suas intervenções junto dos governos nacionais e da CEE, como pela via do embargo e do «dumping». Na realidade, os norte-americanos são capazes de colocar sobre o mercado europeu, como os relatórios oficiais franceses o dizem claramente, os seus produtos a preços consideravelmente mais baixos dos que praticavam até então a fim de eliminarem a concorrência, após o que aumentam de novo os seus preços.

A CEE é, pois, uma negociação interatlântica, como é cada vez mais explicitamente reconhecido por todas as partes.●

FIGURA EM DESTAQUE

LEO TINDEMANS

Independentemente dos números, as últimas eleições na Bélgica tiveram como resultado a confirmação do eleitorado que deseja ver os sociais-cristãos continuarem a sua experiência de governo que já dura há 19 anos, 14 dos quais sob a direcção de políticos flamengos. À frente deste governo está Leo Tindemans, o primeiro-ministro, que é considerado como o vencedor pessoal do pleito.

Nos últimos meses, a política do gabinete de Tindemans foi cautelosa. A sua tarefa era extremamente dificultada pela crise económica, que de resto afecta todos os países da Europa capitalista, pelo desemprego, que atinge 10 por cento da população activa da Bélgica, pelo agravamento da situação das finanças públicas, pelo impasse a que chegou a política regionalista. Mas o grande argumento para se afirmar que Tindemans foi o vencedor das eleições deve-se ao facto dos argumentos étnicos terem valido muito pouco, ao comentário do que era habitual.

Leo Tindemans nasceu em Zwijndrecht, na província de Anvers, a 16 de Abril de 1922. Ao completar a sua carreira de estudante estava licenciado em Ciências Comerciais e Consulares e Ciências Económicas, Políticas e Sociais.

A sua carreira política começou enquanto era jornalista, em Anvers, a trabalhar para o «Gazet va Antwerpen». Daí saiu para ser funcionário do ministério da Agricultura, ligado ao pelouro económico.

Em 1953 foi nomeado secretário do Centro de Estudos do Christelijke Volkspartij C. V. P. e cinco anos mais tarde passava a ser secretário nacional, função que manteve até 1968.

Em 1961 foi eleito deputado por Anvers e em 1965 era eleito burgomestre da sua comuna, Edegem. Foi ainda secretário da União das Democracias Cristãs da Europa Ocidental.

Em Julho de 1976 Leo Tindemans foi eleito presidente do Partido Popular Europeu, que agrupava os partidos democratas-cristãos dos países do Mercado Comum, com excepção da Grã-Bretanha e da Dinamarca. Enquanto ministro das Relações Comunitárias, entre os anos de 1968 e 1972, tomou parte muito activa na revisão da Constituição belga. De 1972 a 1973 exerceu o cargo de ministro da Agricultura e das Classes Médias e de 1973 a 1974 foi ministro das Finanças.

Actuando politicamente num quadro mais geral, Leo Tindemans é interessado na promoção da cooperação europia. Neste sentido estabelecu, a pedido dos países membros da Comunidade Económica Europeia, um relatório intitulado «L'Union Européene».

Leo Tindemans calculou bem quando pediu ao rei, no passado dia 9 de Março, que dissolvesse o Parlamento, com recurso às eleições antecipadas, que acabou por vencer, as terceiras depois de dez anos. Os eleitores confirmaram as tendências que se desenharam logo depois do escrutíneo das eleições municipais de 10 de Outubro de 1976.●

GARCIA MARQUEZ ENTREVISTA SECRETÁRIO GERAL DOS "MONTONEROS"

Mário Firmenich, secretário-geral dos «Montoneros», deu uma entrevista ao escritor colombiano Gabril Garcia Marquez, que foi publicada no semanário italiano **Expresso**. O escritor, impressionado com a corpulência e a juventude (28 anos) do «homem mais procurado pelas forças repressivas da Argentina», diz que ele parece um enorme gato.

À primeira pergunta sobre a actual situação dos «Montoneros» Firmenich respondeu que ela continuava imediata e fria. Seis meses antes do golpe militar contra o governo de Isabel Péron, «já sabíams que esse golpe se daria, fizemos os nossos cálculos e preparámo-nos para sofrer 1500 baixas no primeiro ano. Agora, um ano depois, a ditadura está esgotada, sem saída, e nós temos grande prestígio entre as massas e somos uma opção segura para o futuro imediato».

O autor de **Cem anos de solidão** divulgou pormenores da vida do dirigente «montonero» que, aos 22 anos participou no sequestro dó ex-presidente argentino general Pedro Aramburu, «submetido a julgamento e executado» pelos «montoneros» em 1970.

Firmenich já participara antes em 17 operações, e embora fosse o terceiro homem de um movimento de dez pessoas, ninguém conhecia o seu nome. «Na realidade, disse o chefe «montonero» a Garcia Marquez, tive muito pouco tempo para fazer algo que não fosse a guerra». E acrescentou: «A característica particular da nossa guerra revolucionária é que o foco guerrilheiro não gera o movimento de massas, mas que este o precede um quarto de século.

O movimento de massas começou em 45 e o armado só em 70». Esse movimento procurava «a justiça social, a independência económica e a soberania política na Argentina. É anti-imperialista e antioligárquico».

Firmenich disse ainda que a forma de entrar na luta armada é, em si mesma, uma política de massas. «Enquanto as forças armadas vivem nos quartéis, os «montoneros» estão presentes em toda a parte, mesmo no território inimigo, o que é uma vantagem».

À pergunta de Garcia Marquez: «Uma luta tão dura não acabará por desumanizá-lo?», Firmenich respondeu: «Ninguém se desumaniza numa luta humanística»●

PERSPECTIVAS SOMBRIAS

Só nove países africanos têm um rendimento nacional superior a 300 dólares (cerca de 11 mil escudos) anuais «per capita». Entre eles, quatro são exportadores de petróleo: Argélia, Gabão, Líbia e Nigéria. Os outros cinco são o Congo, a Costa do Marfim, S. Tomé e Príncipe, Tunísia e Zâmbia — eis o que consta do relatório sobre as tendências do desenvolvimento económico, a longo prazo, apresentado na actual sessão da Comissão da ONU para a planificação do desenvolvimento.

Se excluirmos esses nove países, a situação em África está longe de ser cor-de-rosa. As perspectivas totais de desenvolvimento, como se sublinha no referido relatório, não dão lugar a esperanças de melhoria, na próxima década. Por isso se conclui que só alterações fundamentais e urgentes na estratégia, na política e nas prioridades nacionais, regionais e internacionais podem contribuir para o progresso do continente africano.

Por isso, o relatório propõe que o acento da planificação seja posto na indústria consagrada à elaboração de matérias-primas africanas, a fim de diminuir o peso das importações. Claro que o desenvolvimento dessa indústria pressupõe também a melhoria da base energética, e a aquisição de tecnologia correspondente e de quadros instruídos com o que os países africanos se libertariam do apoio tecnológico e humano do estrangeiro.

No relatório expõem-se todos os planos e propostas, mas não se aborda a solução de alguns problemas básicos, como assgraves carências dos países africanos, e, devido a elas, a cara dependência e a transferência da tecnologia do Ocidente que se vendem como mercadoria muito cara aos países em vias de desenvolvimento.●

SEMANA INTERNACIONAL

"CATÁSTROFE IMINENTE" DO PRESIDENTE CARTER

Reduzir de quatro para dois por cento o aumento anual do consumo da energia, baixar de 10 por cento o consumo da gasolina, fazer descer de 8,5 milhões para 6 milhões de barris o consumo diário de petróleo — eis o que o presidente dos EUA tenciona conseguir daqui até 1985, nos termos do plano de poupança de energia, que apresentou ao Congresso. Ao lançar este desafio aos seus concidadãos, Carter garantiu-lhes que este era o único meio de evitar o esgotamento das reservas energéticas do país. O plano destina-se, segundo Carter, a «conjurar» a «catástrofe iminente» que espera a próspera civilização ianque.

Daí que Carter recorra a comparações saídas dos tempos de guerra e se decida a rodear o seu plano de garantias que o tornem coercivo: aprovação do Congresso, previsão de penas financeiras.

OS SENHORES TRINTA POR CENTO

Há nos EUA 220 milhões de habitantes, isto é, seis por cento da população mundial. Consome-se nos EUA trinta por cento da energia total disponível no mundo. Esta alarmante desproporção é alimentada necessariamente por uma política depradadora do resto do globo. Embora sejam um dos grandes produtores mundiais de petróleo, os EUA aumentam de ano para ano as suas importações dessa matéria-prima. Já em 1939 o presidente Franklin Roosevelt advertia o país de que os recursos energéticos não eram inesgotáveis e chamava a atenção para o seu esbanjamento. Daí a muitos anos (1973) o presidente Nixon lançou com toda a solenidade um programa de seis pontos para tornar o país independente das importações de petróleo. Contactos com a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), nomeação de um «superministro» (ou «czar») da energia, proclamação de um limite de velocidade nas estradas norte-americanas: tudo acabou por ser sepultado nas ondas do escândalo Watergate.

As tentativas de Gerard Ford, ficaram, por sua vez, enredadas nas preocupações eleitoralistas que dominaram a última fase do seu mandato.

UM INVERNO RIGOROSO

Carter, apesar dos seus maus começos, tem as mãos livres para lançar programas impopulares: as próximas eleições (legislativas parciais) só se realizarão em Novembro do ano que vem. Por outro lado, os rigores quase inéditos deste Inverno terão predisposto os cidadãos americanos para sacrifícios dolorosos: certos Estados foram particularmente afectados, numerosas fábricas encerraram e mais um milhão de trabalhadores foi engrossar as fileiras do desemprego.

Carter e a sua equipa sabem, pois, que é este o momento azado para apresentar um tal plano.

WAY OF LIFE

Mas, como salienta Fernand Moulier, comentarista da France Press, é muito difícil que tal plano venha a ter integral (ou mesmo parcial) cumprimento. Isto porque a sua aplicação se traduziria numa subversão total do **way of life** (maneira de viver) dos cidadãos ianques. A partir de 1953, com o plano de construção de 90 mil quilómetros de auto-estradas, apresentado por Eisenhower e aprovado pelo Congresso, os EUA converteram-se totalmente à civilização do automóvel. Os caminhos-de-ferro ficaram «sepultados» ante esta onda. A indústria automóvel e todas as actividades ligadas ao consumo dos derivados de petróleo cresceram, tornando-se os gigantes que ainda hoje são (apesar das fissuras que já apresentam). Em cada três lares americanos públicos foram totalmente negligenciados e nalgumas cidades nem sequer existem. Para além deste aspecto, há o consumo industrial e o esbanjar doméstico de energia eléctrica. Para que a diminuição desses consumos se consiga de forma visível, haverá que alterar radicalmente os estilos da vida quotidiana dos EUA. Haverá que enfrentar poderosas companhias da indústria do petróleo automóvel e outras, haverá que enfrentar a gigantesca frota de veículos pesados e o pederosíssimo sindicato dos «teamsters», haverá fianlmente que convencer os cidadãos comuns de que existe uma crise de energia.

Tudo isto são, é certo, desafios muito menos instantes que o da fome. Mas os meios escolhidos há 60 anos para, noutro país, conjurar essa outra «catástrofe iminente», nada têm a ver com estes, simples remendos num sistema que cria os desperdícios em que se consome.●

PELO MUNDO

DIREITOS HUMANOS

Os E.U.A. contam-se entre os poucos países membros da O.N.U. que se recusam obstinadamente a assumir os compromissos oficiais respeitantes aos direitos e liberdades do Homem, segundo anuncia um relatório publicado em Nova York, a propósito de 19 acordos internacionais dos quais apenas 3 foram ratificados pelos norte-americanos.

De entre os acordos não assinados encontram-se a convenção sobre a prevenção do crime do genocidio e seu castigo (já assinado por mais de 80 Estados), a convenção internacional sobre a abolição de todas as formas de discriminação racial (apoiada por 93 países), a convenção sobre a não prescrição de crimes militares e crimes contra a Humanidade e o pacto internacional sobre os direitos cívicos e políticos.

INSÓLITO

Sir Frederick Hoyle, conhecido astrónomo britânico, e um colega seu, escrevem no jornal científico «Nature» que a actividade biológida poderá ter tido o seu início no espaço muito antes de a Terra se ter formado, e não nos oceanos como até hoje se pensava. Os cientistas explicam a sua teoria pela semelhança entre os compostos orgânicos encontrados em meteoritos chamados condrites carbonadas, e as moléculas orgânicas das nuvens de pó do espaço.

●

Dentro de alguns meses passará a funcionar em Lima uma fábrica de papel de jornal feito com «bagazo» material escamoso derivado da cana-de-açúcar esmagada. Serão mesmo doces os futuros jornais peruanos? Doces como todos os governos gostam que eles, jornais, sejam?

VIOLÊNCIA NO PAQUISTÃO

A violência no Paquistão não dá sinais de cessar nos próximos tempos, pelo menos enquanto o primeiro-ministro, Ali Bhutto, não pedir a demissão do seu cargo. A oposição paquistanesa não aceita os resultados das últimas eleições, que acusa de fraudulentas, já disse que não negociará coisa nenhuma com Bhutto e mantém a exigência quanto ao seu afastamento da chefia do governo. As manifestações sucedem-se, e dois representantes diplomáticos do Paquistão já pediram desligamento dos seus postos, por não concordarem com Bhutto nem com os resultados das eleições apresentados publicamente. Em Lahore, uma das principais cidades do país, registaram-se confrontos no passado dia 15, na praça principal, por ocasião da primeira reunião da assembleia provincial. A polícia interveio com gases lacrimogéneos para afastar os manifestantes, como mostra esta foto da AFP.

PRÉMIO LENINE PARA CORVALAN

Luís Corvalan, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, recebeu no Kremlin, em Moscovo, o diploma e a medalha de ouro do «Prémio Lenin da Paz».

O acto da entrega foi celebrado no salão Sverdlovsk. O «Prémio Lenin da Paz» havia sido concedido a Corvalan pelo respectivo Comité há dois anos. A entrega não pôde realizar-se na ocasião, porque o dirigente comunista chileno se encontrava preso num campo de concentração da Junta Militar do general Pinochet, no Chile.

O académico soviético Nikolai Blojin, presidente do Comité, saudou calorosamente Corvalan pela «sua extraordinária contribuição à luta para preservar e reforçar a paz».

PÓRTICO DE LUBECK

Milhões de pessoas conhecem esse pórtico de tijolos vermelhos com suas imponentes torres, pelo menos através dos papéis que embrulham os bolinhos de amêndoa, uma especialidade lubequina muito apreciada em todo o mundo. Contudo, poucos sabem que o pórtico ainda continua no seu lugar, desde 1477 e em bom estado de conservação. Durante todo este ano, Lübeck estará comemorando o quinquecentenário de seu portal de Holsten qu', junto com as torres das igrejas, ao fundo, imprime à cidade hanseática o ar que lhe é tão característico. Só em 1976, este monumento histórico foi contemplado por 114 000 visitantes, número que ficou registado no livro do museu da cidade, que está instalado dentro das suas paredes. Embora as suas torres se tenham afundado vários metros ao longo do tempo, devido à consistência pantanosa do solo, não há ameaça de desmoronamento.

Perspectivas económicas da OCDE

11 CONCLUSÃO

Num mundo dividido em múltiplos países, a extensão do proteccionismo seria um jogo de resultados negativos.

É evidente que os governos poderão resistir tanto melhor às pressões em favor do proteccionismo, quanto melhores forem as razões que apresentarem para pensar que, num futuro previsível, a aplicação de políticas rigorosas dará resultados positivos. Se os países melhor colocados — os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha e alguns dos pequenos países membros — não registarem um crescimento satisfatório, os países mais fracos poderão sentir dificuldades em manter uma política muito estrita de estabilização, durante um período suficiente para reduzir as diferenças existentes. Não se trata, para os países cuja posição é mais favorável, de correr o risco de perder o controlo da sua economia, no desejo de arrastar a economia mundial para a via de uma franca expansão.

O mundo nada teria a ganhar se os países melhor colocados seguissem políticas que degradassem a manutenção dos seus preços. Seria, certamente, inoportuno tentarem elevar taxas de crescimento vacilantes através de medidas que implicassem o risco de acentuar as pressões inflacionistas.

Mas o facto desses países terem podido, durante um período bastante longo, abrandar a subida dos preços e reduzir as antecipações inflacionistas, leva a pensar que estão actualmene em boas condições para suportarem, sem grande risco, taxas de expansão da ordem de grandeza das referidas na estratégia a médio prazo pela OCDE. Na actual situação é manifestamente desejável que esses países procurem colocar a sua procura interna num caminho que possa levar à reabsorção progressiva do desemprego e instaurar condições que permitam aos outros países dirigir-se para um crescimento baseado nas exportações. É conveniente que, na elaboração da sua política económica, tenham em conta a falta de dinamismo da procura mundial. Uma tal conjuntura exige, talvez, da sua parte, uma acção mais enérgica do que aquela que seria necessária se todos os países tomassem simultaneamente medidas expansionistas.

Se os países cuja posição se mantém gravemente desequilibrada aplicarem a política interna muito prudente que lhes incumbe, as limitações que se fazem sentir em relação à política expansionista serão muito mais fracas do que o foram em 1972-73, quando a quase totalidade do mundo industrial se esforçava por relançar a procura interna. ●

COOPERATIVA À BEIRA DO ZAMBEZE

A cooperativa «Caprisanje», situada nas margens do rio Zambeze, agrupa 220 famílias. Embora a cooperativa só tivesse sido criada há dois anos, já provou, nesse breve período, as vantagens da cultura da terra em comum.

«Hoje, colhemos 4 vezes mais do que quando um cultivava a sua terra» — afirmou José Dicue, director da cooperativa e delegado ao III Congresso da FRELIMO. Outrora, ninguém imaginaria que o algodão e o sisal pudessem ser cultivados nas terras secas da província de Tete. Hoje, depois de aberto o canal de irrigação, os cooperativistas regam a savana para aí cultivar aquelas plantas.

Há cerca de um ano, 900 crianças, membros da cooperativa, não frequentavam a escola. Hoje, vão de manhã à escola e à tarde trabalham no campo piloto, onde um agrónomo ensina aos adultos e às crianças os novos métodos agrícolas.

EXCLUSIVO
N.º 12/77